

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADES**

WANDERLEY MAYCON LANGE

**A IDENTIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA DA COMUNIDADE LUTERANA DE
IMBITUVA-PR E O ESTADO NOVO**

PONTA GROSSA

2017

WANDERLEY MAYCON LANGE

**A IDENTIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA DA COMUNIDADE LUTERANA DE
IMBITUVA-PR E O ESTADO NOVO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. - Área de concentração: História, Cultura & Identidades. Linha de Pesquisa: Instituições e Sujeitos: Saberes e Práticas.

Orientador: Prof. Dr. Edson Armando Silva

PONTA GROSSA

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Lange, Wanderley Maycon
L269 A Identidade étnico-religiosa da
Comunidade Luterana de Imbituva-PR e o
Estado Novo/ Wanderley Maycon Lange. Ponta
Grossa, 2017.
129f.

Dissertação (Mestrado em História,
cultura e identidades - Área de
Concentração: História, cultura e
identidades), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Edson Armando
Silva.

1. Identidade. 2. Imigração.
3. Luteranismo. 4. Estado Novo.
5. Etnicidade. I. Silva, Edson Armando. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em História, cultura e
identidades. III. T.

CDD: 325.1



TERMO DE APROVAÇÃO

WANDERLEY MAYCON LANGE

A IDENTIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA DA COMUNIDADE LUTERANA DE IMBITUVA E O ESTADO NOVO .

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 16 de dezembro de 2016, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. EDSON ARMANDO SILVA (UEPG)
(Orientador)

Prof. Dr. SERGIO ODILON NADALIN (UFPR)

Prof. Dr. NILTONCI BATISTA CHAVES (UEPG)

Ponta Grossa, 16 de dezembro de 2016.

Dedico à *Meine Liebe Oma* Elizabeth,
em vida e sorriso,
com amor e carinho!

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa acadêmica que resulta numa dissertação de Mestrado somente pode acontecer de modo coletivo, cada um com suas respectivas contribuições sejam elas quais forem. Muitas pessoas ao longo desta jornada contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa. A todos meu agradecimento. No entanto, neste espaço gostaria de mencionar algumas destas pessoas e instituições para registrar publicamente meus sinceros agradecimentos pelas suas valorosas e prestimosas contribuições. Agradeço

À Cleusi Bobato Stadler, Cleonice, Janaina Helfenstein, Mônica Hertel pelo incentivo e apoio.

À minha família Mônica, Guilherme, Beatriz, pela paciência da ausência, pela dedicação, pelo suporte, pelas múltiplas formas de auxílio e pela motivação para continuar os estudos. Aos demais familiares, *Oma* Elizabeth, Wally, Walter (Andressa e Felipe), Waltrault, Wanda por sempre trilharem juntos comigo essa caminhada da vida.

À Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição pela oportunidade da pesquisa. À Elisiane Diedrichs, secretária da Comunidade, pelo auxílio no acesso às fontes e arquivos da Comunidade.

Ao professor Dr. Edson Armando Silva pelas orientações, pelo companheirismo, pelo profissionalismo, pela partilha dos seus múltiplos e profundos conhecimentos e pela acolhida (“gentileza franciscana”) que me proporcionou as condições necessárias à realização deste trabalho. Ao professor Marco Aurélio Monteiro pelas reflexões frutíferas sobre o protestantismo no início da caminhada do Mestrado. Aos professores Drs. Rosângela W. Zulian, Niltonci B. Chaves, Sérgio O. Nadalin, Robson Laverdi, por aceitarem e fazerem parte da Banca Examinadora Final. Aos demais professores da UEPG pelos seus ensinamentos neste período. A todo o pessoal (alunos e professores) do curso de História (UAB/UEPG) na modalidade a distância, em especial ao professor Itamar Cardozo Lopes pelos direcionamentos e aprendizado. Ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Identidades da UEPG pela oportunidade e condições de fazer o Mestrado.

Aos meus amigos e amigas do Mestrado pela construção coletiva do saber, pelo intercâmbio de ideias, reflexões e pela interação dentro e fora da sala de aula. À Maureen Javorski pelo trabalho de pesquisa e envio dos documentos do Arquivo Público do Paraná. Ao Cassio Remus de Paula pelas traduções importantes e necessárias.

À Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), em especial ao Sr. Paulo Udo Werner Kunstmann pelo auxílio em busca dos arquivos e documentos no Instituto Histórico da IELB em Porto Alegre-RS. À Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), especialmente ao Prof. Ms. Osmar Witt pela recepção e pronto atendimento no acesso aos arquivos e documentos do Instituto Histórico da IECLB na Escola Superior de Teologia (EST) em São Leopoldo-RS. A ambos os Institutos Históricos da IELB e IECLB por permitirem o devido acesso à documentação. À Biblioteca do Seminário Concórdia de São Leopoldo-RS pelo acesso ao acervo.

Aos meus amigos e amigas que sempre estiveram comigo. Em especial aos amigos (pastor) Waldemar e Silmari que, gentilmente, acolheram-me nas viagens de pesquisa a Porto Alegre-RS. Ao pastor Edgard A. Krieser e Ivani, também especiais, pela oportunidade da entrevista, do compartilhamento de material monográfico, pelo respeito, consideração, convivência e amizade.

A vocês, meu reconhecimento e minha GRATIDÃO!

“O cristianismo é uma religião de historiadores.”

“A história é a ciência dos homens, dos homens no seu tempo.”

March Bloch

RESUMO

Esta pesquisa busca tecer um estudo historiográfico sobre o processo da construção de identidade da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição, localizada na cidade de Imbituva, centro-sul do Estado do Paraná. Entre as forças tensionadas de agregação e dispersão este trabalho tem por objetivo identificar os elementos étnicos (pertencente aos imigrantes “alemães do Volga” e seus respectivos descendentes) e religiosos (do protestantismo luterano) e investigar a relação destes elementos com o impacto das práticas políticas no contexto do governo de Getúlio Vargas no Brasil, especialmente no período do Estado Novo (de 1937 a 1945) que contribuíram para a constituição da identidade da Comunidade Luterana de Imbituva-PR. O movimento migratório e o estabelecimento deste grupo étnico e eclesial produziram tensões e conflitos na sociedade receptora de modo a provocar significativas mudanças como resistências, criação de fronteiras, alteridade, assimilação, hibridização, na vida dos próprios imigrantes neste novo contexto. Etnicidade e religiosidade configuram categorias de análise relevantes para a compreensão de aspectos concernentes à historicidade da configuração identitária deste grupo social.

Palavras-chave: Identidade, Imigração, Luteranismo, Estado Novo, Etnicidade, Religiosidade.

ABSTRACT

This research aims to weave a historiographic study about the process of construction of Ressurreição Evangelical Lutheran Community, located in the city of Imbituva, in South-Central Paraná state. Between the tensioned forces of aggregation and dispersion, this text has as objective to identify the ethnic elements (belonging to the "Volga Germans" immigrants and their respective descendants) and religious (from Lutheran Protestantism) and to investigate the relations of these elements with the impact of political practices on the context of Getúlio Vargas government in Brazil, especially during the period of "New State" (from 1937 to 1945) that contributed to the construction of the identity of the Lutheran Community of Imbituva-PR. The migration movement and the establishment of this ethnic and ecclesiastical group produced tensions and conflicts in the receiver society in order to cause significant changes, as resistances, creation of borders, otherness, assimilation, hybridization, in the life of the own immigrants on this new context. Ethnicity and religiosity configure categories of analysis relevant to the understanding of aspects concerning to the historicity of identity settings in this social group.

Keywords: Identity, Immigration, Lutheranism, New State, Ethnicity, Religiosity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da colonização alemã no Paraná.....	27
Figura 2: Mapa do assentamento dos alemães do Volga no Paraná.....	29
Figura 3: <i>Evangelisch-Lutherische Gemeindeschule</i> (Escola da Comunidade Evangélica Luterana).....	76
Figura 4: Colégio Luterano Rui Barbosa.....	76
Figura 5: Altar do templo da Comuna Evangelica Lutherana de Imbituva.....	77
Figura 6: Altar do templo da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição.....	78
Figura 7: Atas das Assembleias da Comunidade Ev. Luterana da Ressurreição de Imbituva nº 1.....	87
Figura 8: Folha avulsa anexada ao Livro de Atas das Assembleias da Comunidade Ev. Luterana da Ressurreição de Imbituva nº 1.....	87

LISTA DE SIGLAS

CVGS	<i>The Center Volga German Studies</i>
DOPS	Delegacia de Ordem e Política Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IELB	Igreja Evangélica Luterana do Brasil
LCMS	<i>Lutheran Church-Missouri Synod</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CAPÍTULO 1 – DA “ALEMANHA” AO “CUPIM” PELO “VOLGA”: UMA TRAJETÓRIA DE IMIGRAÇÃO (DE VÁRIAS GERAÇÕES).....	18
1.1 A MIGRAÇÃO DOS “ALEMÃES DO VOLGA”.....	20
1.2 A FORMAÇÃO DA “COMUNA EVANGELICA LUTHERANA DE IMBITUVA”.....	31
2 CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA NACIONALISTA DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO.....	37
2.1 OS “TEUTO-BRASILEIROS” À SOMBRA DO ESTADO NOVO E DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	41
2.2 “SÚDITOS DO EIXO” E “NAZISTAS” NA MIRA DE VARGAS: A PRISÃO DO PASTOR BACHIMONT.....	47
3 CAPÍTULO 3 – REPENSANDO A IDENTIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA DA COMUNA LUTHERANA DE IMBITUVA SOB O ESTADO NOVO.....	59
3.1 MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	60
3.2 NOVOS CAMINHOS DE IDENTIDADE.....	62
3.3 DE UM SÍNODO PARA OUTRO: A TRANSIÇÃO DA “IECLB” PARA A “IELB”....	67
3.4 ETNICIDADE.....	70
3.5 RELIGIOSIDADE E ETNICIDADE.....	81
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
5 RELAÇÃO DE FONTES.....	100
5.1 FONTE DE ÁUDIO.....	100
5.2 FONTE DIGITAL.....	100
5.3 FONTE IMPRESSA.....	100
5.4 FONTE MANUSCRITA.....	101
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca fazer um estudo historiográfico acerca da construção de identidade da Comunidade Evangélica Luterana “Ressurreição” no contexto do Estado Novo, localizada no município de Imbituva¹, região centro-sul do Estado do Paraná. Atualmente, esta Comunidade faz parte da “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” (IELB), proveniente da Igreja Luterana - Sínodo de Missouri (*Lutheran Church Missouri Synod*), dos Estados Unidos da América do Norte.

Para Stuart Hall a questão de identidade consta na pauta de discussão da teoria social. Esta abordagem trata daqueles “aspectos de nossas identidades que surgem do nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. (HALL, 2006, p. 8) O sujeito da modernidade enfrenta uma “crise de identidade”, haja vista seu quadro referencial e estável do mundo social (e religioso) ter se tornado parte de um amplo processo de mudanças. Na modernidade, este sujeito “unificado” passa a ser um indivíduo “fragmentado”. Neste novo cenário caótico emerge a necessidade de produção de “novas identidades”.

Com relação à produção identitária de grupos migratórios, Stuart Hall explica que

[...] precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que tem perturbado o caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas: os processos de globalização, [...] e os processos de migração forçada (ou “livre”) que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós-colonial. As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm haver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar” e “como nós temos sido representados” e “como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Elas têm a ver tanto com a *invenção* da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se transforma” (Gilroy, 1994): não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas “rotas”. Elas surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional, desse processo não diminui, de forma

¹ Mapa de Imbituva. Disponível em: <<http://es.weather-forecast.com/locations/Imbituva>> Acesso em: nov. 2016. Conforme Anexo A.

alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático. (HALL, 2000, p. 108-109)

A construção identitária dos “alemães do Volga” em Imbituva ocorreu num processo de migração “forçada” que buscou se corresponder com seu passado a partir de seus “recursos históricos” e suas “origens étnicas”, ao mesmo tempo em que vivenciaram novas condições e novos contextos para seu estabelecimento na sociedade receptora. A produção de uma nova identidade emergiu de tensões que “coabitaram” nos contatos culturais desde o início da história deste grupo.

Ao tratar sobre o cristianismo no Brasil, especialmente o protestantismo luterano, Martin Dreher ressaltou que “desde meados do século XIX a questão migratória [...] vai ter também consideráveis consequências para a vida da igreja no país.” (DREHER, 1993, p. 7) Um olhar historiográfico sobre a Comunidade Luterana em Imbituva-PR nos conduz à análise de dois elementos que impactaram significativamente e produziram transformações do seu processo constitutivo identitário: a sua etnicidade e religiosidade. Tais elementos ajudam a compreender o estabelecimento da igreja luterana na cidade. Foram distintos e, ao mesmo tempo, imbricados, tensos e relacionais. Buscamos, assim, problematizar o processo de invenção e construção da identidade deste grupo eclesiástico em um período específico, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. O processo migratório e seus elementos étnico-religiosos se constituíram numa possível chave hermenêutica para a compreensão da historicidade desta Comunidade.

No Capítulo 1 – Da “Alemanha” ao “Cupim” pelo “Volga”: uma trajetória de imigração (de várias gerações) – temos a apresentação, descrição e contextualização do movimento migratório e trajetória percorrida pelos imigrantes originários da “Alemanha” (ou antigas regiões “alemãs” que se tornaram, posteriormente, a Alemanha como Hessen, às margens do Rio Reno na Renânia, Palatinado, Württemberg, Franken) que se deslocaram a convite da Czarina Catarina II, a Grande, por volta de 1763, para a Rússia, ao redor do Rio Volga, próximo ao mar Cáspio, nas regiões de Saratov e Sâmara (Baixo Volga). No final do século XIX, os impactos do nacionalismo russo fizeram com que a maior parte do grupo de alemães ali estabelecidos, em dificuldades, emigrassem para outros

lugares, dentre os quais o sul do Brasil. Estabeleceram-se nos Campos Gerais do Paraná e, posteriormente, alguns se deslocaram até a localidade do “Cupim” (hoje Imbituva). No idioma “teuto-brasileiro” tornaram-se conhecidos como os “alemães do Volga” (*Wolgadeutsche*), também chamados de “alemães russos” pela historiografia, dada suas respectivas procedências. Estes alemães do Volga eram membros oriundos, em grande parte, da igreja luterana. Este grupo se organizou e formou a “*Evangelisch-Lutherische Gemeinde - Cupim*”. Antes mesmo da formação e organização institucional efetiva da igreja, foi construído um cemitério (1885/86) para enterrar seus próprios mortos. De modo semelhante, esta situação também aconteceu com os primeiros imigrantes alemães em Curitiba, pois os “hereges” eram proibidos, no Império, de enterrar seus mortos em “terra consagrada”. Logo depois da fundação da igreja, com a chegada do seu primeiro pastor (Johannes Dehmlow), organizaram e fundaram uma escola (*Gemeinde Schule*). Constituíam-se num grupo de imigrantes étnicos (alemães russos) e religioso (luteranos) que passava a habitar e viver em terras brasileiras. Esta configuração lhes trouxe, por um lado, idiossincrasias identitárias, e por outro lado, semelhanças a outras situações vivenciadas por imigrantes (alemães), que se tornaram o objeto de estudo, investigação e análise nesta dissertação.

No Capítulo 2 – A política nacionalista do governo de Getúlio Vargas e o Estado Novo – fizemos uma explanação sobre alguns aspectos relativos à política voltada aos imigrantes e, mais especificamente, aos seus descendentes sob o governo de Getúlio Vargas. Referimo-nos ao “Estado Novo” e sua “Campanha de Nacionalização”, baseada na ideia de “assimilação cultural” imposta àqueles que já haviam se estabelecidos no país. A estratégia política “assimilacionista” do Estado Novo promoveu tensões e conflitos com os “alemães russos do Volga” em Imbituva por serem considerados um “núcleo colonizatório”, alcunha designada pelos agentes do Estado Novo. Neste capítulo também fizemos uma análise historiográfica dos impactos causados aos imigrantes e seus descendentes no período do Estado Novo, ainda mais intensificada com a declaração oficial da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha, Itália e Japão, em agosto de 1942. O projeto nacionalista foi de encontro aos princípios da igreja luterana “alemã” no Brasil, de forma mais incisiva nos grupos eclesiais (sínodos) que tinham como grande valor e elemento identitário a etnicidade. Tanto o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul como a Associação

Luterana Caixa de Deus (*Lutherischer Gotteskasten*) da Alemanha (*Gotteskasten Synode*), aos quais a Comuna Evangelica Luterana de Imbituva era filiada, sustentavam a germanidade (traduzido como *Deutschtum*) e a maneira de ser alemã (*Deutsches Wesen*) como características fundamentais do seu trabalho eclesiástico e identidade étnico-religiosa. Consideravam-se teuto-brasileiros (*Deutschesbrasilianer*), condição reprovável, não cabível nem compreensível para os agentes nacionalistas do Estado Novo. Neste capítulo analisamos como representativo um dos conflitos que resultou na prisão do seu pastor Adolph Bachimont pela utilização peremptória do idioma alemão em público, entre outras causas. O templo da Comuna Luterana foi fechado pelas autoridades (Delegacia de Ordem e Política Social²) e as suas atividades proibidas por quase um ano. Outra situação conflitiva se deu numa solicitação de reabertura da igreja para a realização da cerimônia de casamento da filha do Sr. Alberto Diedrichs, empresário local e membro filiado à Comuna Luterana, acusado por algumas pessoas da sociedade de “alemão nazista” e “nocivo” ao regime patriótico e nacionalista de Vargas. Neste contexto as tensões foram de tal intensidade que explicam e definem as suas “rupturas” e “readequações” étnico-religiosas da época.

No Capítulo 3 – Repensando a identidade étnico-religiosa da Comuna Luterana de Imbituva sob o Estado Novo – buscamos discutir a (re)construção de identidade da Comunidade em função das tensões, conflitos e aos múltiplos acontecimentos que geraram uma série de “mudanças” e “permanências” de ordem estrutural da Comuna. Neste capítulo trouxemos uma reflexão e discussão conceitual a respeito de “identidade” (Hall, Boaventura de Souza Santos, Pollack, Goffmann), “etnicidade” (Cuche, Poutignat, Streiff-Fernart, Barth, Arendt, Seyferth) e “religiosidade” (Prien, Certeau, Rehfeldt, Dreher), entre outros. Também foram analisados os efeitos das políticas do Estado Novo na trajetória da Comunidade. Entre “estratégicas” e “táticas” (cf. Michel de Certeau), com o templo fechado, sem pastor, atividades acumuladas, pressão e perseguição étnica, etc, para dar sequência às suas atividades e vida comunitária, a Comunidade Luterana desligou-se do *Gotteskasten Synode* para se filiar ao Synodo Evangelico Luterano do Brasil (hoje IELB). Este sínodo tinha pastores formados aqui no Brasil, em seminário

² Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) - “foi instituído com o objetivo de articular e sustentar um sistemático esquema de segurança contra-revolucionária, registrando todos os atos considerados suspeitos”. Ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Inventário Deops: Alemanha. Módulo I. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997b.

próprio na cidade de Porto Alegre-RS. Seus pastores eram, quase em sua totalidade, de ascendência alemã filiados ao protestantismo missionário norte-americano que sustentava em seus discursos oficiais a ênfase na confessionalidade (ortodoxia luterana), missão (inculturação) e evangelização (aculturação), mais do que na manutenção da etnicidade (germanidade).

Para Jacqueline Hermann (1997) e Virgínia de Castro Buarque (2012), o estudo a respeito das religiosidades passou por diferentes momentos. Estudos historiográficos sobre religião sob a perspectiva social e política, ou seja, como uma comunidade humana e não como instituição divina (abordagem teológica), surgiram em meados do século dezoito.

Grande parte dos estudiosos identificam esta virada nos estudos teológicos de Johann Lorenz von Mosheim, professor de Göttingen, publicados em 1755. Para ele, ainda que a atuação de Deus possa ser reconhecida na fundação e na permanência da igreja (ele referia-se à confissão luterana), esta instituição, em seus traços mais característicos, era concebida como uma sociedade análoga ao Estado; sua história deveria ser narrada, portanto, como uma história política. (BUARQUE, 2012, p. 20)

No século dezenove assuntos sobre religião aparecem fortemente nas Ciências Sociais, mais especificamente no campo de estudo da Antropologia, cujo objetivo constituía-se em compreender as religiões que receberam a alcunha de “primitivas” e também da Sociologia, em que se analisava os elementos constitutivos da sociedade. Assim, começou a se investigar o “papel social” das religiões, abordagem deste trabalho.

No século vinte consolidou-se a experiência eclesiástica observada à luz das Ciências Sociais, principalmente com base em pensadores como Émile Durkheim e Max Weber. Ambos percebiam a religião como uma representação das relações e vivências coletivas. Com estas influências, o estudo das religiões e religiosidades se tornou um novo campo para a análise histórica. Para Michel de Certeau (1971), foi justamente neste tempo que a religião perdeu sua hegemonia de conferência de sentido à vida social nas sociedades ocidentais. Transformou-se num produto histórico passível de análise dos pesquisadores vinculado às relações político-sociais vigentes em sua respectiva temporalidade. Assim também, a religiosidade

passou a ser concebida como um fenômeno cultural mais vinculada ao estudo das linguagens e das simbologias.

As primeiras produções científicas sobre religião no Brasil foram entre a passagem do período monárquico à república. Nesta época, a intelectualidade brasileira privilegiou o estudo dos aspectos e qualidades pelas quais deveriam se constituir a legitimidade do caráter nacional.

Este trabalho busca pensar a religião conforme desenvolvida por Émile Durkheim (1996) na obra “As Formas Elementares da Vida Religiosa”. Para o autor, em síntese, a religião é uma instância da ordem coletiva, que se constitui num “fato social”. Cornelius Castoriadis (1982) também contribui para esta reflexão quando propôs pensar a religião o centro do processo instituidor do corpo social na sua dimensão imaginária ou simbólica. Neste mesmo sentido “[...] Berger considera a sociedade e a religião como produtos humanos; sua ênfase, entretanto, está colocada no processo de construção social da realidade e nas relações entre os indivíduos e o produto de sua criação.” (SILVA, 2000, p. 39)

Esta análise toma ainda, como referencial teórico, os estudos culturais tais como propostos por Clifford Geertz na obra intitulada “A interpretação das culturas” (2008), uma vez que as práticas constitutivas da comunidade religiosa a ser estudada procedem da cultura pactuada entre seus membros, ou seja, dos códigos culturais por eles criados, significados e interpretados em primeira mão.

Nestes termos, a Comunidade Luterana em Imbituva-PR tornou-se uma possibilidade interpretativa que permitiu empreender estudos relacionados à relação entre cultura e identidade(s), etnicidade e religiosidade, num contexto peculiar, às práticas políticas do Estado Novo e seus impactos.

1 CAPÍTULO 1 – DA “ALEMANHA” AO “CUPIM” PELO “VOLGA”: UMA TRAJETÓRIA DE IMIGRAÇÃO (DE VÁRIAS GERAÇÕES)

René Gertz escreveu que desde 1555 há registros de historiadores que apontam a presença dos primeiros protestantes no Brasil com as invasões francesas e, posteriormente, no século XVII voltaram com os holandeses, no entanto ambos os grupos não deixaram marcas. (GERTZ, 2007)

No Brasil, houve toda uma “política de colonização” que marcou o processo de “colonização” da América Portuguesa. Destaca-se, em seu início, a vinda de D. João VI. O processo colonizatório assumiu caráter inovador no que diz respeito às estruturas existentes, pois sua formação inicial estava assentada no tripé: latifúndio, monocultura e escravidão. Com a abertura dos portos às “nações amigas”, dentre outras mudanças, ocorreu a vinda dos primeiros grupos organizados de protestantes para o país. No século XIX se intensificou a imigração europeia ocasionada pela vinda da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808. Finalmente, depois da outorga da Constituição de 1824 que assegurava a liberdade de existência de outras denominações religiosas de origem “não católicas”, foi então que o protestantismo passou a obter seu espaço, ter visibilidade e reconhecimento de existência institucional na sociedade brasileira. (CAPELLARI, 2001) Com as políticas de incentivo houve o aumento das imigrações. Grandes levas de imigrantes, especialmente da Alemanha, vieram para o Brasil. Muitos destes imigrantes eram protestantes e “luteranos”.

Inúmeras razões levaram o país a receber os imigrantes que aqui aportaram a partir de 1808. Este processo migratório deveras complexo trouxe profundo impacto e transformações históricas, econômicas, sociais, políticas, religiosas, tanto na Europa como no Brasil. Para Ricardo Willy Rieth (2010)

O governo imperial brasileiro, por sua vez, tinha grande interesse na imigração desses europeus. Afinal de contas, eles iriam: – ocupar o extremo sul do país, fortalecendo uma fronteira constantemente ameaçada por invasores da América hispânica; – fornecer à cidade e aos quartéis produtos agrícolas, algo que a pecuária, principal atividade econômica regional, não tinha condições de oferecer; – gerar uma classe média, passível de ser mão de obra assalariada, numa sociedade formada até então quase que exclusivamente por latifundiários e escravos; – dignificar o trabalho num

país onde realizar atividade braçal significava tanto quanto perder a honra e a liberdade diante da sociedade; – branquear a raça num Brasil que era predominantemente negro no começo do século passado (e poderia a qualquer momento tornar-se palco de uma revolução da esmagadora e oprimida maioria negra contra a minoria branca, a exemplo do que ocorrera no Haiti em 1804); – promover a valorização de terras virgens, que até então tinham reduzido ou nenhum valor, pois eram ocupadas por florestas ou habitadas por indígenas; – expulsar os indígenas para a margem das terras colonizadas e colaborar no seu extermínio, ou então garantir a ocupação das terras de onde esses já tinham sido expulsos; – sedimentar, enfim, na qualidade de pequenos proprietários, o regime de grande propriedade da terra, pois assegurariam as fronteiras do latifúndio e produziram o que esse era incapaz de produzir: alimentos para os brasileiros. (RIETH, 2010, p. 208)

O imigrante entrou e se estabeleceu como povoador, trabalhador de centros urbanos, produtor na forma de pequena propriedade. Foi estabelecido como mão de obra “livre” e “barata”. Foi também usado contra o negro. Esperava-se que com a presença dele houvesse o branqueamento da raça. Quando recebiam terras onde habitavam nações indígenas sucediam embates sangrentos que colaboraram até mesmo para extinção de muitos grupos indígenas.

A imigração também provocou inúmeras discussões e questionamentos como: Quem recrutaria os imigrantes? Quem financiaria suas viagens? Qual seria o “regime” de trabalho para este imigrante? Deveria ser parceiro ou arrendatário? Os imigrantes deveriam ocupar somente o campo ou poderiam se estabelecer nas cidades? Teriam por direito o recebimento de terras ou estas terras deveriam ser doadas aos nativos brasileiros? Se recebessem terras seriam doadas ou pagariam por elas? Receberiam ferramentas, sementes ou teriam que adquirir? Ainda no âmbito jurídico, deveriam os estrangeiros serem “naturalizados” ou não? Imigrantes protestantes poderiam ocupar cargos públicos? As relações conjugais e matrimônios poderiam ser considerados válidos ou eram concubinatos? Poderiam, ainda, serem sepultados nos cemitérios existentes? Estas e outras questões levantadas eram de fundamental importância para configurar o estabelecimento destes imigrantes em território brasileiro.

As imigrações para o Brasil aconteceram num contexto bastante peculiar da sua sociedade, pois havia por aqui múltiplas etnias indígenas, colonialismo português e um regime escravocrata de produção. Com a “independência política” em 1822, o Brasil se deparou com dilemas a partir da nova situação e condição

frente ao fenômeno migratório. A religião e, conseqüentemente, a igreja fazia parte desta nova configuração social.

A imigração alemã se faria acompanhar, todavia, por inúmeras dificuldades, como por exemplo, a resistência dos latifundiários, que enxergavam na política migratória um prenúncio da abolição. Da parte do governo prussiano, por outro lado, a emigração para o Brasil também não era incentivada, por se tratar de um país cuja religião oficial era a católica, o que impedia o reconhecimento dos casamentos protestantes e trazia problemas de legitimação de heranças. Colocavam-se ainda obstáculos aos não-católicos para a ocupação de cargos públicos e a participação política era veladamente coibida. (MAGALHÃES, 1993, p. 53)

Ao tratar da questão das igrejas e a imigração, José Oscar Beozzo pontuou a dificuldade dos protestantes diante da hegemonia católica, religião do Estado. Excedidas as formas de religiosidade indígena e africana, o Brasil colonial era demarcadamente católico. O grupo de protestantes mais antigo, massivo e expressivo a adentrar ao Brasil e se estabelecer definitivamente foi o de luteranos. Desde 1819, e depois em 1824, aqui chegaram como imigrantes alemães. Constituíam-se uma minoria absoluta na sociedade brasileira. (GERTZ, 2007) Os protestantes sentiam-se assim, triplamente “marginalizados”: por serem estrangeiros, não proprietários e ademais não-católicos.” (DREHER, 1993, p. 30)

1.1 A MIGRAÇÃO DOS “ALEMÃES DO VOLGA”

A distinção tradicional que referencia um tipo de classificação do processo migratório distingue os termos de uma perspectiva linguística da seguinte maneira: 1) a “emigração” corresponde à “saída” “espontânea” ou “forçada” de um país para viver em outro; ou de uma região para dentro de um mesmo país, provisória ou definitivamente; 2) já, a “migração” diz respeito ao movimento de entrada ou saída de indivíduos em países diferentes ou dentro de um mesmo país (de um estado para o outro, de uma cidade para a outra); e 3) por sua vez, o termo “imigração” corresponde à entrada de estrangeiros num país; na cidade, estado ou região do

seu próprio país que não seja de sua origem, ou ainda de um país que também não seja de sua origem.

Costuma-se distinguir “imigração” (internacional), logo “estrangeiros”, de “migração” (interna) como se fosse critério classificatório dos deslocamentos populacionais. “Esquecemo-nos, assim, que as migrações são fenômenos sociais – e, por que não? - **eminentemente históricos**.”³ (NADALIN, 2001, p. 9) Também nos esquecemos que o ato migratório está relacionado ao nosso cotidiano, em busca de uma melhora adiante.

Na década de 1940 foi desenvolvida a tese de que o processo migratório decorre da interação dos fatores de atração e repulsão. Esta tese, desenvolvida especialmente por H. Jérôme (1947), sustentava que a imigração não se processa apenas pelo processo decisório de abandonar a pátria de origem, mas também pela imposição simultânea de, pelo menos, duas condições: 1) que a situação interna do país de origem torne-se intolerável ou que ela se apresente como tal para o potencial imigrante. 2) que o outro país lhe traga uma perspectiva positiva como resposta à situação do pretense imigrante, concedendo-lhe a possibilidade de recomeçar a vida com chances de obter o que lhe foi negado em seu próprio país.

O movimento migratório dos “alemães do Volga” possui como cenário de pano de fundo uma Europa em intenso conflito. Regiões divididas por guerras, consequências de disputas políticas de ordem interna e externa. A Alemanha, no século XVIII, constituía-se apenas numa expressão. Era abstrata, nebulosa, idealizada por alguns, ao mesmo tempo que estava estruturalmente fragmentada. Variava conforme a ocasião, o lugar, a cultura e a língua. Um alemão, naquela época, poderia designar uma série de referências dependendo de sua região ou circunscrição geográfica. Era prussiano, bávaro, württemberguiano, hannoveriano, entre outros. Enquanto emergiam os estados-nações da Idade Média como Espanha, França, Inglaterra, com suas monarquias absolutas e centralizadas, o povo alemão não conseguia estabelecer a unidade de um Estado Nacional. Configurava-se num mosaico de pequenos domínios com vínculos predominantemente feudais. Constituíam-se num complexo de mais de 360 estados com diferentes arranjos territoriais, políticos e econômicos. Assim sendo, pairavam à mercê de embates entre os seus povos vizinhos. Dos múltiplos e intensos conflitos

3 (Grifo original)

sangrentos que emergiram desta condição, destacam-se a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que deixaram marcas indeléveis em seus envolvidos.⁴

Este cenário caótico provocou uma série de acontecimentos que se tornariam razões, mais tarde, para o processo migratório dos alemães que habitavam a região do Volga. O povo buscou na imigração a possibilidade de um novo lugar e uma nova situação com paz e estabilidade.

A Alemanha só se tornou unificada um século depois após a guerra franco-prussiana em 1871 sob liderança de Otto Von Bismarck (1815-1898). Após a queda de seu líder Otto von Bismarck (1890), impôs-se crescentemente a posição dos que desejavam um “estado alemão” fomentando diretamente a preservação da cultura germânica dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. Provavelmente, os alemães oriundos do Volga somente vieram a ter contato com o chamado “nacionalismo alemão” posteriormente, através da leitura de uma literatura “alemã” ou teuto-brasileira disponível, já devidamente estabelecidos em suas respectivas colônias na diáspora.

A Comunidade Luterana estudada está relacionada ao grupo de imigrantes alemães que, segundo Marta Auer (2016), deslocaram-se para o Brasil no século XIX, após longo período vivido em colônias nas terras russas. Com o aumento das exigências e da rigidez do nacionalismo russo no final do século XIX, este grupo de imigrantes alemães passaram a enfrentar dificuldades naquele território. Perderam inúmeros privilégios tais como a isenção tanto do serviço militar como da cobrança de impostos, aridez das terras designadas, bem como a própria autonomia de administrar diversos aspectos do cotidiano das colônias, entre outras insatisfações. Assim, então, os imigrantes alemães começaram a sair da Rússia. Alguns voltaram para a Alemanha e outros emigraram para outros países como os Estados Unidos, Canadá, Argentina e Brasil. Outros, ainda, preferiram não deixar aquelas terras e lares já construídos e, assim, permaneceram na Rússia. A partir de então, foram adotados, inclusive pela historiografia, de “alemães russos” ou “alemães do Volga”.

⁴ O cenário aqui descrito tem como fonte o livro “Resumo Histórico e Genealogia dos Alemães do Volga” (1997) escrito por Carlos Alberto Schwab, nascido em Ponta Grossa-PR, engenheiro agrônomo, descendente de colonos dos “alemães do Volga”.

Segundo Estêvão Müller⁵ o termo “alemães russos” ou “alemães do Volga” “expressa melhor quem somos e nos distingue de outros grupos alemães... Em alemão Deutschen aus Russland ou simplesmente Russlanddeutschen era o termo utilizado pelos nossos antepassados, tradicionalmente.” (MÜLLER, 2003, p. 190) Esta nomenclatura já existia em 1919 com a “Associação de Alemães do Volga” (*Verein der Wolgadeutschen*). O termo foi consagrado como patrimônio de todos os alemães do Volga e seus descendentes. Para Müller, “os que o usam como nome de alguma instituição, em programas de rádio, ou outros, têm a obrigação moral de fazê-lo com dignidade, em respeito a todos os integrantes do grupo ou da coletividade em questão.”⁶ (MÜLLER, 2003, p. 191)

A maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil se estabeleceu na região sul. A primeira colônia “alemã” estabelecida no Brasil foi em 1824 em São Leopoldo-RS. Depois, em 1828, outro grupo de alemães se estabeleceu em São Pedro de Alcântara-SC. Em 1829 chegaram na Colônia Rio Negro os “alemães” provenientes da cidade de Trier, cidade situada ao oeste da “Alemanha”, junto ao Rio Mosel, na Renânia/Palatinado. (MÜLLER, 2005, p. 39) Foi somente em 1876 que aportaram no Brasil os primeiros grupos de “alemães russos do Volga”. No contexto da chegada dos primeiros imigrantes alemães na então chamada “5ª Comarca de São Paulo”, havia alguns movimentos que buscavam a autonomia política do Paraná. A emancipação da comarca do Paraná, após inúmeras tentativas, tensões e conflitos, foi aprovada em 2 de agosto de 1853. Ainda no mesmo mês de agosto, no dia 29, sob Lei nº 704, sancionada por D. Pedro II, foi criada a província paranaense. Em 19 de dezembro de 1853 ocorreu a instalação solene da nova província, tomando posse o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Após a emancipação da “Província do Paraná”, a imigração se torna ainda mais intensa. Assim como outros territórios paranaenses, esta Província recebeu durante várias décadas do século XIX imigrantes oriundos de distintos países e regiões do continente europeu dentre os quais, vários grupos étnicos “alemães”.

5 Estêvão Müller, nascido em Mariental, município da Lapa-PR, escritor, professor marista, graduado em Línguas Anglo-Germânicas e em Pedagogia, músico, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, trabalha na área da Pastoral da Saúde PUC-PR. Atua no campo de pesquisas históricas da etnia alemã, principalmente de imigrantes provindos da Rússia e seus domínios. (cf. Dados Biográficos In: MÜLLER, 1995, p. 219-221)

6 Conforme o I Congresso Argentino de “*descendientes de Alemanes de Volga*”. Buenos Aires 17, 18 e 19 de noviembre de 2000.

A política de imigração foi sustentada pelo tripé: 1) ocupação de vazios demográficos, 2) produção agrícola nas pequenas propriedades; e 3) trabalho livre, caracterizando-lhe distinção da imigração paulista, a saber, a colonização. (DE OLIVEIRA, 2007)

Existe a tese de Wilson Martins que, durante as décadas de 1950 e de 1960, o Paraná foi descrito como “diferente”. (Balhana et al., 1969; Wachowicz, 1969), muito embora os estudos posteriores sobre escravizados demonstrem uma outra configuração étnica⁷. Os autores que defendem a descrição do Paraná “diferente” apontam duas razões: 1) a primeira razão se deu porque não teria consolidado o padrão clássico da sociedade luso-brasileira que gira em torno de relações senhoriais, grande latifúndio e monocultura de exportação; 2) a segunda razão, porque sua economia, desde a colônia, desenvolveu-se sobre bases capitalistas industriais. Exemplo disso eram as indústrias da madeira e da erva-mate marcadas por intensa atividade comercial e exportadora. E por último, acrescenta-se ainda porque a forte presença do imigrante europeu, especialmente nos anos de 1870, modificou consideravelmente o perfil populacional do estado, sua cultura e suas relações sociais. A tese de Romário Martins (1899) sustentava que o “xadrez étnico” local constitui-se de uma maneira distinta em relação ao restante do país. Era uma nova interpretação da história e do papel de imigrante. Era também uma espécie de anúncio informal da diferença cultural e social do Paraná – o “Brasil diferente”. Esta tese amparava-se por uma análise que relacionava dados históricos, demográficos e étnicos, associados à questão do clima e à incorporação social do elemento imigrante não-português. (DE OLIVEIRA, 2007)

7 Segundo José Alexandre da Silva e Maria Antônia Marçal (2016): Historiadores e pesquisadores vinculados a uma corrente historiográfica que já foi denominada como ‘nova história social da escravidão’ jogaram por terra os argumentos que sustentavam a concepção equivocada de que a escravidão no Paraná – e por consequência a resistência a esta mesma – não foi significativa. Tal argumento que só vem a ser corroborado com a publicação do livro de fotos ‘Paraná Negro’ organizado por Jackson Gomes Júnior, Geraldo Luís da Silva e Paulo Afonso Bracarense Costa. O conteúdo da obra, fotografias e informações, é fruto de um levantamento feito pelo Grupo Clóvis Moura cujo objetivo era mapear as comunidades de descendentes de quilombolas. Este livro traz três capítulos, dos quais, o primeiro traz uma contextualização histórica situando o Brasil na rota dos “descobrimentos”, bem como uma definição antropológica sobre comunidades remanescentes de quilombolas. Já o segundo faz uma breve descrição da origem das comunidades de acordo com seus moradores e o terceiro chama a atenção para alguns elementos importantes da cultura material destas comunidades.” In: SILVA, J.A. da; Marçal, M. A. O Paraná negro e a voz dos remanescentes de quilombos. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=resenhas&id=44>> Acesso em: nov. 2016.

Ao tratar sobre o processo de adaptação dos imigrantes, Rosângela Wosiack Zulian aponta

Os processos de imigração e colonização no território paranaense foram acompanhados por um conjunto de expectativas, tanto por parte dos que chegavam, confiantes na propaganda divulgada nas terras de origem, quanto pelas elites locais, que idealizavam o trabalhador europeu. Em ambos os casos, as experiências colonizadoras nem sempre corresponderam ao esperado, gerando conflitos entre as partes. (ZULIAN, 2010, p. 300)

Da emancipação do Paraná (1854) até os fins do século XX, o movimento Paranista, o Simbolismo, através de intelectuais e artistas (maioria pintores) buscavam “inventar o Paraná, criando um sentimento de pertença a uma terra que até então não possuía sequer a garantia física de seu território”. (PEREIRA, 1996, p. 75) Neste cenário, o *locus* dos imigrantes europeus estava na constituição do imaginário paranaense.

O exemplo emblemático da trajetória dessa busca de identidade que desembocou na consolidação do papel do imigrante na história social local é, sem dúvida, a comemoração do centenário da emancipação do estado (1953) e o livro *Um Brasil diferente*, de Wilson Martins. (DE OLIVEIRA, 2007)

Diferentes pesquisadores que se dedicaram ao estudo do processo de povoamento da Província do Paraná afirmam que essa região foi marcada pelo intenso fluxo e estabelecimento, especialmente a partir do ano de 1876, de colônias de imigrantes alemães originários da região do rio Volga na Rússia. Tendo em vista que, após a verificação dos resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba, houve o estímulo para a expansão dos núcleos colonizatórios para o litoral e para a região dos Campos Gerais.

Segundo o Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais” a expressão possui alguns sentidos que atendem às necessidades de uma identificação regional num estado com marcante dinâmica territorial. A expressão

“Campos Gerais do Paraná”⁸ foi consagrada por Maack (1948) como uma região de vegetação peculiar (zona fitogeográfica natural, de campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária), cuja área está situada sobre o Segundo Planalto Paranaense (no reverso da Escarpa Devoniana), a qual o separa do Primeiro Planalto. Aqui, o termo se define por critérios fitogeográficos e geomorfológicos. Já a identidade histórica e cultural da região dos “Campos Gerais” foi vinculada à rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de muares e gado de abate vindos do Rio Grande do Sul para São Paulo e Minas Gerais. Este ciclo do tropeirismo possuiu grande influência na cultura, hábitos e costumes dos Campos Gerais do Paraná, em sua maioria de origem gaúcha. Ainda outras definições têm sido adotadas como a Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG, cujos critérios são econômicos e políticos. Aos consórcios de gestão ambiental, por exemplo o COPATI (Consórcio Intermunicipal para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi), ligado ao SEHR - Sistema Estadual de Recursos Hídricos, tem prevalecido como critério de demarcação regional a área da bacia hidrográfica do Rio Tibagi.

Para preservar os critérios naturais e históricos de identidade regional, e que seja funcional na organização do espaço, o Dicionário definiu que os critérios de homogeneidade são: 1) Fitogeográficos: a vegetação primitiva do município deveria ter sido, no todo ou em parte, de campos limpos; 2) Tropeirismo: o município deveria ter estado integrado ao “Caminho de Viamão”, principal rota das tropas no século XVIII e XIX; 3) Associativismo: o município deve integrar a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). Para fazer parte da área de abrangência do Dicionário, o Município deveria combinar pelo menos dois destes critérios. Nestes termos, o município de Imbituva se encaixa nos dois primeiros critérios, fitogeográfico e tropeirismo, entretanto no quesito associativismo Imbituva esteja ligada à AMCESPAR - Associação dos Municípios Centro do Sul do Paraná.

No começo do século XIX, os “Campos Gerais do Paraná” era caracterizado como uma sociedade campeira sob grande influência paulista e rio-grandense. Ainda no início do século XIX, encontrava-se integrada social, política e economicamente aos núcleos que formariam posteriormente o Paraná. A maioria da população era pobre. Após a separação política do Paraná (1853), os fazendeiros se tornaram a

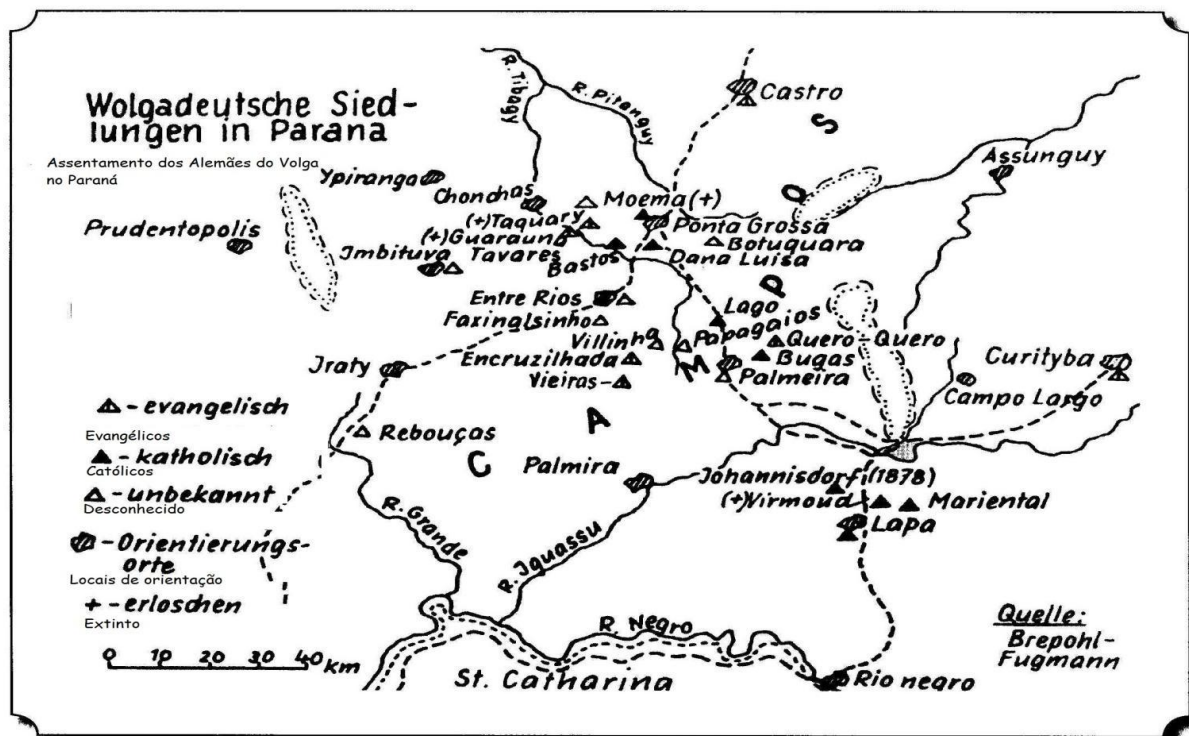
⁸ Campos Gerais do Paraná. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm> Acesso em: 30 out 2016.

Os imigrantes “alemães do Volga” que se dirigiram aos Campos Gerais, eram logo hospedados em fazendas, casas alugadas ou barracões, até que ocorresse a designação de suas terras. Os Campos Gerais abrigaram três núcleos de colônias de “alemães russos”: “Otávia” em Ponta Grossa; “Sinimbú” em Palmeira; e na Lapa as colônias de “Marienthal”, “Johannesdorf” e “Virmond”. A distribuição dos assentamentos na Província do Paraná foi dividido conforme a origem religiosa dos imigrantes, procedimento este já realizado anteriormente na região do Volga. Sobre este procedimento de divisão de terras aos colonos cujo critério foi a origem religiosa, Estêvão Müller escreveu:

O poder público teve o cuidado de, na localização dos colonos imigrantes, separá-los por religião. Esse costume já era feito quando da migração para a Rússia no tempo de Catarina II, a Grande. Ela queria evitar qualquer disputa no campo religioso. Assim, para os núcleos de Pugas, Lago, Santa Quitéria e Alegrete, foram encaminhados os que professavam o catolicismo, cabendo aos protestantes os lotes de Papagaios Novos e Quero-Quero. (MÜLLER, 1995, p. 118)

O mapa abaixo, elaborado “artesanalmente”, com indicações mais ampliadas, ilustra de alguma forma a disposição e configuração das terras legadas aos “alemães do Volga”.

Figura 2: Mapa do assentamento dos alemães do Volga no Paraná



Fonte: BREPOHL, Friedrich; FUGMANN, Wilhelm. Die Wolgadeutschen in Brasilianischen State Paraná. Stuttgart: Ausland und Heimat Ferlags, 1927, apud MÜLLER, Estêvão. Documentário da Imigração Alemã nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Curitiba: Editora Champagnat, 2009, p. 24

Ciente da condição de “construção e elaboração artesanal”, podemos perceber que a designação das terras para a localidade de Imbituva nos Campos Gerais, para os “alemães do Volga” eram de origem religiosa “desconhecida”, o que podemos inferir que se tratavam de cristãos católicos e evangélicos (protestantes).

Por inúmeras razões apresentadas e amplamente discutidas na historiografia sobre esta “região” ocupada pelos “alemães do Volga”, sabe-se ao certo que a maioria das colônias não prosperou. Marta Auer esboçou algumas tentativas no sentido de elencar algumas razões para esta saída que, na sua perspectiva, eram:

[...] a pouca fertilidade do solo, fato que gerava como consequência o insucesso nas lavouras de trigo, principal plantação dos imigrantes. Vale lembrar também a não adaptação aos costumes brasileiros, e o fato de que muitos imigrantes rumaram para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho, enfraquecendo, por conseguinte, os núcleos coloniais. (AUER, 2016)

De acordo com Luiz Fernando Saffraider (2010) uma parte desses imigrantes acabaram por se dirigir mais ao interior da “Província do Paraná”, chegando assim à localidade do “Cupim”, na região de Ponta Grossa. Cleusi Bobato Stadler registrou que

[...] os retirantes da década de oitenta fixaram-se em outras regiões do Estado, muitos deles no município de Imbituva. [...] Os colonos alemães fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava. Ao todo eram 50 famílias mais ou menos. (STADLER, 2005, p.54)

“Imbituva” surge como uma freguesia criada em 1876 com a denominação de Santo Antônio do Imbituva, subordinado ao município de Ponta Grossa. A freguesia foi criada com sede no lugar denominado “Campo do Cupim”. Esta nova povoação logo recebeu a influência de imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos. Em 1881 foi elevada à categoria de “vila”, desmembrada de Ponta Grossa, com a seguinte denominação: Santo Antônio do Imbituva. Em 1910 foi elevada à condição de cidade. Em 1929, o município de Santo Antônio do Imbituva passou a denominar-se “Imbituva”¹⁰.

Lourenço de Souza descreveu um panorama de Imbituva em publicação datada de 3 de novembro de 1893 no periódico “Almanach do Parana – Commercio, Historia e Litteratura”.¹¹ Faz um elogio à privilegiada localização de Imbituva, ao clima e às “vias de comunicação”, pois estava situada entre Ponta Grossa, Castro e Guarapuava com as quais possuía comunicação direta. Registrou-se, nesta descrição, que em 1873 tinha 800 “almas” em limitado número de casas. Sertões incultos e inóspitos habitados por “selvagem brasileiro”. Já, em 1893 possuía 12 mil habitantes e as matas povoadas pelo “elemento estrangeiro” que veio desenvolver a lavoura e trabalhar com as madeiras de construção da flora brasileira. A erva-mate produzia e desenvolvia-se largamente no município, tornando-se de tal modo uma

10 De acordo com o IBGE, “Imbituva” é um município brasileiro do estado do Paraná. Está localizado na região centro-sul, novecentos metros acima do nível do mar. Sua população no censo em 2010 era de 28.455 habitantes. Já, a população estimada em 2016 é de 31.391 habitantes. Os municípios limítrofes são Ipiranga, Ivaí, Guamiranga, Prudentópolis, Irati, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares.

11 Ver Anexo B.

fonte “inexaurível” de riqueza. O terreno em formação como do Paraná inteiro continha em suas entranhas diversas minas carboníferas que se fossem exploradas seriam uma grande riqueza para a Nação. Empreendedores realizavam escavações para descobrir jazidas de carvão mineral encontrando amostras de chisto betuminoso. Nesta descrição, Lourenço de Souza estimava que a Companhia exploradora lograsse êxito na descoberta de “precioso combustível” nos terrenos de Imbituva. Por último, reiterou uma versão do começo de Imbituva e trouxe à tona uma rivalidade de Imbituva com a Vila de “Balça” (Balsa). Disse que eram como “Atenas e Esparta”, por longo tempo travaram contínuas sucessivas guerras para firmar hegemonia sobre o antagonista.

Edemê de Matos¹² (2013) relatou em seu livro sobre a cidade que Imbituva, até o ano de 1930, foi destaque devido à sua “riqueza” principal que era a produção de erva-mate e a madeira, característica do cenário paranaense. Na região, estes produtos eram transportados em “carroções” criados e utilizados pelos alemães. Tal atividade de transporte notabilizou os alemães do Volga que deixaram suas colônias originais. Erva-mate e madeira foram parte integrante de ciclos econômicos e contribuíram grandemente para a adaptação dos colonos imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos na economia local e regional. “Imbituva era não só um centro produtor da erva-mate, mas também região de passagem entre as zonas produtoras e os centros consumidores.” (2013, p. 161)

1.2 A FORMAÇÃO DA “COMUNA EVANGELICA LUTHERANA DE IMBITUVA”

Os “alemães russos” que se estabeleceram em Imbituva eram luteranos. O desenvolvimento de comunidades no interior do estado do Paraná teve impulso com a vinda destes imigrantes germânicos da região do Volga na Rússia entre os anos de 1877 a 1879. O número ainda reduzido de famílias até esta época não tornava possível a criação de comunidades eclesiásticas e de sustentação de pastores locais residentes. Até 1886 as famílias luteranas de toda a região dos Campos

¹² Edemê de Matos, nascida em Imbituva-PR, professora, graduada em Pedagogia com especialização em Supervisão Escolar e Magistério, pós-graduada em Estatística Educacional. Atuou na área de Educação e também foi empresária.

Gerais ficaram sem assistência pastoral regular, senão visitas esporádicas de pastores de Curitiba. (BAADE, 2011, p. 72-74)

Segundo Wilhelm Fugmann¹³ a organização de uma comunidade evangélica no município só foi efetuada a partir de 1886 em decorrência do falecimento de um “evangélico inglês”. Como não era permitido o sepultamento de “não-católicos, suicidas e falecidos por doença contagiosa” (FUGMANN, 2008, p. 89) em cemitério católico, algumas famílias se uniram a fim de requererem à Câmara Municipal um terreno para a construção de um cemitério protestante na cidade. Foi-lhes concedido o requerido terreno e, assim, formou-se uma “sociedade do cemitério” que levou a cabo a organização e construção de um “cemitério luterano”. A partir dessa união, formou-se também a Comunidade Evangélica.¹⁴

Em 1884, o pastor August Boecker, de Curitiba, já havia visitado pela primeira vez os evangélicos daquela comunidade. Em 1886/87 foi a vez de serem visitados seis a oito vezes pelo pastor Gustav Geisler, vindo da Colônia Guaraúna. Os evangélicos reunidos construíram seu primeiro templo, que lhes serviria como igreja e escola até 1917, quando foi edificado um templo maior. Estiveram presentes na inauguração deste primeiro templo os pastores Siegfried Schulz, de Curitiba, e David Wiedmer, da Lapa. Inicialmente, a Comunidade não possuía um vínculo institucional confessional. De 1886 até 1895 ela foi visitada e atendida também por ministros presbiterianos, sendo que, no final deste período, por pastores luteranos,

13 Wilhelm Fugmann, pastor, nasceu na Baviera, na Alemanha, no dia 31 de março de 1886, filho de Andréas e Maria Fugmann. Estudou e formou-se em Teologia Luterana em 1908, em sua cidade natal. Sendo logo enviado ao Brasil, onde deveria iniciar sua missão religiosa. Veio diretamente para Ponta Grossa, chegando em 1909. Casou-se com Madalena Raschke e teve seis filhos. Durante 41 anos dirigiu o templo Luterano [de Ponta Grossa-PR]. Fundou a escola alemã, junto à igreja. Organizou programas radiofônicos, escreveu um livro sobre a Colonização e Imigração Alemã no Paraná, em língua alemã. Ao se aposentar foi morar em Santa Catarina, na cidade de Joinville. Faleceu em Piçarras no dia 27 de março de 1954, e seu corpo foi trasladado para Ponta Grossa, onde se encontra sepultado no Cemitério Municipal São José. (FERREIRA, Adriano José. In: Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_pastor_wilhelm_fugmann.htm> Acesso em: set. 2016.)

14 A situação aqui descrita do surgimento de Comunidades Luteranas a partir reunião de imigrantes alemães, especialmente entre os luteranos (protestantes), em buscar um lugar para sepultar seus mortos e realizarem seus ritos fúnebres, foi recorrente em outros lugares como também em Curitiba-PR (cf. trabalhos de Sérgio Odilon Nadalin), Joinville-SC e Desterro, atual Florianópolis-SC (cf. Elisiana Trilha Castro), entre outros lugares. No século XIX muitos imigrantes protestantes sofreram limitações para enterrar seus mortos pelo fato de professarem uma fé diferente não-católica. As inumações ocorriam dentro das igrejas e esta restrição, posteriormente, perdurou-se mesmo após o surgimento dos primeiros cemitérios a céu aberto. A saída encontrada pelos não-católicos, especialmente os protestantes, era criarem cemitérios próprios (confessionais) ou fomentarem a criação de cemitérios públicos. Mais recentemente surgiram as “capelas mortuárias” de caráter público para os respectivos ritos fúnebres.

inclusive de Ponta Grossa. “Os membros, na sua maior parte, eram alemães do Volga que antes tinham residido em Guaraúna, Taquari e no Leste.” (FUGMANN, 2008, p. 89)

Em 1894, aconselhados pelo pastor David Wiedmer, a Comunidade Evangélica chamou seu primeiro pastor. Foi construída uma casa pastoral. Em 1895 chegou o clérigo luterano chamado para atender a Comunidade de maneira exclusiva, o pastor Johannes Dehmlow¹⁵, vindo de Joinville SC que, por motivos de saúde, tinha que deixar a Comunidade de *Inselstrasse* (Estrada da Ilha). Este foi o primeiro pastor residente em Imbituva.

Logo após a sua “investidura” (instalação), foram fundadas tanto a igreja como a “*Evangelisch-Lutherische Gemeindeschule*” (Escola da Comunidade Evangélica Luterana) na cidade que, posteriormente ocasionou a fundação da “Associação Educacional e Beneficente Ressurreição”, hoje denominada de “Colégio Luterano Rui Barbosa”.¹⁶

Johannes Dehmlow permaneceu na comunidade até o ano de 1905. Com a saída deste pastor, logo os luteranos solicitaram filiação institucional eclesiástica ao recém-criado Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul. Este sínodo havia sido fundado no dia 9 de outubro de 1905, na Estrada da Ilha, região de Joinville SC, sob a presidência do pastor Otto Kuhr. Era formado por 5 comunidades e 11 pastores, dentre as quais a Comuna Luterana do “Cupim”. Tratava-se de uma iniciativa dos pastores enviados pela Associação Luterana Caixa de Deus (*Lutherischer Gotteskasten*) da Alemanha para

15 O pastor Johannes Dehmlow nasceu em Tribsee, na Alemanha. Foi enviado ao Brasil em 1883 pela Sociedade Evangélica de Barmen. Ele atuou nas comunidades: 1883-1895 em Estrada da Ilha (*Inselstrasse*); 1895-1905 em Cupim/PR; 1905-1906 em Taquari/RS, no Asilo Pella e Betânia; e 1906-1910 em Lajeado. Johannes Dehmlow. Disponível em: <<http://www.ieclbhistoria.org.br>>. Acesso em: 22 set. 2016.

16 A igreja luterana traz consigo por princípio eclesiástico a ênfase numa educação plural e democrática. Tendo a educação e o ensino como valores fundamentais, especialmente dos seus filhos e filhas, a importância da escola na vida do ser humano acompanha os imigrantes teuto-luteranos que chegam ao Brasil no século XIX. Segundo Hubert Matte, “... estes criam escolas ao lado de seus templos, as quais tinham também o caráter formador e mantenedor da identidade etno-religiosa deste grupo social.” (MATTE, 2009, p. 9)

atender os luteranos alemães na diáspora¹⁷. Acerca do surgimento do Sínodo, o pastor Leonhard Creutzberg relata:

O primeiro Concílio Sinodal foi convocado para os dias 7 a 9 de outubro de 1905, em Estrada da Ilha, que constituiu o Sínodo no último dia do encontro. Delegados das comunidades de Castro e Curitiba – já decididas a filiarem-se ao Sínodo – também participaram. Em Santa Catarina, as comunidades de Pedreira e Quilômetro 21 também se filiaram e enviaram delegados. A quinta comunidade disposta a isso foi a de Cupim.¹⁸ (CREUTZBERG, 2016)

A “Comuna Evangelica Lutherana de Imbituva” solicitou ao Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados outro guia espiritual. Foi eleito e designado o pastor Johannes Knörr para substituí-lo e, assim, a partir de 1905, passou a atender a igreja e a escola. Segundo Prien (2001), o pastor Knörr foi um dos enviados pela Associação Luterana Caixa de Deus (*Lutherischer Gotteskasten*) da Alemanha.

Para Fugmann (2008), a comunidade apresentou um “crescimento saudável” a ponto do primeiro templo ter se tornado pequeno para o rebanho. De 1915 a 1917 este grupo se empenhou na construção de um templo maior. A inauguração deste templo aconteceu no dia 28 de outubro de 1917, em festejo, por ocasião do jubileu (400 anos) da Reforma Luterana Alemã. Estiveram presentes por ocasião desta efeméride os pastores Otto Kuhr, Wilhelm Mittelmeier, David Wiedmer e Wilhelm Fugmann. “Com muito esforço, e contando com o trabalho braçal da comunidade, a igreja pôde ser concluída por baixo custo; ela saiu somente por 18 contos de réis.” (FUGMANN, 2008, p. 90)

17 Esta Associação Luterana (ALCD) surge no período eclesiástico do reavivamento, durante o século 19, organizada pelos pastores Ludwig Adolf Petri, em Hannover, e Wilhelm Löhe, em Neuendettelsau. Ao reconhecerem a necessidade de apoio “espiritual” aos emigrantes. O nome de *Gotteskasten* (Caixa de Deus), é uma alusão ao trecho bíblico do Evangelho de Marcos 12.41, traduzida como “gazofilácio” ou “caixa de ofertas”. Membros das comunidades luteranas fizeram doações (ofertas, contribuições) para preservar e fomentar o luteranismo no mundo. O objetivo principal era o envio de pregadores, professores e a doação de Bíblias e literatura aos luteranos na diáspora. Em 1891, voltaram-se para os luteranos no Brasil, com fins de apoiarem 24 mil teuto-russos luteranos que haviam emigrado para cá. Em 1897 foram enviados pastores ao Brasil.

18 Sobre o surgimento do Sínodo, a adesão da Comunidade Luterana de “Cupim” e os parâmetros sinodais, conferir o Anexo C. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/nascimento-do-sinodo-evangelico-luterano-no-brasil>> Acesso em: set. 2016.

De 1905 a 1936, a comunidade foi atendida pelo pastor Johannes Knörr que permaneceu ali até a sua aposentadoria. Foi o pastor que permaneceu o maior período de tempo nesta Comunidade até hoje. Em 31 de dezembro de 1936, o Sínodo Evangélico Luterano designou seu substituto para pastorear a “Comuna Evangelica Lutherana de Imbituva”, o pastor Richard Heinrich¹⁹. Este pastor permaneceu por pouco tempo, vindo a ser logo sucedido pelo pastor Adolph Bachimont em 1938..

Em 12 de janeiro de 1942, o pastor Bachimont elaborou um relatório sinodal da Comunidade Evangélica Luterana de Imbituva sobre os acontecimentos do ano de 1941. Destaco alguns trechos relevantes para o trabalho:

No ano de 1941, os cultos e atos de ofício divino poderiam ser realizados sem controvérsias.[...]

A juventude não se envolve mais com o entusiasmo de antes, embora tenha sido assumido que eles não mais se encontram nos cultos religiosos por não entenderem a língua alemã. A compreensão do sermão e a capacidade de acompanhá-lo diminuíram. Agora, poucos membros da comunidade procuram comparecer aos cultos. [...]

O Espiritismo e o uso indevido das simpatias entre o homem e gado atingem aqui seu apogeu. É sabido que o “Presidente” do conselho administrativo da comunidade obteve êxito com o tratamento do gado doente através da simpatia. [...]

A comunidade tem perdido alguns membros através de casamentos na igreja romana e na igreja presbiteriana. As crianças também tem nos abandonado uma vez que são afetadas pelas escolas católicas de freiras e padres.

Faz falta folhetos da igreja e literatura religiosa evangélica nas casas. Nossa missão deve apresentar bíblias em bom português. O catecismo deve ser obtido a partir do sínodo [da igreja luterana] de Missouri, não se deixando isso a resignar. Na mão dos pastores não se encontra quaisquer livros didáticos de língua nativa para religião e catecismo.

A igreja poderia, através do muito gentil presente de 2.000\$000, que o industrial Sr. Alberto Diedrichs e sua família deram, obter uma das decorações artísticas mais bonitas já realizadas no Paraná. Seis grandes pinturas simbólicas em afresco entre as paredes, duas menores no arco e uma de bom gosto com letreiro, obras de um pintor de igreja que deve seguir os desenhos e desejos do pastor da comunidade.[...]

Uma família tão grande quanto dos pastores não pode se manter aqui com o salário da comunidade. A administração do sínodo necessita ser alertado para mudar esses itens.

O Pastor Evangélico Luterano de Imbituva.

Com cumprimentos ao Sr. Presidente, Joinville.²⁰

19 Circular SL/Schlünzen, Nº 4 de 31/12/1936 ref. Ponto 5) transferências e designações: aposentação do P. Knörr/Imbituva; designação do P. Heinrich para Imbituva.

20 (BACHIMONT, 1941, tradução nossa). Conforme Anexo D. Tradução livre por Cassio Remus de Paula, adaptação do autor da pesquisa.

Neste relatório o pastor Bachimont traçou um panorama da vida comunitária. Escrita quase que em tom de lamento, elencou as dificuldades enfrentadas naquele ano de 1941, dentre elas destaco algumas: a preocupação com a juventude, a redução de participação dos jovens pela não compreensão (ou interesse) do idioma alemão; a baixa frequência pelas tensões produzidas com outras denominações religiosas; e a pedido de literatura na língua vernácula como Bíblias, folhetos e até o Catecismo (Menor de Martinho Lutero) em português, já traduzido e utilizado, na ocasião, pelo Sínodo de Missouri. Este panorama da vida da igreja retratado pelo pastor Bachimont, revelou traços do cotidiano eclesiástico da Comuna Lutherana de Imbituva num contexto histórico, social e político, deveras interessante: a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo.

2 CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA NACIONALISTA DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO

Em 1930, através de um movimento de revolta armada, ocorreu no Brasil uma tomada de poder por meio de um Golpe de Estado. Apoiado por chefes militares, Getúlio Vargas chegou à presidência da República. Em 24 de outubro de 1930, num golpe militar, foi deposto o presidente Washington Luís, vinte e um dias antes do término do seu mandamento. Em caráter provisório, uma junta governativa militar aguardava a chegada do comando ao Rio de Janeiro. Em novembro de 1930, Getúlio Vargas recebe da junta governativa militar a chefia do Governo Provisório (1930-1934). Com Vargas no poder, sublinhou-se, de maneira enfática, a propagação do pensamento autoritário nacionalista no Brasil aliado a um projeto de centralização do poder.

Já em dezembro de 1930, com apenas dois meses da ascensão ao poder de Getúlio Vargas, seu governo promovia a primeira medida de restrição concernente à entrada de imigrantes em território nacional. Tais medidas trariam aos de origem “estrangeira” uma série de impactos em suas vidas aqui no Brasil.

O decreto nº 19.482 estabeleceu que o ingresso de passageiros estrangeiros estaria limitado àqueles já domiciliados no país, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos portadores de “bilhetes de chamada” e aos agricultores, organizados em famílias. Este mesmo decreto também estabelecia a “Lei dos 2/3” que obrigava a qualquer empresa em território nacional tivesse pelo menos “dois terços” de brasileiros natos entre seus empregados. Justificavam-no como uma iniciativa em defesa do trabalhador nacional em detrimento da concorrência estrangeira, especialmente nos centros urbanos. (GERALDO, 2009, p.172)

Desde os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, políticos e intelectuais promoveram críticas severas às políticas de imigração e colonização mobilizadas tanto durante o Império quanto nas primeiras décadas da República, acusadas de serem demasiadamente liberais para com os imigrantes. A prática do governo imperial de incentivar a formação de núcleos de colonização com trabalhadores de origem estrangeira foi considerada a origem do problema da concentração e isolamento desses indivíduos em uma determinada região e, conseqüentemente, da dificuldade

de sua integração e assimilação na sociedade brasileira. (GERALDO, 2009, p. 174-175)

O conceito de “assimilação” apresenta aspectos diversificados na historiografia dependendo do ponto de vista adotado. Aqui, de maneira simples, trata-se do processo limítrofe em que imigrantes (ou descendentes) amalgamam-se a uma determinada sociedade nacional e diz respeito às formas diferentes de “assimilação”. Depende do “grau” de afinidade cultural absorvido no contato com o outro. Têm a ver com as condições, flexibilidade e capacidade de assimilação do novo ambiente. Sabe-se que é um processo lento, gradual. Toda transplantação provoca um “choque” cultural e psicológico. Muitas vezes algumas gerações são necessárias para sua efetivação.

O novo discurso trazido por Getúlio Vargas trazia uma série de críticas com medidas austeras no combate aos adversários do governo, dentre os quais o “perigo estrangeiro”. Eram identificados e categorizados como “alienígenas” todos aqueles indivíduos que não houvessem nascidos no país, mesmo os naturalizados e os descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis com o pertencimento à nação. O novo problema era uma questão a ser tratada pela segurança nacional. Dentre estes grupos denominados de “estrangeiros”, estava a população dos teuto-brasileiros²¹.

Teuto-brasileiro é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul. (VOIGT, 2008, p. 75)

21 Segundo Ricardo Rieth, “a expressão ‘teuto-brasileiro’ foi criada por uma elite intelectual alemã de pensamento liberal que emigrou ao Brasil após ser derrotada nas revoltas de 1848. Seus representantes assumiram posições de liderança nas cidades e também nas colônias. Trouxeram ao Brasil, as noções de nacionalidade, nação, cidadania e Estado vigentes no pensamento político alemão da primeira metade do século XIX.” (RIETH, 2004, p.23)

Giralda Seyferth explica: “Daí o uso de uma identidade com hífen — na tradução portuguesa para *Deutschbrasilianer* — que sugeria uma dupla vinculação amplamente criticada pelos cânones assimilacionistas brasileiros: à nação alemã, como grupo étnico/nacional portador de uma cultura, uma língua e uma origem racial diversa dos demais brasileiros, e ao Brasil, na condição de cidadãos que não abdicam da sua etnicidade. *Deutschbrasilianer*, porém, é uma categoria de identidade usada pela parcela mais instruída da população; a maioria dos colonos, mesmo os nascidos no Brasil, se identificava (como ainda fazem hoje) como alemães (Deutsche).” (SEYFERTH, 1999, p. 203)

Os teuto-brasileiros foram alvos de intervenção formal do Estado no sentido de serem constantemente fiscalizados, criticados e “punidos”, devido ao “estrangeirismo” na imprensa e “escolas alemãs”, entre outras instituições e associações étnicas, já a partir da I Guerra Mundial. As primeiras ações nacionalizadoras impuseram modificações aos currículos escolares, como a exigência de ensino bilíngue e a introdução de disciplinas como História e Geografia do Brasil, além de Língua Portuguesa. (SEYFERTH, 1999)

De qualquer modo, é possível afirmar que todos os grupos, nas regiões de colonização e nas cidades, formalizaram, em algum grau, suas etnicidades, fundamentadas por identidades articuladas à origem nacional, portanto, de forte inspiração primordialista. As diferenças culturais e sociais produzidas ao longo do processo histórico de imigração ficaram mais evidentes nas colônias do Sul, onde o elemento nacional era pouco representativo, mesmo na década de 30, situação derivada do processo de ocupação controlado pelo Estado que privilegiou o imigrante. Não significa que os sentimentos de etnicidade fossem mais intensos na situação colonial, mas a baixa frequência do contato com a sociedade brasileira e a concentração em áreas relativamente restritas como eram as “colônias” no seu sentido mais étnico, davam respaldo à imagem mais radical de “quistos” não-assimiláveis construída, sobretudo, durante o Estado Novo (SEYFERTH, 1999, p. 202-203)

Para este grupo, os teuto-brasileiros, havia um conceito que lhes era muito importante na medida que revelava a sua visão de nação e cidadania, além de conservar e cultivar tradições e heranças de suas comunidades de origem. Este conceito era expressado pela palavra “*Deutschtum*”²², cujo significado é traduzido como “germanidade” ou “germanismo”.

A idéia de *Deutschtum* demarca o pertencimento à etnia alemã — a crença na mesma origem ou raça, no poder aglutinador da língua, no *habitus* (Weber, 1992), na cultura compartilhada, que une todos os imigrantes e

²² *Deutschtum* engloba a língua, a cultura o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado [...]. Nesse sentido, a nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por esta razão, não depende de fronteiras; a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça, e não a um Estado. A cidadania, sim, liga o indivíduo a um Estado e, portanto, expressa sua identidade “política”. Mas uma cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados, que herdou. (SEYFERTH, 1981, p. 46)

seus descendentes à *Urheimat* (pátria original, a nação alemã). *Deutschtum* supõe pertencimento nacional baseado no direito de sangue e, por isso, imigrantes e descendentes são *Deutsche* (alemães) no Brasil; cidadãos diferentes de um Estado que, por ser imigrantista, deve assumir caráter plural. (SEYFERTH, 1999, p. 204)

A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em 15 de novembro de 1933. Por meio de manobra política, a Assembleia elegeu Getúlio Vargas como presidente da República (1934-1937). Este ato se deu antes mesmo de promulgar a nova Constituição. No dia 16 de julho de 1934 foi promulgada a Nova Constituição do Brasil. E foi estabelecido que o período de mandato presidencial deveria ser até 3 de maio de 1938. (TELLEZ, 2007)

Para Endrica Geraldo (2009), desde o Governo Provisório, a ênfase nas abordagens acerca da imigração recaía na defesa do trabalhador nacional e do fluxo migratório interno. No final de 1933, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, as pessoas de origem estrangeira eram duramente criticadas tanto na Assembleia como na imprensa. A Nova Constituição trazia a chamada “lei de cotas” que estabelecia um limite para a entrada de cada nacionalidade de “estrangeiros”. Durante todo governo de Getúlio Vargas, foi realizada uma intensa campanha contra “núcleos de colonização” de imigrantes e seus descendentes, baseado num sistema autoritário com ações e medidas enérgicas de segurança nacional sob o pretexto de combate à “influência estrangeira” no Brasil.

Há de se destacar que o ponto alto e mais intenso da imigração alemã no Brasil aconteceu entre os anos de 1920 e 1930, isto é, após a Primeira Guerra Mundial e antes do início da Segunda Guerra. As estatísticas apontam que, neste período, desembarcaram no país aproximadamente 75.000 alemães que saíram de conflitos políticos e econômicos ocorridos na Alemanha.

Este novo contingente de imigrantes não mais seguiu tanto para as áreas rurais, mas buscaram trabalhar nos centros urbanos como operários, professores, etc. A mão de obra alemã, que era especializada, era “convidativa” ao Brasil e foi de muita importância para o desenvolvimento da industrialização, especialmente no sul do país.

Mesmo antes da instauração do Estado Novo, o governo de Vargas, gradativamente, aumentou as estratégias de controle sobre os de origem

“estrangeira”, pois eram continuamente acusados como “transmissores de ideologias estrangeiras”.(GERALDO, 2009, p. 173)

Num contexto mais amplo, de ordem internacional, as décadas de 1920 e 1930, contribuíram para a formação do Estado Novo. Por este tempo, experiências semelhantes estavam em curso na Europa como, por exemplo, Adolf Hitler no poder na Alemanha, Mussolini na Itália e Salazar em Portugal. Desde o final da I Guerra Mundial, o modelo liberal clássico de organização da sociedade foi questionado em detrimento das concepções totalitárias, autoritárias, nacionalistas, estatizantes e corporativistas. Para Araujo Lima (1955, p. 109), “1937 assinala o ano em que as ideologias totalitárias atingem o auge do seu prestígio.”

Em 10 de novembro de 1937, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais foram dissolvidos e o presidente passou a governar através da expedição de decretos-leis. (MATHIAS, 1989, p.60) O mandato do presidente foi prorrogado até a “possibilidade de realização” de um plebiscito nacional. Inaugurou-se assim, então, o “Estado Novo”.

2.1 OS “TEUTO-BRASILEIROS” À SOMBRA DO ESTADO NOVO E DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Com o ato de decreto do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas logo implantou a “Campanha de Nacionalização”. (BALHANA, 2001) Esta campanha buscou construir uma identidade nacionalista, uma espécie de sentimento de nacionalidade entre os brasileiros e, também, “abrasileirar” os imigrantes e seus descendentes que já estavam aqui estabelecidos.

Germanismo, nazismo e integralismo forneceram a justificativa para a ação estatal conhecida como “campanha de nacionalização” A idéia não era nova. Os germanistas, desde a década de vinte, e sobretudo, a partir da revolução de 1930, alertavam para a ascensão de tendências que chamavam de “nativistas” e que se voltavam contra tudo o que fosse “estrangeiro” e não se enquadrasse na tradição portuguesa ou luso-afro-indígena. (GERTZ, 1998, p. 63)

A “Campanha de Nacionalização” trouxe significativas mudanças na vida de imigrantes alemães e seus descendentes. Eram “brasileiros”, mas também eram “alemães”, no sentido que buscavam preservar os hábitos, costumes, traços culturais e religiosos trazidos de seus respectivos lugares de origem da Alemanha (*Deutschbrasilianer*). O termo traz consigo a ideia de uma pluralidade étnica, para os imigrantes de maneira “conciliável”. No entanto, para as autoridades brasileiras do Estado Novo esta “conciliação” era perigosa e inaceitável.

Segundo Sérgio Marlow,

[...] um dos grupos mais atingidos pelas medidas do Governo Brasileiro foi o “teuto-evangélico”, visto que, com a proibição de se falar em outra língua que não a língua portuguesa, os sínodos luteranos enfrentaram dificuldades de se adaptar rapidamente à lei estabelecida e de atuar entre os teuto-brasileiros. (MARLOW, 2013, p. 22)

A partir de 1937 medidas coercitivas visavam atingir os grupos comunitários étnicos de imigração para um processo de assimilação (caldeamento) a uma nacionalidade “inteiramente” brasileira. Aspectos legais se modificaram e ações do Exército voltadas aos grupos denominados pelo governo de “quistos” étnicos, raciais ou sociais, foram sentidas no cotidiano destes imigrantes. As regiões de colonização foram identificadas e já eram encaradas como os principais exemplos de “enquistamento étnico”. Houve, assim, uma política repressiva aos grupos de imigrantes caracterizados pelo “isolamento” racial e cultural. As ações da “Campanha de Nacionalização” do Estado Novo trouxeram um processo tenso, haja vista seu caráter impositivo (autoritário), de “assimilação forçada” dos diferentes grupos organizados como “comunidades étnicas”.

Endrica Geraldo (2009) relata que depois da Constituinte, Vargas criou uma “Comissão de Imigração”, cujo presidente foi Oliveira Vianna. Esta comissão sugeriu a criação de um órgão que centralizasse o controle sobre a entrada de “estrangeiros” e também sobre a distribuição, fixação e assimilação dessas populações no território nacional. Tais serviços eram regulamentados por decretos e eram subordinados a vários órgãos do governo. Então, em pleno Estado Novo, foi

criado o “Conselho de Imigração e Colonização”. A primeira reunião aconteceu em 26 de setembro de 1938 no Palácio do Itamaraty.²³

Na ocasião da inauguração do Conselho de Imigração e Colonização, João Carlos Muniz discursou dizendo que o problema do povoamento pela imigração, de acordo com o caminho que vinha sendo tomado pelo governo Vargas, consistia em “atrair para o país e nele fixar trabalhadores estrangeiros que correspondam, em quantidade e qualidade, às necessidades econômicas e étnicas do Brasil”, mas de uma forma “dosada, controlada pelo Estado”. (GERALDO, 1999, p. 175)

Todas as medidas da campanha de nacionalização passavam por este Conselho ou, pelo menos, tinham a participação de algum de seus membros. Havia, neste grupo, uma preocupação com os “núcleos de colonização”, onde os imigrantes haviam organizado escolas, igrejas, imprensa e associações que buscavam a preservação da língua e costumes e sua transmissão aos descendentes. Com isso, a “assimilação” estaria ameaçada pelas “zonas desnacionalizadas”. Sem dúvida que a criação deste “Conselho de Imigração e Colonização” resultava em uma das iniciativas do governo Vargas no sentido de “solucionar” o “problema” dos “enquistamentos étnicos”.

Uma vez formado, em 1939/1940 este Conselho criou a “Revista de Imigração e Colonização”, órgão oficial através da qual foram publicados estudos, relatórios e atividades acerca da imigração no Brasil. A primeira publicação saiu em janeiro de 1940.

Na apresentação do primeiro número da Revista de Imigração e Colonização, publicação oficial do Conselho, João Carlos Muniz justificava a intervenção do Estado nos movimentos migratórios, enfatizando a necessidade de planificar, selecionar e dirigir as “correntes humanas”, pois “a acessibilidade a certas formas de assimilação étnica e contato social” constituía uma condição essencial para o progresso nacional. [...]

No primeiro número da Revista de Imigração e Colonização, os relatórios de atividades do Conselho criticavam a livre imigração, a qual teria obtido certo êxito no século XIX, mas que havia deixado de ser interessante no século XX. Para o Brasil, “a política migratória que mais convém é a que tem em vista evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover

²³ Este registro possui como fonte as correspondências entre Roquette Pinto e Oliveira Vianna sobre a Comissão de Imigração. 15/03/1935 e 01/11/1935. Arquivo da Academia Brasileira de Letras – RJ.

a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do país”. (GERALDO 2009 p. 175-176)

Dada a justificativa para o caráter intervencionista do Estado, o Conselho, através da sua Revista, em relatório²⁴ demonstrou preocupação com dois grupos de imigrantes que estavam mais envolvidos com seu lugar de origem: os alemães e os japoneses. O relatório levantou problemas relativos ao “enquistamento étnico”. Apresentavam os “quistos” como resistentes à “assimilação” em vários aspectos. Atribuíam ao fenômeno desnacionalizador o lar, a escola, a igreja, e as associações de imigrantes. “No Estado do Paraná, foram apontados os núcleos alemães nos municípios de Curitiba, Londrina, Paranaguá e Ponta Grossa.” (GERALDO, 1999, p. 180)

É possível perceber que os estudos realizados pelo Conselho de Imigração e Colonização atribuíram identidade e unidade a grupos estrangeiros heterogêneos. Além disso, algumas nacionalidades ou etnias podiam ser consideradas mais “inassimiláveis” ou mais “indesejáveis” que outras. Porém, a reunião dos critérios envolvidos nessas classificações – “raça”, manutenção de língua estrangeira, associações, influência das nações de origem, etc – permitia que alguns grupos se tornassem mais visados de acordo com as alterações do contexto nacional ou internacional. (GERALDO, 1999, p. 185)

Na fase inicial da Segunda Guerra mundial (1939), os imigrantes alemães e japoneses, como também os italianos, tornaram-se cada vez mais alvos de investigação pela nova situação política e militar, embora ainda o Brasil sustentasse “neutralidade” nesta guerra. As investidas de perseguição se davam sob a justificativa da Segurança Nacional. Os imigrantes italianos, alemães e japoneses eram associados ao “nazismo” e “niponismo” devido ao alto grau de organização e desenvolvimento dos seus núcleos e agrupamentos imigratórios. Ao mesmo tempo, o “Conselho de Imigração” orientou para que se evitasse o “choque de soberanias” do Brasil com as respectivas nações dos imigrantes, pois as relações diplomáticas e comerciais poderiam ser rompidas e gerarem conflitos. No entanto, o governo abandonou a neutralidade na Segunda Guerra Mundial e declarou apoio aos

²⁴ Denominado “Relatório da viagem às zonas desnacionalizadas”, realizado por dois membros do Conselho de Imigração e Colonização, Artur Hehl Neiva e o Major Aristóteles de Lima Câmara.

“Aliados”. A situação de guerra contra os países do “Eixo” (Alemanha, Itália e Japão) foi declarada em 1942. Os imigrantes que habitavam em solo brasileiro passaram a ser considerados uma ameaça militar.

O temor relacionado aos “súditos do Eixo”²⁵ já estava presente antes mesmo do fim da “neutralidade” brasileira no conflito. Ao adentrar na Segunda Guerra, o governo getulista reafirmou a condição de “suspeitos” atribuída aos “estrangeiros” e seus descendentes no Brasil.

Para Endrica Geraldo (2009) houve uma política repressiva contra os de origem “estrangeira” no Brasil, quando os grupos imigrantes que foram arbitrariamente caracterizados pelo isolamento racial e cultural são descritos como “quistos étnicos” e investigados pelo Conselho de Imigração e Colonização. Sendo assim, desde 1942 houve prisões e reclusão de imigrantes, especialmente aqueles categorizados como “súditos do Eixo”. Historicamente, se nas políticas dos governos anteriores a imigração era tida como solução para o país, na “Era Vargas” passou a ser encarada como um “problema” nacional a ser resolvido. O caminho para a resolução, na perspectiva do Estado Novo, era o processo de “assimilação cultural”. Em seu artigo denominado “As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional” (2000), Giralda Seyferth explica o conceito de “assimilação cultural”, especialmente no contexto do Estado Novo:

O sentido da assimilação – como processo histórico – inclui caldeamento ou fusão, termos comuns nesse discurso nacionalista, também baseados na suposição da inferioridade racial dos não brancos. Aí está, talvez, a principal diferença em relação ao elo primordial que instrui as etnicidades entre imigrantes e descendentes: a noção de parentesco étnico original é substituída pela miscigenação imaginada como processo histórico de sentido único, que pode produzir um povo a partir da diversidade racial. Resumindo, na perspectiva ditada por esse ideal, a concepção de nação aspirante à homogeneidade se chocou com a realidade empírica da imigração e as etnicidades produzidas a partir dela. A prevalescência do *jus soli* e a naturalização promovida pela primeira Constituição republicada garantiram a cidadania para indivíduos etnicamente identificados, mas esse fato não significou seu reconhecimento automático como brasileiros em um sentido nacional. Trata-se, enfim de um embate entre *jus soli* e *jus sanguinis* – as comunidades classificadas como “estrangeiras”, com identidades diversas, representando, inclusive, uma ameaça para a unidade do Estado. A brasilidade, portanto, era uma condição fora de alcance dos não assimilados, estando ou não em evidência a tese do branqueamento. (SEYFERTH, 2000, p. 171)

25 A expressão “súditos do Eixo” dizia respeito à nomenclatura oficial na Segunda Guerra Mundial para se referir aos imigrantes alemães, italianos e japoneses.

As igrejas também foram vistas como ameaça ao projeto nacionalista como catalisadoras do estrangeirismo. Para Hans-Jürgen Prien (2001) o programa de nacionalização e assimilação do governo teve quatro etapas. Tratava-se da nacionalização primeiramente das associações de imigrantes; depois, das escolas; na sequência, das igrejas; e, por último, das famílias. Para Prien, as etapas das sociedades e das escolas já haviam sido concluídas antes mesmo do começo da guerra. Era vez das igrejas e famílias.

Com a radicalização da campanha, a partir de 1939, a interferência na vida cotidiana atingiu outras instituições comunitárias e culminou com a proibição de falar idiomas estrangeiros em público, inclusive durante cerimônias religiosas. O Decreto nº 1.545, de 25-8-1939, no seu art. 16, diz que todas as prédicas religiosas deverão ser feitas em língua nacional, e incumbe o Exército de fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira”. (SEYFERTH, 1999, p. 221)

Este cenário teve extensa amplitude no território nacional, especialmente no sul do país em virtude da alta concentração de imigrantes e seus descendentes.

Havia uma expectativa por parte da “sociedade receptora” em relação aos imigrantes alemães e seus descendentes que era a ideia do *ethos* do trabalho (laboriosos), ou seja, que eles trouxessem para o Brasil inovações que fomentasse ao “progresso” econômico. Durante o Estado Novo, o Brasil buscava ocupar as longínquas terras do interior e se preparar a fim de receber novos grupos de imigrantes que provavelmente viriam com o fim da guerra. “Estrangeiros” e descendentes eram considerados importantes para os trabalhos no campo, não tanto nas cidades. Para Carvalho (1941), a conquista do interior do país era determinante, mas necessitava de “orientação científica” segura centralizada pelo governo federal e focada no homem do campo. Por este tempo, havia intenso fluxo de êxodo rural no Brasil, especialmente para as cidades litorâneas. Por várias razões, o homem do campo encontrava-se em situação de abandono e era ali o *locus* próprio e ideal para os possíveis novos imigrantes.

2.2 “SÚDITOS DO EIXO” E “NAZISTAS” NA MIRA DE VARGAS: A PRISÃO DO PASTOR BACHIMONT

No Paraná houve intensas e seguidas ações da capital ao interior. Do “Simbolismo” ao “Paranismo” do “Brasil diferente” (tese de Wilson Martins), no processo da “invenção” do Paraná como “xadrez étnico”, em virtude de seu discurso identitário de influência “europeia”, apresentou-se o terreno fértil para a implementação das diretrizes e práticas do Estado Novo e “Campanha da Nacionalização”.

Exemplo disso, na capital do Estado do Paraná, Curitiba, as autoridades foram cada vez mais “restritivas” e “incisivas”, além de mudanças constantes, no que tange à utilização do idioma alemão nas atividades, reuniões e celebrações das igrejas.

[...] em abril de 1939, as autoridades policiais haviam ordenado que, até segunda ordem, os cultos fossem realizados em português, em setembro do mesmo ano permitiu-se que a liturgia fosse feita na língua da Igreja, mas a pregação no vernáculo. Quase um ano depois, em julho de 1940, comentava-se acerca de uma contra-ordem das autoridades, especificando que o culto fosse todo ele realizado em idioma nacional. (NADALIN, 2006, p. 6)

Em 1942, o jornal Diário dos Campos de Ponta Grossa cuja cidade também era considerada a mais importante do interior do Paraná, apresentou a seguinte publicação:

Daí não há fugir: o brasileiro que não estiver, de corpo e alma, contra a Itália e a Alemanha que não marcar com a mais solene abominação os dois países que ultrajaram a nossa dignidade e atiraram contra nós os cadáveres de nossos próprios irmãos esse não é senão um traidor. (JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 ago.1942, p.1)

Apresentou-se aqui neste trecho um discurso retórico nacionalista, patriótico, pois referiu-se como traidores²⁶, declarados ou dissimulados, aqueles que não

²⁶ Segundo Giralda Seyferth (1999, p. 220-221), a expressão “traidor(es)” advém de frases de efeito afixadas em locais públicos do tipo “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor” como forma de

“abominassem” os estrangeiros inimigos da guerra. Consistia numa estratégia retórica de crítica ao coletivo, mas nada em específico. Ao mesmo tempo, buscava-se não causar qualquer tipo de constrangimento a personalidades que estariam entre os considerados “traidores”. O termo aqui utilizado “irmãos”, diz respeito à nação brasileira como uma grande família possuidora do dever de lealdade.

Segundo Niltonci Batista Chaves (2001),

[...] devido a essa expressiva presença de europeus e de seus descendentes na composição populacional ponta-grossense, José Hoffmann produzia em seu jornal um discurso nitidamente conciliatório quando tratava de assuntos relativos à imigração. (CHAVES, 2001, p. 76)

Neste cenário, com a deflagração das políticas do Estado Novo nos Campos Gerais, tais medidas chegaram em Imbituva e se fizeram sentir, de forma específica, na Comuna Lutherana.

O Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil (Sínodo da Caixa de Deus), o qual a Comuna Evangelica Lutherana de Imbituva pertencia, caracterizou-se como um elemento confessional luterano que tomou parte no processo de formação do luteranismo no Brasil junto às comunidades evangélicas de imigrantes e seus descendentes. Possuía vínculos com a Alemanha e seus pastores, em sua maioria, eram egressos do Seminário para a Missão e a Diáspora de Neuendettelsau. A publicação oficial do sínodo desde 1905 era o *Evangelisch-lutherisches Gemeindeblatt* (Boletim Evangélico-Luterano para as Comunidades). Este sínodo assegurava que a confessionalidade estava acima da etnicidade. Para Hans-Jürgen Prien (2001), assemelhavam-se, de certa maneira, ao Sínodo de Missouri. Mesmo assim, os hábitos, os costumes, os vínculos religiosos originários, a utilização do idioma alemão eram determinantes para o trabalho da igreja em terras brasileiras.

Mais tarde este sínodo foi denominado de “Associação Evangélica de Comunidades” e, em 1933, passou a se chamar “Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná do Rito Alemão”. Para cumprir o objetivo da pregação do Evangelho ele buscava “o fortalecimento e a divulgação de vida eclesiástico-

incutir um certo “sentimento de brasilidade”. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização.” In: PANDOLFI, D. C. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 220-221.

evangélica no âmbito do etnicismo alemão nos estados mencionados.” (PRIEN, 2001, p.322) Nos termos de seu objetivo registrado em seu Estatuto no 5º parágrafo preconizava “a ampliação de uma Igreja evangélica nacional de caráter alemão, em estreita relação com a Igreja evangélica da pátria alemã.” (p. 322)

Em 1936, período que antecedeu a implantação do Estado Novo, o Consulado Alemão de Curitiba foi informado, em correspondência oficial, que o pastor Adolph Jorge Bachimont havia sido instalado na Comunidade de Papagaios Novos (Palmeira). Em 4 de fevereiro de 1936 o pastor Bachimont, que estava na Alemanha em Neuendettelsau, havia escrito uma correspondência ao secretário do Sínodo, pastor Schlünzen, solicitando que esclarecesse junto às autoridades eclesásticas alemãs questões referentes ao seu retorno ao Brasil. O referido pastor também já havia trabalhado no Estado do Espírito Santo, no município de Afonso Cláudio, Paróquia de Serra Pelada. Em outra missiva, datada de 18 de fevereiro de 1936, manifestou certa “preocupação” ao pastor Schlünzen acerca de sua futura atividade seja no Brasil seja na Alemanha. Em 12 de março de 1936, enviou um cartão sobre sua viagem de retorno ao Brasil.²⁷ Finalmente, em 1938, a Comuna Evangelica Lutherana de Imbituva recebeu o pastor Adolph Jorge Bachimont, um dos pastores enviados pela “Obra Missionária Evangélico-Luterana da Baixa Saxônia” (OMEL)²⁸

O pastor trabalhou na Comunidade de Imbituva até 1942 quando enfrentou problemas em virtude de sua procedência “estrangeira” com o Estado Novo. Sobre a situação da época, o pastor do Sínodo de Missouri Edgard Athanazio Krieser²⁹ que atuava na colônia próxima geograficamente, em Papagaios Novos, relatou em autobiografia:

O fim do ano 1941 estava aí, e com ele o fim dos meus estudos no Seminário Concórdia. O último ano tinha sido um ano de trabalhos forçados.

27 Documentos do Arquivo Histórico da IECLB - Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e Outros Estados do Brasil. São Leopoldo, 2016. Conforme Anexo E.

28 Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/pastores-enviados-pela-obra-missionaria-evangelico-luterana-da-baixa-saxonia-omel>> Acesso em: set. 2016.

29 Edgard Athanazio Krieser, nascido em Santa Rosa-RS, filho de Emilio Frederico Augusto Krieser e de Bertha Carolina Gowert Krieser, pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) que atuou em Papagaios Novos-PR, Joaçaba-SC, São Leopoldo-RS, professor na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) em Canoas-RS.

Já no fim do 1º ano teológico, o prof. Paulo Schelp nos havia advertido: - A Igreja precisa de mais pastores. Como se já não bastassem a falta de obreiros em nossa Igreja, surgiram novas necessidades. Além da nossa Igreja Luterana do Brasil e da Luterana “Sinodal” existe um outro grupo, especialmente no Espírito Santo e no Paraná, chamado “Gotteskasten”. É uma Igreja patrocinada por uma associação missionária luterana na Alemanha com o mesmo nome. Acontece que com a situação internacional – o mundo está em guerra – a Alemanha não pode mandar novos pastores para preencher as lacunas. Acresce que com a tensão causada pela guerra, o Brasil se posicionou contra a Alemanha e, infelizmente, contra tudo que se chama alemão e por esta razão muitos pastores estão voltando para sua pátria. (KRIESER, Balneário Camboriú, p. 249)

Uma característica marcante do pastor Bachimont e também da Comunidade Luterana de Imbituva foi a predominância da utilização do idioma alemão em atos oficiais da igreja e em seu cotidiano. Há de se destacar que havia uma lei estabelecida voltada ao registro de “estrangeiros”.

Os estrangeiros atualmente em território nacional que tencionem nele residir permanentemente, ou exercer qualquer atividade remunerada, devem registrar-se perante a autoridade policial competente; quanto aos que se não apresentaram a registro até 1 de março de 1.942, será aplicada a multa de Cr\$20,00 por mês de excesso, na forma do art. 2º do Decreto-lei nº 4.051, de 23 de janeiro de 1.942. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 20)³⁰

Logo depois, em 30 de janeiro de 1942 houve a proibição expressa por parte do governo do uso da língua alemã no Brasil. Em consequência dos impactos trazidos pela iminência da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e das proibições advindas do Estado Novo, o pastor Bachimont foi preso e encaminhado para a Delegacia de Ordem e Política Social na capital em Curitiba, no dia 15 de setembro de 1942, acusado de supostas “ligações” com o nazismo.

30 Todos os documentos textuais utilizados neste trabalho como atas, cartas e, especialmente, os arquivos (dossiês) da Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) foram transcritos *ipsis litteris* buscando ser fidedigno, respeitar e manter “originalidade” da produção textual. Por esta razão, considerando suas respectivas temporalidades e autores, os referidos textos/documentos apresentam alguns erros ortográficos, de grafia (escrita) e até mesmo de gramática da língua portuguesa. Para evitar o uso contínuo do termo latino “*sic*” (ou “*sic passim*”), favor considerar esta observação para a leitura dos mesmos.

Adolfo Bachimont: Está prontuariado nesta D.O.P.S. desde janeiro de 1939. A Delegacia de Imbituva teve que interferir, severamente, no sentido de que Adolf Bachimont deixasse de fazer pregações, na igreja e no cemitério, em idioma alemão, transgressão que Bachimont vinha praticando com arrogância, declarando a própria autoridade que pregava em alemão porque sua igreja era alemã e que ele não era nacionalizado brasileiro, nem queria se nacionalizar por ser alemão.³¹

Com a prisão do pastor Bachimont, por determinação vinda da 6ª Delegacia Regional de Polícia de Irati, a Comuna Evangelica Luterana de Imbituva foi fechada e os seus trabalhos proibidos por suspeita de membros terem ligação com os países do “Eixo”, investigadas pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

A igreja referida não está em funcionamento, a fim de evitar se reúnam súditos dos países do “eixo” e por haver sido preso o referido pastor, Adolfo Jorge Bachimont, que exercia, ali, propaganda nazista, e que se encontra, desde 15-9-42, recolhido à casa de Detenção desta Capital. Curitiba-PR, 4 de janeiro de 1943. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1943, p. 186)

Em 12 de janeiro de 1943 a DOPS autorizou a reabertura do templo luterano, mas manteve preso o pastor Bachimont.

Esta D.O.P.S. acaba de autorizar à D.R. de Irati, a permitir a reabertura da Igreja Evangelica Luterana, dessa cidade, fazendo entrega da chave à diretoria da sociedade respectiva, mediante lavratura de auto, em duas vias, uma das quais deverá ser enviada a esta D.O.P.S.. Quanto ao pastor Bachimont, permanecerá recolhido à C.D., desta Capital, pois ficou positivado por esta D.O.P.S., tratar-se de fervoroso nazista. Curitiba-PR, 4 de janeiro de 1945. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1943, p. 182)

Em 31 de janeiro de 1943 a DOPS de Curitiba recebeu um telegrama emitido pelo Delegado Jahor Chagas no qual solicitou permissão para que a esposa do pastor, Sra. Helena Bachimont pudesse visitá-lo, pois o mesmo se encontrava

³¹ ARQUIVO DA DOPS, Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê: 780b. Top. 89. Período: 1935, 1939 a 1945. 1948, 1951 a 1953. 1958, 1965 a 1968. p. 173.

adoecido. Foi-lhe concedida a permissão de visita. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1943, p. 180)

Preso, na capital do Estado em Curitiba, foi expedida ordem para envio de materiais confiscados em sua residência e prédio escolar em Imbituva. Em ofício reservado da DOPS datado de 12 de março de 1943 expediu-se o seguinte comunicado: “Solicito de V.S. sejam remetidos com urgencia, a esta D.O.P.S., todos os livros, papeis, mapas, etc, apreendidas na residencia do pastor Adolf Bachimont, e no prédio escolar situado à igreja.” (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1943, p.170)

Sobre este episódio, com o testemunho da Sra. Iraídes Sponholz, moradora local e membro da Comuna Lutherana, Edemê de Matos registrou:

De 1938 a 1943, servia a comunidade o pastor Bachimont – quando explodiu a II Guerra Mundial – e suas atividades foram interrompidas. Policiais foram até sua residência e o algemaram, levando-o a pé para a delegacia local, para posteriormente transferi-lo à capital do Estado. Testemunha ocular, a sra. Iraídes Sponholz observou esse fato pela janela de sua casa na rua Santo Antonio. E a igreja, lacrada. Foi para os luteranos um período muito difícil, pois somente a origem alemã já era suficiente para serem considerados espiões e chamados de “quinta coluna”. Conta-se de grande atrocidades nessa época. (MATOS, 2013, p. 73)

Inúmeras sanções legais foram impostas a este grupo eclesiástico de descendentes de imigrantes teuto-russos em Imbituva, como também a outras pessoas de origem “estrangeira” que ali se estabeleceram. Houve o confisco de aparelhos radiofônicos, livros em idioma “estrangeiro” relacionados à guerra, armas de fogo. A partir de então as pessoas de origem “estrangeira” teriam que solicitar por escrito permissão para viagem a fim de obter “salvo-conduto” devidamente autorizado e expedido pela DOPS do Estado. Do contrário, seriam autuadas.

Os membros da Comuna Lutherana, por se tratarem de descendentes de alemães, igualmente sofreram as sanções impostas, inclusive pela própria sociedade onde estavam inseridos, pois haviam constantes denúncias de “estrangeirismo” que afrontava os interesses nacionais. Havia acusações de que, por vezes, eles “descumpriam” as leis de nacionalização vigentes do Estado Novo.

Um exemplo disso foi a realização de um abaixo-assinado organizado por algumas pessoas da cidade encaminhado para a Delegacia de Ordem Pública e

Social do Estado exigindo providências: “Em data de 18 de dezembro, esta D.O.P.S. recebera denuncia assinada por cinco pessoas de Imbituva, a respeito de um casamento havido, no dia 12 daquele mês, no aludido templo.”(ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 1942, p. 186) Na representação formulada neste abaixo-assinado constava:

A) Que, tendo-se realizado no dia 12 do corrente mês, um ato de casamento na Igreja Luterana Alemã, desta cidade, de uma filha do Sr. Alberto Diedrichs, (alemão de origem e elemento suspeito de partidário do nazismo. Em sua casa realizaram-se rescentemente reuniões às altas horas da madrugada, afim de escutarem irradiações diretas da Alemanha, Esta ocorrência foi levada ao conhecimento do Delegado local e até agora nenhuma providência foi tomada.) - Os abaixo-assinados, na qualidade de brasileiros e em atitude de apoio aos comentários de uma parte da população que recebeu a notícia do casamento religioso, como uma afronta ao seu sentimento de brasilidade – protestaram contra este ato oficiado em uma Igreja Alemã que muitos mezes se acha fechada por ordem da policia.;

B) Que o fechamento da referida Igreja se deu em consequência da prisão do Sacerdote que nela oficiava que tratando-se de Padre alemão, foi suspeito de espião nazista, tendo a Policia apreendido todo arquivo encontrado em seu poder;

C) Que, muito embora o referido ato de casamento religioso, fosse praticado por ordem de Autoridades, tal fato provocou não só serios e reprovados comentários por parte da população brasileira, como também provocou no sentimento de patriotismo e brasilidade dos abaixo-assinados, verdadeiro protesto de repulsa, diante da grave situação de guerra que hoje mantemos com as potências do “eixo”;

D) Que em virtude dessa atitude de protesto contra um ato de casamento religiosos praticado numa Igreja Alemã interdictada pela policia, os abaixo assinados, acham-se ameaçados de processo por parte das autoridades locais, alegando-se que os mesmos pretenderam impedir o casamento religioso, o que não aconteceu, pois somente protestaram contra o referido ato.

Imbituva, 18 de dezembro de 1942.

Fransisco Plakta

Pedro Zaluski

Albino Costa Martins

Sebastião Fernandes Gonçalves

(ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 1942, p. 187)

Outro exemplo está no trecho de carta “denúncia” enviada ao interventor do Estado, Sr. Manoel Ribas, acerca da cerimônia de casamento realizada no templo da Comuna Lutherana:

Imbituva, 16 de dezembro de 1942.

Aqui nesta cidade de Imbituva, no dia 12 do corrente (sábado) realizou-se na Igreja protestante alemã o casamento de uma filha de Alberto Diedrichs, e no mesmo dia e na mesma Igreja realizaram-se muitos batizados, sendo que a dita Igreja fora “lacrada” por autoridade competente, por ela pertencer à 5ª coluna. E como agora, senhor Presidente, fora aberto o mencionado templo protestante, que pertence aos ínfimos, aos sórdidos, aos traidores eixistas, que tanto tem flagelado o mundo, como causado também ao nosso caríssimo Brasil tantos prejuízos com suas traições e guerras, para realizar-se o casamento da filha de um forte capitalista desta cidade, cujo nome é Alberto Diedrichs?

No meu coração de brasileiro, que ama esta mui estremecida Terra Brasileira, que recebeu outrora tão carinhosa, quão hospitaleira, imigrações de muitas nacionalidades, inclusive alemã, suponho ser impatriotismo de algumas autoridades brasileiras consentirem que se realizasse num templo “eixista” o matrimônio que acima me referi. Isso, senhor Interventor, não só é uma afronta aos brasileiros desta cidade, como também o é a V. Excia e aos Decretos do nosso Grandioso senhor Getúlio Vargas e, enfim, a todos que são brasileiros de coração!

Meu caro bemfeitor, não perante V. Excia. fazer um relato minucioso do acima exposto, porque não há necessidade; porque o luminoso e inteligente Espírito de V. Excia. bem compreende o perigo que o Brasil e brasileiros estão passando ultimamente com os suditos do “eixo” que aqui os há ocultos.

Senhor e meu caro Presidente, nem tampouco venho a vossa Excia. fazer uma mentira do que acima relatei, portanto, peço-lhe, dar crédito a estas minhas humildes palavras, procurando V. Excia a fazer justiça si fôr de Direito enviando, pois, pessoas de sua confiança a esta cidade de Imbituva a fim de averiguar o fato do predito Casamento “eixista” si está de conformidade com as retas Instituições do eminente Chefe do “Estado Novo”. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 1942, p. 147-148)

Abriu-se, assim, um processo investigativo da realização deste casamento no referido templo fechado da filha de um de seus proeminentes membros e empresário local Sr. Alberto Diedrichs. Este senhor também passou a ser investigado pela DOPS por ter sido acusado de ligação com a Alemanha. Tornou-se alvo de acusação como elemento suspeito de partidatismo nazista. Acusavam-no de organizar encontros em horários “alternativos” para ouvir programas radiofônicos em língua alemã. A partir desse episódio, também foi instaurado um inquérito policial contra o senhor Alberto Diedrichs cujas atitudes eram “suspeitas” e deveriam ser “monitoradas”.

Especialmente entre meados de dezembro de 1942, logo após a realização do casamento no templo luterano, até abril de 1943 foram realizadas algumas representações formais, denúncias, sondagens, relatórios, indiciamentos, investigações, acareações e inquirições dos envolvidos, esclarecimentos, acusações, defesas, informações, testemunhos sobre os acontecimentos que envolviam os termos da realização do matrimônio.

Todo este “imbróglio” que envolveu o Sr. Alberto Diedrichs, tanto o casamento de sua filha na igreja luterana como das acusações sobre possível ligação dele com “os do Eixo” e relação amistosa com autoridades locais, teve o parecer do Delegado Sr. José da Cunha Magdalena, que informou:

I

Por ordem da Delegacia Regional de Irati, autorizei, efetivamente a realização do casamento religioso, na Igreja Luterana, do Sr. Ademar Vieira dos Santos que se consorciou com a senhorita Dolores Diedris, brasileiros natos e pessoas de elevada representação social desta Cidade e da Cidade do Irati.

II

A esse ato celebrado por padre brasileiro, compareceram o M.M. Juiz de Direito da Comarca e família, o Capitão Chefe da Comissão de Construções de Estradas de Rodagem do Paraná com sede na Cidade, o Cel. Emilio Gomes, e família, parentes do noivo, e demais pessoas gradas. A Igreja estava e continua fechada, por ordem do Delegado Regional. A chave foi concedida para a celebração do matrimônio, por aquela autoridade.

III

Realmente recebi denuncia verbal de que o Snr. Alberto Didrichs ouvia irradiações da Alemanha. Sobre o fato fiz investigações e constatei falsidade de denuncia trazida ao meu conhecimento pelos signatarios da dita representação. Esses fatos foram levados ao conhecimento de Va. Exa. pessoalmente que determinou as providencias que foram cumpridas por esta Delegacia.

IV

Cumpre-me informar, ainda a Va. Exa. que o Snr. Alberto Didrichs é brasileiro nato, grande Industrial de madeira. É membro da Legiao Brasileira de Assistencia a cuja Intituição tem feito relevante auxilio material; nunca tive conhecimento de qualquer fato que o indicasse como elemento do Eixo, e nunca o mesmo se manifestou sobre assuntos de Guerra. Os signatarios da representação são, ao contrario, modestos operarios de construção de estradas de rodagem, e agem insuflados por inimigos encobertos do Snr. Alberto. Pretenderam desacatar a policia e provocar desordens no que foram impedidos a força armada.

Sobre taes fatos criminosos instaurei inquerito que prossegue regularmente e sobre o qual a Va. Exa. será informado detalhadamente.

Em 28/12/42 (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 1942, p. 188-189)

Estas ocorrências evidenciaram as tensões geradas em tempos da Segunda Guerra e a situação destes “descendentes de imigrantes” no contexto do Estado Novo. No depoimento do Capitão Oziel Cavalcante de Gusmão, responsável pela delegacia de Imbituva, afirmou que o “Sr. Alberto é brasileiro, de descendência alemã.” Em determinadas situações de conflito eram alcunhados de “estrangeiros”, “alemães”! Em muitos lugares, com maior incidência nos estados do sul do país, acontecia o mesmo fenômeno. Giralda Seyferth destacou que

[...] qualquer teuto-brasileiro cujo comportamento fugisse às regras estabelecidas pela nacionalização - por exemplo, falar a língua alemã - podia ser chamado de alemão nazista ou simplesmente nazista. As pessoas não eram simplesmente chamadas de nazistas, eram *acusadas* de sê-lo. (SEYFERTH, 1981, p. 194) (grifo no original)

Mais tarde, no mês de abril de 1943, foi realizado um levantamento da relação nominal de todos os membros filiados, participantes e contribuintes da Igreja Luterana de Imbituva pela DOPS. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 1943, p. 150-161)

Em razão da vacância pastoral, com os serviços e atividades eclesiais acumuladas (batismos, casamentos, sepultamentos, instrução catequética de crianças e adultos, visitas e atendimentos pastorais, etc), a Comuna Evangélica Luterana de Imbituva, através de seus líderes (diretores), solicitou por escrito ao Delegado da DOPS em Curitiba, Sr. Walfrido Pilotto, uma autorização para que o pastor luterano Wilhelm Fugmann (de Ponta Grossa-PR) pudesse atendê-los temporariamente, haja vista a proximidade geográfica e posto também que ele já os conhecia (e vice-versa).

Imbituva, 2 de junho de 1.943.

Por deliberação da Diretoria da Congregação religiosa, é que venho mui respeitosamente a presença de V. Excia., na qualidade de seu secretário, levar ao vosso conhecimento que, em virtude de estarmos sem pastor durante 9 meses que se prolongou a prisão do pastor Adolfo Bachimont, tendo com isso acumulado os serviços e ofícios cristãos dessa Igreja. E como este pastor não vira mais para esta cidade, embora já esteja em liberdade, e sobre este assunto, a Congregação, agradece sinceramente a V. Excia. o que foi feito em favor do mesmo, para que voltasse ao convívio de sua família.

Quanto a nossa situação em vista disso, como disse acima acumulou os serviços e assim estamos por realizar mais de trinta Batizados e temos grande número de crianças preparadas para receberem a Primeira Comunhão e a graça sacramental de acôrdo com o rito luterano. E como se torna necessário levarmos a efeito esses Ofícios de Consagração religiosa para preservar a fé de nossos Congregados e para levar-se a efeito essas finalidades e normas Cristãs, precisamos da vinda de um ministro de nossa seita até esta cidade, por não contarmos ainda com a assistência de um ministro.

E lembramo-nos então do pastor Guilherme Fuchmann, da Igreja Luterana de Ponta Grossa, por ser da cidade mais próxima á nossa e assim pediamos encarecidamente a V. Excia. que concedesse ao mesmo uma autorização especial para que este pastor pudesse vir até Imbituva para os

dias 19 a 21 de junho corrente, para aqui proceder as cerimonia acima expostas.

Pedimos a V. Excia. a fineza de comunicar a autoridade de Ponta Grossa, sobre a licença especial a ser fornecida ao pastor Guilherme Fuchmann, para se locomover até esta cidade e bem assim o grande favor de nos comunicar também por ofício, sobre a concessão da licença pedida, para que avisemos com tempo os interessados nos Batizados e Comunhão, para estarem presentes nesses atos de construção do Bem.

Esperando merecer a acolhida de V. Excia. a nossa solicitação, e se necessário a apreciação do S. Excia. o Sr. Cap. Secretario, renovamos os nossos agradecimentos sinceros, e firmo-me com elevada estima e toda consideração. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 1943, p. 70-71)

Tratava-se de um grande “rebanho”. O secretário da Comuna justificou a solicitação de um pastor próximo em virtude das múltiplas atividades eclesíásticas e pastorais que se acumulavam. Eram cerca de duzentos “contribuintes” na congregação.

No dia 4 de junho de 1943 o Delegado da DOPS de Curitiba emitiu um ofício para Imbituva de liberação para viagem e mudança da Sra. Helena Bachimont.

4 junho

Pelo presente, solicito de V.S. seja facilitado, na medida do possível, à Sra. Helena Bachimont, afim de que transfira sua residência para esta capital ltendo em vista que seu esposo, Georg Bachimont, fôra posto em liberdade, não podendo mais retornar a essa localidade. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1943, p. 74)

A congregação necessitava de um outro pastor para a realização das cerimônias, fundamentais e principais no trabalho da igreja. No dia 9 de junho de 1943 receberam a resposta do Delegado “Adido” da DOPS:

9 de junho 3

Acusando o recebimento do memorando, datado de 2 do corrente, dessa congregação, informo não ser permitida a ida do padre Guilherme Fuchmann, a essa localidade, devendo providenciar a ida de um pastor de nacionalidade brasileira. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1943, p. 72)

A solicitação havia sido negada e a razão pela qual não se autorizou foi:

Informação;

Wilhelm Fugmann, está fichado nesta D.O.P.S. desde 27-12-1938, por ser considerado nocivo ao Regimem e por ser partidario de Hitler, de acordo com o comprovante fornecido pelo Serviço de Nacionalização da 5a.R.M. Editou, em Ponta Grossa, um livro "Die Deutschen in Paraná" - "Os alemães no Paraná.

Curitiba, 4 de Junho de 1943

Responda-se que a ida do padre Fugmann não será permitida. Devem providenciar a ida de pastor brasileiro.

Em 6/8/43.

(ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1943, p. 69)

Assim como o pastor Bachimont, o pastor Fugmann também constava na lista dos alemães considerados "nocivos" ao regime varguista. A sugestão foi enfática: "Devem providenciar a ida de pastor brasileiro."

Esta situação, com toda sua complexidade, trouxe-lhes uma série de questões para (re)pensar a continuidade da igreja luterana em Imbituva neste novo contexto do Estado Novo. O cenário histórico, político e social se modificou assim como o grupo de imigrantes e seus descendentes se transformou, como a própria igreja luterana também teve que se (re)adaptar.

3 CAPÍTULO 3 – REPENSANDO A IDENTIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA DA COMUNA LUTHERANA DE IMBITUVA SOB O ESTADO NOVO

No que diz respeito às tensões e conflitos gerados pelas imposições ocasionadas pela deflagração da Segunda Guerra Mundial e pelas novas políticas do “Estado Novo” de Getúlio Vargas, dentre outros fatores, a Comuna Evangelica Lutherana de Imbituva se viu compelida a buscar e encontrar uma solução em face destas novas situações e condições para sua continuidade. Esta “condição” remete ao seu processo de construção de identidade.

A questão da identidade foi trazida por Stuart Hall (2006). O tema identidade é comum ao campo das ciências sociais e humanas. Para Hall, a identidade é um conceito crucial, pois funciona como articulador ou ponto de ligação entre os “discursos e as práticas” que procuram nos colocar em nosso lugar como sujeitos sociais de discursos particulares. Por outro lado, os processos que produzem a subjetividade nos constroem como sujeitos que podem falar e ser falados.

Segundo o autor, a “crise de identidade” é vista como um processo mais amplo de mudança e transformação que desloca estruturas centrais das sociedades ditas “modernas”, abalando assim as referências de estabilidade dos indivíduos no mundo social. As identidades surgem e se modificam da nossa noção de “pertencimento”, neste caso, à cultura étnico-religiosa (re)combinando os elementos que a constituem de forma dinâmica.

Os membros da Igreja Luterana em Imbituva enfrentaram um grande dilema no tocante a assegurar a sequência das atividades eclesiais. Como sujeitos que construíram uma comunidade étnica e religiosa tiveram negada a expressão da sua identidade a partir dos eventos concernentes ao Estado Novo. “Devem providenciar a ida de um pastor brasileiro”, foi esta a determinação por escrito da Delegacia de Ordem Política e Social à Comuna Lutherana. Estes eventos foram geradores de uma “crise” identitária enfrentada pela Comuna. Precisavam se reinventar como sujeitos sociais diante das situações “desestabilizantes” que surgiram. Assim sendo, tinham que tomar decisões e providências que seriam determinantes para a continuidade do seu próprio grupo. Entre os “discursos e as práticas”, a identidade da Comuna estava no processo de reconfiguração.

Para José Manuel Oliveira Mendes (2011) a concepção de identidade socialmente construída, distribuída e reconstruída nas interações sociais, remete-nos a essa concepção dinâmica da própria identidade em construção. Suas bases e origens são acidentais, do “ruído social”, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização. As “acusações” contra os líderes da Comuna na sociedade receptora trouxe-lhes uma necessidade de readequação de suas práticas eclesiais.

Na perspectiva de Mendes, um dos autores que mais e melhor abordou as “múltiplas pertencas” dos indivíduos foi Erving Goffman. Goffman entende que as identidades são múltiplas, flutuantes e situacionais. Para Mendes na execução cotidiana e normal do seu papel social, o indivíduo pode ser conduzido a uma “fragmentação” como sujeito. No encontro social o indivíduo atua numa “linha”. A “linha” é geradora de um valor social que é o conceito de “face”. Apresentar uma linha e face exige “tato”, ou seja, é ocupar um determinado *locus* na ordem social. O sujeito é duplo: tem uma autoimagem e ao mesmo tempo é um jogador que atua nas contingências situacionais. A pessoa, o sujeito, é um construto entre o externo e o interno. (Mendes, 2011)

Segundo Collins “as pessoas acomodam-se às construções mútuas enquanto sujeitos sociais.” Para Goffman, o ritual ou rituais são determinantes na constituição simbólica da identidade. Os ritos na religião são estruturantes para a construção identitária de um determinado grupo eclesial. Como a utilização oficial do idioma “alemão” nas celebrações tornou-se um “problema” para as exigências nacionalistas, haveria de ter mudanças que pudessem garantir a continuidade da Comuna naquela sociedade. Em suma, a necessidade de interação social levou-os a repensar seu *locus* de modo buscar uma estabilidade pelo deslocamento produzido pelas práticas políticas do Estado Novo em Imbituva.

3.1 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Num ensaio sobre Memória e Identidade Social, Michael Pollack (1992, p. 204) afirma que o sentimento de identidade “[...] é o sentido da imagem de si, para si e para os outros.” Identidade e memória também constam na pauta de reflexão

teórica em obras de outros autores tais como Joel Candau, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Beatriz Sarlo, Stuart Hall, Jacques Le Goff, entre outros. Rememorar é mais do que reatualizar o passado no presente, pois se trata de mecanismos múltiplos de (re)avaliações, revisões, autoanálise, autoconhecimento. Nesta direção, a memória alcança a identidade tornando-se fator determinante em sua (re)construção. Canclini afirmou que “a identidade é uma construção que se narra” (2006, p. 129). Memória e identidade são construções discursivas. É na narrativa que o sujeito sistematiza suas experiências. No discurso, produz sentidos, significados. Assim sendo, (re)constrói um novo eu identitário.

Em vista das tensões e conflitos vivenciados durante o Estado Novo e Segunda Guerra Mundial, o processo de reconstrução identitária da Comuna Lutherana estava em andamento. Este também era o cenário em tantos outros lugares e igrejas de caráter “étnico” que exigiu formas diversas de enfrentamento da situação. A Comuna Lutherana de Imbituva vislumbrou a possibilidade de reativar suas atividades através de uma aproximação de outro sínodo que, de certa maneira, se adequasse às novas exigências do Estado. Assim, a liderança da Comuna entrou em contato com o Pastor Edgard A. Krieser do Synodo Evangelico Lutheran do Brasil. Em autobiografia escrita, o Pastor Edgard A. Krieser expressou a sua experiência e memória na relação estabelecida com a Comuna Lutherana de Imbituva da seguinte maneira:

Por este tempo, a 2ª guerra mundial causara a prisão de vários pastores do Gotteskasten: Imbituva (pastor Bachimont), Bitu-Mirim (Bom Jardim), Castro, Ponta Grossa (Pastor Fugmann), Papagaios Novos (Pastor Mittelmeier) [...] Com a prisão do presidente Heine, teve que ser eleito um novo presidente para a IELB [Synodo Evangélico Lutheran do Brasil], na pessoa do pastor Rodolpho Hasse. Este novo presidente interessou-se especialmente por PN [Papagaios Novos], pois me visitava regularmente. Comecei imediatamente em todas as congregações a preparar turmas de confirmandos [refere-se ao rito de preparação dos adolescentes/jovens à Primeira Comunhão]. A de Palmeira ficou pronta em junho de 1943. Foi uma linda festa em Palmeira. Até o presidente R. Hasse [Presidente do Synodo Evangélico Lutheran do Brasil] esteve presente e . . . alguns membros de Imbituva.

No fim do culto conversaram comigo e com o presidente Hasse sobre a possibilidade de visitarmos Imbituva. Expusemo-lhes o problema de serem uma congregação do “Gotteskasten” e que nós não queríamos de forma alguma “roubar” membros de outras igrejas, como vínhamos sendo acusados no ES [Estado do Espírito Santo]. Mas eles insistiram e nós aconselhamos que a diretoria de Imbituva se fizesse presente no culto em Bom Jardim no domingo seguinte. (Na ausência do Pr. Nilo, eu devia dar este culto e o Dr. Hasse iria comigo para dirigir a assembléia). Fomos e tudo

aconteceu como previsto: Veio uma delegação de Imbituva (distância 32 KM de Bom Jardim). Tudo foi feito de acordo. A diretoria nos convidou para um culto em Imbituva, e lá nos fomos no dia seguinte. [...] Marcamos um culto para o dia 24 de junho, dia de São João, à noite. A igreja estava lotada (era a maior igreja luterana que eu já tinha visto), O pastor R. Hasse deu o culto. Na assembléia, após o culto, ficou resolvido que a comunidade se filiaria à IELB [Synodo Evangélico Lutherano do Brasil], e o pastor R. Hasse ficou até o domingo onde pregou e fez 24 batismos. Eu, por minha vez, recebi a incumbência de ir até o interior, Três Bicos, para dar um culto para aquela gente que durante meses não tinha mais tido culto. Fiz ali também um grande número de batismos. [...] Por ao menos um ano tive que atender também a enorme comunidade luterana de Imbituva, onde após um ano realizei uma confirmação com 23 confirmandos. (KRIESER, Balneário Camboriú, p. 255-256)

A memória autobiográfica registrada do Pastor Edgar Krieser contribui como fonte de referência “memorialista” para compreensão de parte do processo de construção identitária da igreja luterana em Imbituva neste “novo momento”. Neste sentido essa “fração” de memória constitui uma continuidade e, ao mesmo tempo, um “recomeço” institucional. Torna-se assim, um *locus* onde se edificam as identidades na forma das lembranças. Atua como instrumento capaz de emergir o passado como matéria-prima para a construção do presente. (SOUZA, 2014) Canclini ressalta que “hoje a identidade, [...], é poliglota, multi-étnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (CANCLINI, 2006, p. 131).

3.2 NOVOS CAMINHOS DE IDENTIDADE

O Delegado de Imbituva Sr. José da Cunha Magdalena, em 28 de dezembro de 1942 já havia escrito na resposta à representação feita à DOPS de Curitiba que o casamento da filha do Sr. Alberto Diedrichs na “igreja alemã” foi um “[...] ato celebrado por padre brasileiro”. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, 28dez, 1942, p. 188) Este “padre brasileiro” possivelmente referia-se ao pastor luterano Nilo Strelow de Bom Jardim (Bitú-Mirim, hoje município de Ivaí-PR), clérigo pertencente ao Synodo Evangelico Lutherano do Brasil, conforme depoimento do Capitão Oziel Cavalcante de Gusmão.³² Uma possível inferência talvez tenha sido o fato de ser um

³² “Realisaria a cerimonia o pastor da igreja luterana de Bom Jardim.” ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, Imbituva, 8jan, 1943, p. 89

sacerdote “brasileiro” o celebrante deste casamento, um dos fatores determinantes para a autorização por parte da Delegacia Regional de Irati para a realização do mesmo. Em depoimento do Sr. Alberto Diedrichs ao Capitão Alípio Ayres de Carvalho, respondendo ao “Auto” de pergunta como conseguiu autorização para a realização do casamento de sua filha haja vista que a referida igreja luterana de Imbituva estava interdita, foi assim registrado

Seguindo a orientação do Delegado de Polícia de Imbituva, foi a Irati onde, depois de expor o seu propósito e informar que o pastor que iria celebrar o ato religioso era brasileiro e reservista, pastor da Igreja Luterana de Bom Jardim, conseguiu a devida autorização, trazendo consigo as chaves da Igreja e ofício de autorização. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 23jan, 1943, p. 124)

Mais ainda, em depoimento o Sr. Alberto Diedrichs declarou também que no dia seis de janeiro de 1941 “propôs que todos os atos religiosos celebrados pelo pastor da igreja luterana fossem falados e escritos em nosso idioma.” Eximiu-se também de qualquer responsabilidade direta quando na sequência: “[...] afirmando que a congregação não assumiria responsabilidade por praticas e atos falados e escritos em idioma alemão.” (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 23jan, 1943, p. 123) Na primeira parte do mesmo documento citado anteriormente, o Sr. José da Cunha Magdalena também fez questão de ressaltar que os nubentes eram “[...] brasileiros natos e pessoas de elevada representação social desta Cidade e da Cidade do Irati.” (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 23jan, 1943, p. 124) Para o Estado, era-lhes necessário e importante obrigatoriamente evidenciar e manifestar publicamente a “brasilidade”. Para eles, eram brasileiros, descendentes de “alemães”, mas traziam consigo traços étnicos e religiosos da herança germânica de seus antepassados. Eram teuto-brasileiros!

Boaventura de Souza Santos (2011) num diálogo com José Manuel Mendes (2002) abordou uma concepção dinâmica da identidade. Ele reconfigurou o conceito de identidade a partir de uma construção narrativa na qual a subjetividade, cujo alicerce se encontra nos contextos sociais, seja corporificada de forma descentralizada e múltipla: num espaço onde as interações possam ocorrer como

memórias das representações da realidade sociocultural e das diferenças nela existentes. O processo identitário se dá na “alteridade”, no “diálogo multivocal”, na “individuação” situada na dimensão espaço-temporal. A narrativa é a estabilização, a linearidade dos relatos como fato provisório, construído e em constante reelaboração. As identidades são construídas nos discursos públicos, narrativas centrais, no coletivo, mas não podemos esquecer as chamadas “memórias subterrâneas” em diálogo/tensão com a memória reconhecida por “oficial”. A concepção de identidade aqui apresentada é “múltipla”, “diversificada” e “narrativamente construída”, diferentemente do conceito de identidade fixa, essencializada, natural, genética, ontologizante, totalizante.

Esta forma de abordagem dinâmica de identidade nos ajuda a compreender, por exemplo, narrativa do Sr. Alberto Diedrichs em depoimento na interação com as autoridades. As identidades são um jogo sério, complexo e perigoso. A produção e reprodução das identidades se cristalizam no espaço “estrutural” da comunidade.

O Sr. Alberto Diedrichs, membro da Comuna Lutherana e empresário no ramo de madeiras em Imbituva, acusado publicamente de ligações com o “nazismo” por ser descendente de “alemães”, em seus depoimentos oficiais à DOPS buscou se defender sugerindo 1) que os atos oficiais da igreja fossem realizados em português pelo pastor; 2) que a Comunidade não se responsabilizaria pela utilização da língua “alemã”; e 3) que os noivos eram brasileiros natos e de “destaque” em sua sociedade. Sua postura reclamou para si um “sentimento de brasilidade” em vista da possibilidade de reabertura da igreja e de justificar a realização do casamento de sua filha.

Para Boaventura de Sousa Santos “as identidades são definidas como negociações de sentido, como jogos de polissemia, como identificações em curso.” (SANTOS, 2011, p. 517)

Esta mesma perspectiva conceitual de identidade diz respeito à situação da Comuna Lutherana de Imbituva. Em vista da situação que a igreja enfrentava diante da sociedade e das autoridades e de um vislumbre da possibilidade de continuação das suas respectivas atividades, após a visita do Pastor Rodolpho Hasse, a despeito de todas as tratativas, a Comuna Lutherana decidiu o seguinte:

Aos 18 dias de Julho de 1943, realizou-se assemblea acima. A diretoria desta Congregação concia de sua responsabilidade pela vida da Congregação, depois de detido os estudos da situação premente em que mais de 11 mezes se encontrava esta congregação por falta de um Pastor que atendesse aos cultos, e os serviços religiosos, sem que houvesse possibilidade de obter novo Pastor do Synodo a que pertencia ate esta data, ja que seu Pastor collado reverendo Adolfo Bachimont lhe comunicou por escrito que não mais regressaria para o seio de sua congregação; S sugeriu a presente assemblea desligar-se deste Synodo em carater definitivo, e filiar-se ao Synodo Ev. Luth. do Brasil, e pedir um Pastor a esta Igreja. Depois de apreciar os pontos principais do presente assunto e bem compreendido por todos houve a votação unanime com o seguinte resultado ; a comunidade filiar-se com o presente ato ao Synodo Ev. Luth. do Brasil e chama como seu futuro Pastor um ministro brasileiro desta Igreja. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a seção.³³

Na mesma assembleia foi expedida uma declaração de chamado para a “Comissão Missionária” do Synodo Evangelico Lutherano do Brasil a fim de que lhes designassem um pastor. Em reunião da “Comissão Missionária” deste Synodo, a direção nacional decide o que segue na ata: “Imbituba: Quanto à missão deste lugar a Pequena Comissão agirá oportunamente de acordo com o Rev. Nilo Strelow”³⁴. E ainda: “IMBITUBA: Resolveu-se pedir ao Rev. Nilo Strelow que trate com esta comunidade no sentido de enquadrar seus estatutos na orientação luterana e providenciar o chamado para o Rev. Arno Gueths³⁵. ”³⁶

O problema concreto da Comunidade, sem dúvida, era a ausência de um pastor e a proibição das atividades na igreja. A impressão era que havia um clima de “medo” em relação a situação da Comunidade. De certa forma, este contexto “incerto” gerou uma “crise” de identidade. A importante decisão de desligamento de um vínculo institucional eclesiástico e adesão a um novo sínodo foi fruto de uma experiência tensa e conflitiva.

Mário Luis Rehfeldt assinalou que

33 COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DA RESSURREIÇÃO DE IMBITUVA. Ata da reunião realizada no dia 18 de julho de 1943. Livro 1, p. 7.

34 SYNODO EVANGELICO LUTHERANO DO BRASIL. Porto Alegre, RS. Ata da reunião da Diretoria nos dias 22 e 23 de setembro de 1943. p. 3

35 SYNODO EVANGELICO LUTHERANO DO BRASIL. Porto Alegre, RS. Ata da reunião da Diretoria nos dias 29 de fevereiro a 2 de março. p. 4.

36 Crônicas dos pastores e professores. Instituto Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Porto Alegre RS. Conforme Anexo F.

Diversas paróquias no Estado do Paraná, que anteriormente pertenciam aos *Gottestkasten* [Caixa de Deus], depois de ficarem sem pastor durante anos, solicitaram atendimento de pastores do Sínodo de Missouri. As paróquias de Bitu Mirim (Bom Jardim, em 1941), Papagaios Novos (em 1942), e Imbituva (em 1943) se filiaram ao Sínodo de Missouri e receberam pastores. (REHFELDT, 2003, p. 146)

Cleusi Bobato Stadler apontou que a solução encontrada pela Comunidade foi a filiação ao Synodo Evangelico Lutheran do Brasil, pois este “tinha seminário próprio e pastores nascidos e formados no Brasil” (STADLER, 2005, p.92).

A “aproximação” desta Comuna Lutherana com o Synodo Evangelico Lutheran do Brasil já havia acontecido anteriormente em algumas ocasiões. Foram utilizadas literaturas teológicas para a educação cristã como o catecismo e porções bíblicas impressas pela Casa Publicadora Concórdia, editora pertencente ao Synodo Ev. Luth. Do Brasil. O celebrante do casamento da filha do Sr. Alberto Diedrichs foi realizada pelo Pastor Nilo Strelow do Synodo Ev. Luth. do Brasil em Bitú-Mirim (Bom Jardim em Ivaí-PR). Segundo relato do Pastor Edgar A. Krieser, o trabalho deste Synodo nesta localidade começou assim:

Em Bom Jardim foi sentida primeiro a falta de um pastor. A comunidade vinha usando o Catecismo e as Histórias Bíblicas editados pela Casa Publicadora Concórdia. Não lhes ocorrendo outra solução, a diretoria da comunidade escreveu para a CPC [Casa Publicadora Concórdia – Editora do Synodo Ev. Luth. do Brasil], pedindo ajuda ou orientação. A CPC passou adiante para a direção da Igreja e esta mandou o pastor Rottmann fazer uma viagem de reconhecimento a Bom Jardim. A comunidade filiou-se a IELB [Ainda era Synodo Evangelico Lutheran do Brasil] e enviou um chamado, que prontamente foi atendido com a pessoa do pastor Nilo Strelow, recém formado e casado com a sra. Ida Heine, filha do presidente A. Heine.[Presidente do Synodo Evangelico Lutheran do Brasil] Isto foi no começo de 1941. (KRIESER, Balneário Camboriú, p. 253)

Depois, com a ida e participação de um determinado grupo de líderes membros da Comuna Lutherana de Imbituva na cerimônia de confirmação em Palmeira, fizeram pedido verbal de atendimento ao Pastor Edgar A. Krieser e ao Presidente do Synodo E. Luth. do Brasil que, também esteve lá presente nesta ocasião, ainda em junho de 1943.

No livro *Crônicas da Igreja* (1979), o autor Carlos Warth, teólogo e pastor da IELB, sintetizou em relato oficial sinodal o seguinte registro da igreja em Imbituva:

A congregação de Imbituva com mais de 1.600 almas, é uma das maiores congregações de nossa igreja. Antes fora servida pela Igreja Luterana “Gotteskasten”. A paróquia ficara vaga em 1942. Depois de um ano sem atendimento espiritual, a congregação pediu os serviços de nossa igreja, encaminhando o pedido ao presidente R.F.Hasse, quando este em 1943 visitou Bom Jardim do Sul. Inicialmente a congregação de Imbituva foi atendida pelos pastores E.A.Krieser e N.Strelow. Em fevereiro de 1945 foi ali instalado solenemente o Rev. A.C.Gueths como primeiro pastor, servindo até 1951. (WARTH, 1979, p. 78)

A filiação da igreja ao novo sínodo já foi parte de um processo de “ruptura institucional” relacionada à “crise” de identidade da Comuna Lutherana. Com a mudança sinodal passa a se chamar “Congregação” (ou “Comunidade”) Evangélica Luterana de Imbituva, nomenclatura típica das igrejas vinculadas ao Synodo Evangélico Lutherano do Brasil.

3.3 DE UM SÍNODO PARA OUTRO: A TRANSIÇÃO DA “IECLB” PARA A “IELB”

Este sínodo que a Comunidade de Imbituva se filiou, a atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) foi organizada em 1904 como Distrito do Sínodo de Missouri, dos Estados Unidos da América do Norte. Sua denominação era *Der Brasilianische District der deutschen evangelische-luterische Synode von Missouri, Ohio und andern Staaten* (Distrito Brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados) Em 1920, foi registrado como *Synodo Evangélico Lutherano do Brasil*. Foram anos de discussão sobre a nomenclatura da igreja que se adequasse ao contexto brasileiro. Enfim, na Convenção de 1953, foram aprovados os estatutos com o seguinte nome: “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” (IELB). Segundo Paulo Buss (2006, p. 21) “esse nome foi submetido à apreciação da 43ª Convenção regular da LCMS [*Lutheran Church Missouri Synod*], sob o argumento de que os irmãos brasileiros acreditavam que a mudança do nome facilitaria seu trabalho, e recebeu a aprovação da mesma.”

A IELB, por se tratar de uma religião étnica e com aspirações missionárias, apresentou dificuldades para se integrar à vida e à realidade brasileira, o que acabou por marcar os caminhos da instituição histórica refletindo-se na formação de sua identidade. Segundo Prien, “Kunstmann escreveu: O germanismo dos missurianos não é um fim em si mesmo, mas apenas meio para fim (...)”. (PRIEN, 2001, p. 530)

Esta vertente do luteranismo, em seus discursos oficiais, sustentava um afastamento da igreja de questões políticas e étnicas, como podemos ver a partir da posição do Synodo publicado em março de 1937, no periódico luterano *Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt für Süd-Amerika* (Folha da Igreja Evangélica Luterana da América do Sul):

Nossa Igreja reconhece a existência de etnia e o cultivo de coisas pertinentes ao povo, manutenção do idioma e costumes. Tais são assuntos da vida dos cidadãos e, portanto, atribuição do arranjo da vida em sociedade (governo, partido, associação, ect.).

A Igreja como tal não tem o direito nem incumbência de praticar etnicidade. Em vista disso, nossa igreja desaprova toda forma de etnicidade, como sendo missão sua, deixando-a entregue aos arranjos que o exercício da cidadania venha a criar. [...] Nossa igreja concede liberdade aos seus congregados, professores e pastores quanto à sua vida como cidadãos na questão do cultivo das coisas do povo, enquanto se mantiverem afastados do espírito mundano. [...] De seus pastores e professores nossa igreja espera evidentemente, que se abstenham de atividades políticas.³⁷

Para Hans Jürgen Prien

O rigoroso confessionalismo bem como a separação física e espiritual da crescente nacionalização do cristianismo evangélico na Alemanha do século XIX preservaram as comunidades missourianas no Brasil de uma mistura de evangelho e germanismo. Usavam a língua alemã como meio de pregação, não, porém, por razões eclesiológicas. (PRIEN, 2001, p. 534)

Por sua vez, em 1949, o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná, ao qual a Comunidade Luterana de Imbituva pertencia antes de se filiar ao Synodo Ev.

³⁷ Título original: “Unsere Synode zu Volkstum und 25 Juli”. *Kirchenblatt*, 15 de março de 1937, p. 44-45. Tradução de Edgar Rudi Muller. Instituto Histórico da IELB apud MARLOW, 2006, p. 90.

Luth. Do Brasil (Sínodo de Missouri, atual IELB), tornou-se um dos fundadores da chamada “Federação Sinodal”. Esta federação abrangeu o Sínodo Riograndense, o Sínodo Brasil Central, Sínodo Evangélico Luterano e o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná (e outros Estados). Em 1950, essa Federação começou a denominar-se Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Na sua constituição em 1933, ainda como Sínodo Evangélico Luterano do Rito Alemão, assegurou por princípio:

Como objetivo do Sínodo é mencionada: a “pregação do Evangelho em palavra e sacramento. Para cumprir esta tarefa ele busca o fortalecimento e a divulgação de vida eclesial-evangélica no âmbito do etnicismo alemão nos estados mencionados. Seu objetivo é a ampliação de uma Igreja evangélica nacional de caráter alemão, em estreita relação com a Igreja evangélica da pátria alemã” (§ 5º) (PRIEN, 2001, p. 322)

A Comunidade Luterana de Imbituva sintetizou, de certa maneira, a relação entre ambos os sínodos da IELB e IECLB em seu contexto histórico peculiar.

Para compreender estas relações, temos a contribuição teórico-metodológica da teoria de Pierre Bourdieu. São os conceitos de “campo” e “habitus”. Para o autor, o campo é o espaço onde ocorrem as relações entre os indivíduos, grupo e estruturas sociais. Neste sentido, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) estabelecem relações oriundas do movimento em comum chamada de Reforma (Protestante ou Luterana) atribuída a Martinho Lutero.

A relação entre ambas se constitui num espaço dinâmico e simbólico (segue lógica e leis próprias), com disputas ocorridas em seu interior com interesse nas relações estabelecidas entre os seus componentes, sejam agentes ou estruturas. Neste espaço simbólico as lutas dos agentes determinam, validam e legitimam representações. Há uma classificação dos signos que determinam, por assim dizer, o que é adequado e o que pertence ou não a um determinado código de valores. Exemplo disso são as diferenças entre os sínodos como a questão do *status* do etnicismo, a compreensão diferente da responsabilidade pública eclesial e a abordagem hermenêutica da Bíblia e das confissões luteranas.

Neste “espaço”, as duas igrejas luteranas também buscam manter certo diálogo de proximidade. Algumas atividades são em conjunto como na “Comissão Interluterana de Literatura” (CIL), “Luteranos Unidos em Comunicação” (LUC) e na “Comissão Interluterana de Diálogo” (CID). Este último, promoveu em 1994 um encontro das duas igrejas luteranas e, conseqüentemente, foi redigido em conjunto o chamado “Convênio de Cooperação Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil”, que buscou enfatizar os pontos de trabalho e atuação similares. Os esforços de aproximação de ambas as igrejas luteranas, não eliminaram as diferenças e tensões no campo de atuação no Brasil, especialmente aqueles advindos do processo de imigração alemã, atendimento espiritual ao rebanho, diferenças doutrinárias e estabelecimento institucional (sinodal e confessional).

Outro conceito explicativo desta relação é o de *habitus*. *Habitus* vem a ser um princípio gerador de todos os pensamentos que, como corolário, atua como norma para a vida religiosa do indivíduo. Seria uma espécie de um conhecimento sem consciência ou de uma intencionalidade sem intenção. Ele é intercambiável por meio da aprendizagem e também funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias. Constitui-se num esquema de ação, percepção e reflexão, e determina maneiras de olhar, perceber e classificar (opera distinções) a coletividade num determinado campo. Ela possibilita a compreensão de alguns aspectos fundamentais do cotidiano dos religiosos luteranos aqui envolvidos e mencionados, ou seja, ações, opções e movimentos que os define como tal. As vinculações históricas distintas já descritas, a IELB com o Sínodo de Missouri (EUA) e a IECLB com a Europa, especialmente a Alemanha, trouxeram algumas ênfases dogmáticas e de *práxis* diferentes.

3.4 ETNICIDADE

Um conceito fundamental constituinte da identidade da Congregação Luterana é o de “etnicidade”. Este é um conceito “presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-

nações”. (POUTIGNAT e STREIFF-FERNART, 1998, p. 27). Esta reflexão suscita pensar necessariamente sobre as noções de raça e etnia. Um esboço de conceituação sugere que

“a etnicidade refere-se a um conjunto de atributos ou de traços tais como a língua, a religião, os costumes, o que a aproxima da noção de cultura, ou à ascendência comum presumida dos membros, o que a torna próxima da noção de raça.” (GLAZER & MOYNIHAN, 1975 apud POUTIGNAT e STREIFF-FERNART, 1998, p. 86).

Para os autores que abordam este tema sustentam que é difícil chegar a um consenso de uma definição sobre etnicidade, mesmo apresentado teorias como a primordialista, sociobiológica, instrumentalista, mobilizacionista, entre outras. Uma característica marcante nessas discussões é que a relação entre o “Eu” e “Ele” permeia praticamente todas as teorias, pois “[...] os grupos étnicos se formam quando os indivíduos desejam adquirir bens (a riqueza, o poder) que não chegam a conseguir segundo suas estratégias individuais”. (POUTIGNAT e STREIFF-FERNART, 1998, p. 100) Sobre este caráter relacional da etnicidade, Poutignat e Streiff-Fernart afirmam que “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna saliente as identidades étnicas”(1998, p. 124). Já Frederik Barth sustenta que há elementos que condicionam e fazem emergir as identidades étnicas. Segundo Barth,

“a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em funções de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”. (POUTIGNAT e STREIFF-FERNART, 1998, p. 141).

Barth levanta a importância da diferenciação cultural e consequente criação e delimitação de fronteiras. Para ele, o conceito de etnicidade está diretamente relacionado com o sentido organizacional dos grupos étnicos, entendidos como categorias de atribuição e identificação, executadas pelos próprios atores que

compartilham valores culturais fundamentais. O grupo se organiza para (inter)agir e categorizar-se (ou seja, a si mesmo e aos outros).

A comunidade possui agentes étnicos que se tornam instauradores de novos processos de socialização e expressão dos sujeitos e transformam as narrativas étnicas passadas em sinais “diacríticos”. Tais signos e símbolos são criados pelo próprio grupo para se (auto)representar, mostrar que é diferente e em certo sentido e também que existe enquanto grupo. Sinais criados ou inventados, oscilantes, não fixos (negativos ou positivos), que possam ser exaltados e (ou) ignorados, minimizados e (ou) negados pelos seus membros. Tornam-se, por assim dizer, uma reinterpretação da história étnica do grupo, e assim, são visíveis para os outros. Barth sustenta que deve ser focado o que o grupo reivindica como seu e fundamenta que o grupo étnico deve ser compreendido como um campo (sentido de P. Bourdieu) de comunicação e interação (sentido weberiano). As distinções étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, nem mesmo da ausência de conflito, pois apesar dos fluxos de pessoas e contatos, as fronteiras e os sinais “diacríticos” permanecem. A identidade étnica é sempre relacional e situacional. A construção e manutenção de fronteiras étnicas estabelecidas representam jogos de interesse de códigos e diferenças culturais significantes para a comunidade. As fronteiras étnicas são mantidas por um conjunto limitado de traços culturais em disputa no momento da interação social entre os grupos.

A abordagem acerca da identidade étnica neste trabalho é considerada uma expressão da etnicidade, ou seja, manifestada através de ideologias com base na (re)afirmação do próprio grupo étnico. Assim sendo, a abordagem sobre etnicidade é uma expressão de identidade étnica em termos de definição de limites grupais.

Denys Cuche (1999), sociólogo e antropólogo francês que trabalhou com Roger Bastide, estabeleceu uma relação entre as concepções de cultura e identidade. Para Cuche, a noção de identidade pode ser entendida como vinculação original de um indivíduo aos seus grupos (suas raízes), como resultado de um patrimônio genético (sua raça) ou como resultado de uma herança cultural (sua cultura). Destaca a natureza social da identidade, pois

[...] a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade

não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. (CUCHE, 1999, p. 182).

Uma vez que a cultura é dinâmica, a etnicidade e a identidade como expressão cultural também são elementos dinâmicos que se modificam. O contato com o “outro” viabiliza trocas culturais nos quais elementos de determinadas culturas são absorvidos, apropriados e ressignificados por outras num novo contexto cultural. Um grupo étnico não reúne de maneira simples traços culturais como também a produção cultural *per si* não caracteriza a existência étnica. Ambos são consequência de seu processo de transformações e reformulações. Um determinado grupo étnico ressignifica a produção de traços culturais tomando como referência as escolhas individuais que estão diretamente relacionados com seus processos identitários. Etnicidade e identidade(s), são escolhas e não tão somente uma constatação. Tais escolhas étnico identitárias são circunstanciais e processuais, com elementos de caráter subjetivo e dinâmico.

A trajetória deste grupo de imigrantes que saiu das antigas regiões que formaram posteriormente a Alemanha, deslocaram-se para a Rússia, no Baixo Volga, e vieram para o Paraná, na região dos Campos Gerais até Imbituva, incluindo aqui as novas gerações e suas transformações, demonstra as inúmeras influências e o caráter dinâmico de constante mudança identitária, cultural e étnica. A etnicidade deste grupo esteve em constante processo de (re)construção, sob influências externas, permeada por resistências, noções e representações de pertencimento coletivo e com suas respectivas idiossincrasias.

Giralda Seyferth escreve:

Realmente, é no final do século XIX que algumas instituições comunitárias aparecem como divulgadoras dos valores supostamente nacionais (ou de origem) dos imigrantes/colonos. A língua e a cultura – elementos importantes de sua identificação como “italianos”, “alemães” e “poloneses” – seriam “perpetuadas” através da escola, da igreja, do lar, com isso preservando uma identidade étnica e uma vinculação com o país de origem. Os jornais e outros tipos de publicação em língua italiana, alemã e polonesa também tiveram o seu papel, embora, em termos de intensidade, a imprensa teuto-brasileira fosse muito mais atuante e enfática na sua “defesa da germanidade”. (SEYFERTH, 1986, p. 62)

No caso dos imigrantes que se fixaram no Paraná, Albert Elfes³⁸ apresentou um relatório em que tratava de reforçar o discurso da identidade paranaense como “mosaico étnico” (expressão que remete a uma concepção sobre a formação do povo paranaense em que cada grupo manteria suas características identitárias) fazendo uma análise do encontro destes imigrantes com os “nacionais” brasileiros já estabelecidos no Estado. Elfes caracterizou os “núcleos colonizatórios” como grupos “homogêneos” e “fechados”.

No Paraná aportaram várias correntes deste tipo, portadores de bagagens culturais diferentes e de várias origens étnicas. Foram fixadas de preferência nos campos Gerais, recebendo ajudas e retribuindo com seu trabalho, suas tradições e suas técnicas para o desenvolvimento econômico e a mudança da estrutura agrária dessas regiões. Alguns desses grupos, que sofreram perseguições políticas ou ideológicas nas suas terras de origem, e perderam e sacrificaram todos os seus bens à procura da liberdade, levaram tempo e encontraram dificuldades para vencer mentalmente os choques sofridos e para se enraizar no seu novo ambiente. A seleção do elemento humano processa-se, neste tipo de colonização, já na terra de origem, e visa mais a homogeneidade do grupo do que as capacidades individuais. Também depois do assentamento na colônia, o indivíduo recebe mais apoio intelectual e material de sua comunidade, do que se pode observar na colonização individual e aberta, de forma que aí o mais fraco, muitas vezes, tem melhores possibilidades de acompanhar o desenvolvimento geral. De outro lado continua, nessas colônias homogêneas, a interdependência intelectual e material para muitos anos e pode passar de uma geração para outra. O presente estudo focaliza as colônias agrícolas “fechadas” nos campos paranaenses, oriundos de imigrações em grupos homogêneos, que procuraram no Brasil segurança e liberdade (ELFES, 1973, p. 7)

O primeiro grupo de imigrantes abordado em seu trabalho, e de carga mais extensa, foi justamente os alemães do Volga. Em sua análise, enumerou cinco fatores explicativos que causaram a “não assimilação” de boa parte deste grupo étnico nos Campos Gerais. Segundo Elfes, foram eles: 1) o “choque entre duas civilizações, a falta de compreensão mútua”; 2) o desconhecimento do solo dos campos paranaenses devido à “[...] barreira da língua [que] empatava a apreensão dos conhecimentos já existentes e que os brasileiros da região queriam ensiná-los”; 3) a conservação do sistema de propriedade coletiva do solo; 4) e 5) a deficiência

³⁸ Albert Elfes, engenheiro agrônomo alemão, produziu um relatório intitulado “Campos Gerais: estudo da colonização”, em 1973 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em que apresentou um relatório sobre 17 colônias agrícolas formadas por imigrantes vindos da Europa e Ásia, especialmente entre 1877 e 1966.

administrativa do grupo, cujos líderes não “[...] conheciam o Brasil e nem os problemas técnicos do campo [...]” (ELFES, 1973, p. 20-22). As causas aqui arroladas são de ordem da etnicidade.

A solução encontrada pelos que aqui permaneceram, especialmente a segunda geração, foi o processo de assimilação nas sociedades, nos centros urbanos, mesmo com a “carga” étnico-cultural trazidas por eles, e adequação ao *modus vivendi* dos brasileiros e daqueles aqui já estabelecidos.

Para Stein (2014) mesmo com as dificuldades da “integração” dos “alemães do Volga” percebe-se que há uma visão positiva da presença destes imigrantes no Estado. No resumo apresentado por Elfes, o autor enaltece a importância da colonização agrícola nos campos paranaenses. Ele sustenta, em seu relatório final, que “[...] os vários grupos focalizados neste estudo contribuíram para a formação da sociedade paranaense, enriquecendo seu mosaico étnico-cultural” (ELFES, 1973. p. 117).

Em Imbituva, as questões acerca de etnicidade também foram intensamente sentidas pelos “alemães do Volga”. A escola, como instituição portadora e disseminadora da língua, uso e costumes alemães, teve que se readaptar. Devido à reação das medidas “nacionalizadoras”, muitas escolas foram fechadas e o ensino da língua alemã proibido em território nacional. Para Giralda Seyferth (1986, p. 61): “No caso das escolas teuto brasileiras, a proibição do ensino em língua alemã foi considerada um profundo golpe. e uma ameaça ao futuro da germanidade (*Deutschtum*).” Em Imbituva, a escola de ensino primário foi criada e mantida pela Comunidade Luterana cuja ênfase estava no ensino da língua alemã e da religião cristã luterana, haja vista que os pastores ali chamados sempre tinham dupla função, eram responsáveis pela igreja e escola, eram pastores e professores. A “*Evangelisch-Lutherische Gemeindeschule*” (Escola da Comunidade Evangélica Luterana) foi fundada em 1895 pelo pastor Johannes Dehmlow que, com a sua filha, desenvolveram atividades educacionais. Edemê de Matos lembra que “durante a I Guerra Mundial a escola foi obrigada a interromper suas atividades por estar ensinando a língua alemã.” (MATOS, 2013, p. 9) A Escola da Comunidade volta a funcionar ainda na primeira metade do século XX sob a direção do Prof. Julio Schwening. “A partir de 21 de janeiro de 1946 a escola cumpria a legislação estadual vigente por ter conseguido seu funcionamento sob a direção do professor Lothar Ricardo Mundel com o nome de Escola Rui Barbosa.” (MATOS, 2013, p. 90) A

mudança de nome evidencia os efeitos da nacionalização.³⁹ Formou, posteriormente, a “Associação Educacional e Beneficente Ressurreição”, cuja entidade é a mantenedora do atual “Colégio Luterano Rui Barbosa”.

Figura 3: *Evangelisch-Lutherische Gemeindeschule*
(Escola da Comunidade Evangélica Luterana)



Ano: 1941

Fonte: Arquivo da Congregação Evangélica Luterana
Ressurreição

Figura 4: Colégio Luterano Rui Barbosa



Ano: 2016

Fonte: Página do Colégio Luterano Rui Barbosa no Facebook

³⁹ O mesmo ocorreu em muitos outros lugares com sociedades de caráter diverso, de origem étnica, e que perderam seus nomes alemães como “Cabral”, “Duque de Caxias”, “Rio Branco”, exemplos em Curitiba-PR.

A “função” étnica tanto das escolas como da igreja é socializar a criança na sua língua materna, e com isso dar a ela a marca diferenciadora mais importante; junto com a família somam esforços para assegurar o uso cotidiano da língua de origem, elemento fundamental da identidade étnica naquele momento. [...] A manutenção da língua materna continuou sendo fundamental como elemento de identificação do grupo étnico e teve como efeito apenas a introdução do português como segunda língua dos colonos. (SEYFERTH, 1986, p. 61)

Modificação semelhante ocorreu até mesmo com o letreiro exposto na inscrição diante do altar do templo da Congregação Luterana. Para fins ilustrativos (e comparativos), segue abaixo a modificação:

Figura 5: Altar do templo da Comuna Evangelica
Lutherana de Imbituva



Ano: 1940/1941

Fonte: Arquivo da Congregação Evangélica Luterana
Ressurreição

Figura 6: Altar do templo da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição



Ano: 1967 - Celebração dos 450 anos da Reforma Luterana

Fonte: Arquivo da Congregação Evangélica Luterana Ressurreição

O tipo de caligrafia gótica permaneceu, no entanto houve a modificação da inscrição em língua alemã “*Ehre sei Gott in der Höhe*” para sua tradução na língua portuguesa “Glória a Deus nas Alturas”, a qual permanece até os dias atuais.

A etnicidade deste grupo eclesiástico estava baseada na ideia de “germanismo”. Conceitos como *Deutschtum* (germanidade), *Deutsches wesen* (maneira alemã de ser) e *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro) reafirmavam o caráter dos laços com o lugar de procedência de seus ascendentes ao mesmo tempo que se compreendiam como “brasileiros”, ou seja, dupla “cidadania”. Especialmente este último conceito, traz em si concepções de nação e pátria que são distintas, porém ambivalentes. A pátria é o grupo de imigrantes, a cidadania é brasileira, no entanto a etnia permanece alemã. Uma é a nação alemã que une aos de mesma origem cultural e linguística, outra é a condição de cidadãos no novo lugar, ou seja, no Estado brasileiro. Denys Cuche (1999) faz esta distinção conceitual entre “identidade étnica” e “cultural”. Em trecho do relatório sobre investigação do Capitão Alypio Ayres de Carvalho sobre o Sr. Alberto Diedrichs ele escreve:

10º Que o Snr. Alberto Diedrichs nada tem a alegar que o incapacite da acusação que lhe fizeram como promovedor, á madrugada, de reuniões em sua residência para ouvir emissoras alemãs. Não se conforma com a acusação. Diz que nunca tiveram em sua casa reuniões de amigos para outro fim quanto mais para ouvir rádio á madrugada. Acha que é melhor brasileiro do que muitos que propalam pelas ruas o seu patriotismo. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, p. 139)

Segundo Simon Schwartzmann, a dicotomia teuto-brasileira era compreendida pelos imigrantes em termos de cidadania e nacionalidade. “Consideravam-se patriotas e, em muitos casos, até mais comprometidos com o Brasil do que os luso-brasileiros” (SCHWARTZMANN, 1984, p. 159).

Para Giralda Seyferth (1981) haviam três possíveis formas de definir a nacionalidade de uma pessoa: 1) herança de sangue (*jus sanguinis*), exclua-se critérios geográficos, definido por ascendência; 2) local de nascimento da pessoa (*jus solis*); 3) por ambos, no caso dos imigrantes fora de seu país de origem. A legislação brasileira tinha sua base no *jus solis* enquanto que a prática adotada pelos teuto-brasileiros era do *jus sanguinis*. Assim entendiam que era-lhes direito de ser alemão em terras brasileiras.

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães buscou pontuar essa questão a partir da realidade brasileira:

De início, observa-se entre os teuto-brasileiros reedições liberais, baseadas no princípio de cidadania do dispositivo jurídico do *jus sanguinis* (direito de sangue), contra o *jus soli* (direito de nascimento), vigente no Brasil. Defendiam ainda a livre escolha de sua identidade, por entenderem que nação não se confundia com o Estado (a quem, para com o brasileiro, deviam lealdade e cooperação); mas nação referia-se à cultura de cada cidadão. Imaginavam que no Brasil seria possível adotar um critério multilingüístico, como na Suíça, e, de resto, defendiam que tanto a confissão religiosa como o cultivo das tradições culturais estavam ligados exclusivamente à esfera privada (MAGALHÃES, 1993, p. 63)⁴⁰

40 Nesta mesma linha de pensamento, Giralda Seyferth (1999) desenvolveu a ideia de que o assimilado caracterizado pela “germanidade brasileira” não coincide com as premissas brasileiras acerca do cidadão legítimo do Estado, pois condenam a existência de grupos étnicos no território nacional. E acrescenta que, especialmente as duas guerras, Primeira e Segunda Guerra Mundial, a atribuição da categoria “alemão” adquiriu *status* de exclusão.

Hannah Arendt também traz uma importante reflexão acerca dos alemães quando trata da “consciência tribal ampliada” que se refere à constituição de uma nação por questões de sangue, mesmo que estivessem distantes uns dos outros na “diáspora”. Esta consciência ocorreria pela manutenção de alguns traços que os mantivesse ligados à pátria de origem. Essa origem “tribal” estaria ligada à questão da raça. Para Hannah Arendt, “o pensamento racial dos alemães resultou no esforço de unir o povo contra o domínio estrangeiro, despertar no povo a consciência de uma origem comum”. (ARENDT, 2007, p. 193)

A assimilação ocorreu através dos contatos culturais, na ocupação e interação com o espaço público e político local, especialmente demarcado pelo conhecimento e utilização necessária da língua portuguesa, seja no trabalho, no comércio ou na escola. O sentimento de pertencimento étnico estabelecido nos ideais nacionalistas do *Deutschtum*, tornou-se uma afronta ao projeto assimilacionista do governo getulista exigido pelo nacionalismo brasileiro, que não admitia “duplas” identidades. Esta última foi uma das razões determinantes para a geração dos conflitos e tensões bem como um dos fatores para a mudança institucional (sinodal) na Comunidade Luterana de Imbituva-PR

Canclini e Stuart Hall trouxeram à reflexão o conceito de “hibridismo cultural”. Este fenômeno histórico-social trata dos deslocamentos humanos que resultam em contatos entre grupos distintos. Sua manifestação é percebida com mais ênfase na arte em geral e na literatura em particular. Pudemos observar que o nosso contexto se configurou num lugar fecundo à ocorrência do hibridismo cultural, pois se tornou um espaço de migração. Os migrantes, por sua condição, são híbridos. Rompe-se, assim, com a ideia de pureza cultural. É um processo multicultural num diálogo com outras formas de pensamento e culturas. São resultantes do contato com o “outro” e decorrentes de deslocamentos, inclusive dos signos, ou seja, simbólicos. Esta dinâmica pautou as relações dos “alemães do Volga” desde a sua chegada na “Vila do Cupim” (Imbituva), na constituição do cemitério, da igreja e da escola, e na interação destes com a sociedade local. Nesta prática, a identidade dos “alemães do Volga”, tanto da comunidade como dos seus membros como sujeitos, foi “ressignificada” e “reconstruída”. Resignificou-se e se reconstruiu num permanente jogo de assimilação e diferenciação na alteridade. O hibridismo na aculturação ou transculturação revela que o grupo, comunidade ou sujeito está num processo constante de interação cultural para se estabelecer no

mundo cuja característica marcante é a mudança. (CARDOSO, 2008; DE SOUSA, 2014)

3.5 RELIGIOSIDADE E ETNICIDADE

Um olhar historiográfico para a identidade religiosa dos alemães do Volga (luteranos) nos mostra que a mesma foi sendo (re)construída a partir de “forças centrípetas e centrífugas” do contexto e das condições sociais, culturais, históricas e políticas do contexto que estava inserida. Etnicidade e religiosidade como elementos distintivos.

Realmente, é no final do século XIX que algumas instituições comunitárias aparecem como divulgadoras dos valores supostamente nacionais (ou de origem) dos imigrantes/colonos. A língua e a cultura – elementos importantes da sua identificação como “italianos”, “alemães” e “poloneses” - seriam “perpetuadas” através da escola, da igreja, do lar, com isso preservando uma identidade étnica e uma vinculação com o país de origem. (SEYFERTH, 1986, p.60)

Segundo Fenton (2004), da perspectiva analítica o binômio religião-etnicidade incorpora aspectos do mesmo fenômeno. A religião constitui-se por um sistema de crenças e práticas ritualísticas tomando por referência a experiência e existência do sagrado, num plano metafísico (transcendental) organizadas por um *corpus* teórico moral. Etnicidade, por sua vez, “diz respeito à articulação social e cultural da ancestralidade, real ou imaginada.” (FENTON, 2004, p.57)

Embora no início da imigração alemã a relação etnicidade/confessionalidade fosse causada mais por motivos de sobrevivência e não premeditados (devido ao isolamento dos colonos, especialmente), no fim do século XIX e primeira metade do século XX tal relação teve um caráter mais consciente e mesmo político. (PORTELLA, 2006, p.601)

A Congregação Luterana de Imbituva apresentou especificidades que conduziram à reformulações de ordem da identidade religiosa. A Congregação se tornou o *locus* social dentro dum campo religioso (Bourdieu). Reproduzir sua identidade religiosa conjugada com a etnicidade neste campo ou espaço, permitiu-lhes não somente um *locus* social como também foi parte integrante da construção da própria sociedade imbituvense. O processo adaptativo, ao longo do tempo, do grupo de imigrantes frente à diversidade local, tanto étnica como religiosa, exigiu-lhes “a reconstrução de identidades sociais, não meramente dos próprios imigrantes (...) mas também da nova sociedade mais diversa no seu todo.” (PUTNAM, 2007, p.160)

Desde a chegada dos imigrantes “alemães do Volga”, quando do seu ajuntamento para organização de uma comunidade eclesiástica luterana, a construção de sua identidade étnico-religiosa se deu a partir da alteridade. Num país majoritariamente católico, mesmo com a garantia da liberdade de existência de confissões não católicas, com a imigração alemã os protestantes luteranos eram uma “minoría” que buscava seu espaço social. Este mesmo espaço também foi “campo de disputa” (cf. Pierre Bourdieu) com a igreja presbiteriana que surgiu ainda na localidade do “Cupim” (atual cidade de Imbituva) juntamente da igreja luterana.

No caso dos imigrantes de origem alemã, também é estabelecida uma relação entre escola, igreja e língua alemã. Tanto o ensino como os ofícios religiosos eram realizados em língua alemã. A ligação entre os valores étnicos e religiosos é particularmente forte no caso da igreja evangélica (luterana), na qual a germanidade e o evangelho se unem para reafirmar a “índole alemã” da congregação. Manter a fé e a nacionalidade alemã também era propósito da comunidade católica.

Padres e pastores, assim, incentivaram a conservação da língua e a endogamia como forma de preservação da fé e religiosidade dos colonos. A religiosidade nos três casos, foi transformada em símbolo de identificação que diferencia estes descendentes de imigrantes europeus dos brasileiros. No caso teuto-brasileiro, por exemplo, “a assimilação era considerada uma ameaça à devoção.”

A língua materna e a religiosidade servem para assinalar o limite entre estes grupos de imigrantes e a população brasileira. As identidades contrastivas (Cf. Oliveira, 1976 Cap. 1) são marcadas por estes dois componentes – fé e língua materna – que têm função importante na preservação da cultura dos grupos aqui focalizados. Mas se à escola e à igreja são atribuídos papéis relevantes no sentido da manutenção e preservação da etnicidade, outras instituições comunitárias também foram importantes para a organização desses grupos étnicos no Brasil. (SEYFERTH, 1986, p. 62-63)

Lauro Emílio Wirth (2005) escreve que os historiadores do cristianismo classificam o protestantismo brasileiro em três grupos: protestantismo de imigração ou étnico, protestantismo de missão e pentecostalismo. Especialmente o protestantismo de imigração, caracterizou-se como religião étnica que apresentou resistência à cultura dominante e estabeleceu um *ethos* religioso baseado nos princípios e valores oriundos da Reforma Luterana. Foi o caminho pelo qual se estabeleceu o luteranismo no Brasil. Para Bonino (2002), desenhava-se o “rosto étnico do protestantismo latino-americano”. Tais imigrantes buscavam reproduzir em terras brasileiras a vida religiosa da sua pátria de origem, configurando-se assim, ao menos num primeiro momento, uma espécie de “protestantismo transcultural”. Mais tarde, este *ethos* religioso geraria tensões e conflitos em seu espaço de sociabilidades.

Na América Latina há um consenso mínimo no que diz respeito às características do chamado “protestantismo de imigração”:

- 1) É um protestantismo que se formou a partir do fenômeno migratório na América Latina, fenômeno que condicionou fortemente seu crescimento, quando a imigração era intensa, ou sua retração, quando a imigração estagnou.
- 2) O imigrante é portador, não somente de uma tradição religiosa, mas de toda uma bagagem cultural e ideológica distinta daquela da sociedade receptora. Essa bagagem representa um fator de coesão do grupo e lhe confere uma identidade no meio que lhe é estranho e, muitas vezes, adverso.
- 3) O grau de tolerância religiosa conquistado por esse protestantismo, pelo menos no que se refere ao aspecto legal da questão, é determinado pela necessidade de mão-de-obra por parte dos países receptores dos imigrantes, onde o catolicismo era a religião hegemônica, quando não oficial.
- 4) O protestantismo de imigração é, por isso, um protestantismo étnico que tem na preservação da cultura e, especialmente, na preservação do idioma uma de suas características fundamentais. No plano institucional, aparece inicialmente vinculado a igrejas do país de origem.
- 5) Com as novas gerações, nascidas nos países de imigração, constata-se um processo de aculturação que se evidencia na independência institucional, na adoção do idioma nacional, no engajamento social, no desenvolvimento de estratégias para conquistar adeptos entre a população autóctone, um processo que geralmente vem acompanhado por uma crise de identidade, por estagnação ou por um crescimento apenas vegetativo. (WIRTH, 2013, p. 157-158)

Este fenômeno liga-se à mudanças institucionais, quando se verifica uma procura de desvinculação com a identidade étnica original, ou seja, com a “Igreja de

Imigração”. Sendo assim, as duas maiores igrejas representativas do luteranismo brasileiro a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) são identificadas como “protestantismo de imigração ou étnico”. Alguns historiadores e teólogos incluem a IELB no “protestantismo de missão”, haja vista sua origem institucional estar ligada à Igreja Luterana – Sínodo de Missouri nos Estados Unidos. Ambos os sínodos, em suas respectivas trajetórias históricas, tiveram que rever sua teologia e *praxis*. A constituição identitária proporcionou uma reorientação no sentido de alterar a perspectiva de ser igreja de imigrantes alemães e sua relação com a germanidade para a de ser igreja no Brasil, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial.

Sérgio Luiz Marlow, em sua dissertação de mestrado intitulada “Nacionalismo e Igreja: a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri nos ‘porões’ do Estado Novo”, no capítulo 2, “*Lutherthum ist Deutschum*”⁴¹? A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri e a questão da germanidade entre os teuto-brasileiros”, conclui:

A primeira conclusão a que chegamos é que, pelo menos oficialmente, a posição da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri no Brasil era a de rejeitar o rótulo de fomentadora do germanismo. Fica muito claro através dos discursos das autoridades ligadas ao Sínodo que os mesmos - apesar de não rejeitarem a prática da germanidade nas esferas social e cultural, desde que esta prática não interferisse nas ações e responsabilidades como cidadãos brasileiros – compreendiam que tal fomentação não pertencia à esfera eclesial, ou seja, não era da alçada da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri incentivar ou mesmo propagar-se, nos púlpitos e nas ocasiões em que a igreja se pronunciava, porta-voz do germanismo entre os teuto-brasileiros.

Nota-se também que, neste sentido, ocorreu uma intensa disputa entre o Sínodo de Missouri e o Sínodo Riograndense, no qual as posições divergentes de ambos tornaram-se claras e ao mesmo serviram como motivo para acusações e defesa de parte a parte. Ao que parece, não apenas a questão da confessionalidade e de divergências teológicas, mas também a maneira como ambas as instituições religiosas viam e tratavam a questão da etnicidade, serviu para um distanciamento ainda maior entre ambas naquela época.

Uma segunda e importante conclusão que podemos chegar ao final deste capítulo diz respeito ao porquê deste não incentivo por parte do Sínodo de Missouri à questão do germanismo como algo pertencente à esfera da igreja.

Tal indagação pode ser respondida na medida que percebemos a compreensão que a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri possui a respeito da doutrina dos dois reinos em Lutero, ou seja, da perspectiva de que o Estado possui uma função e a Igreja outra. Ao que parece, a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, mediante a interpretação da doutrina dos dois reinos em Lutero, procurou não influenciar ou mesmo não participar de questões

41 Tradução livre: “Luteranismo é germanidade?”

principalmente políticas. Se isso é possível ou não, eis uma questão aberta ao debate. No entanto, não resta dúvida de que a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri procurou ser uma instituição o máximo possível apolítica, onde sua atuação limitou-se quase que tão somente a questões religiosas. (MARLOW, 2006, p. 103)

A Congregação Evangélica Luterana de Imbituva, como uma comunidade que passou do Sínodo “*Gottestkasten*” (posteriormente IECLB) para o Synodo Evangelico Lutherano do Brasil (posteriormente IELB), percebeu a possibilidade de mudança de filiação sinodal de forma que se mantivesse luterana ao mesmo tempo que pudesse continuar seus trabalhos sob o discurso, *status* e efeito de “brasilidade”. Embora a IELB tivesse traços de “germanidade”, pela influência norte-americana e caráter expansionista em sua confessionalidade, a ênfase recaía na ação missionária e seu “discurso” de aculturação. Dessa maneira, a IELB se expandiu gradativamente para todos os estados brasileiros em direção aos centros urbanos e outras fronteiras agrícolas à medida da migração de descendentes alemães. Em linhas gerais, essa foi a estratégia missionária do Sínodo de Missouri no Brasil. Nota-se aqui que a identidade “ielbiana” foi construída com esforços de aculturação, delineada por traços étnicos e calcada no discurso de confessionalidade luterana “ortodoxa”. A missão da IELB, originalmente, consistia em “arrebatar os luteranos dispersos” para lhes trazer (“pregar”) o “verdadeiro confessionalismo luterano”. (STEYER, 1999, p.24) Por exemplo, em sua “tímida” integração com os brasileiros e pessoas de outras origens, em 1918 realizou um trabalho entre luso-brasileiros em Lagoa Vermelha-RS, em 1919 fundou uma comunidade formada por negros em Canguçu-RS, localidade de Manuel dos Regos-RS e em 1932 formou o primeiro pastor luterano negro, reverendo João Alves.

Após a adesão ao Synodo Evangelico Lutherano do Brasil, mesmo com a chegada de um novo pastor na Congregação, o “monitoramento” sobre os membros luteranos na cidade continuou até o fim da Segunda Guerra. Ainda no dia 5 de janeiro de 1944 o delegado regional solicitou uma “sindicância” acerca da utilização do “idioma alemão” pela congregação nos seus cultos:

Curitiba, 5 de janeiro de 1944
 Ofício 16/44 – Ilmo. Sr. Sub-delegado de Polícia – Imbituva

Tendo chegado ao conhecimento desta DOPS, que na igreja protestante, desta localidade, as predicas são feitas em idioma alemão, deveis proceder uma sindicancia a respeito, comunicando a esta DOPS. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Curitiba, 1944, p. 50)

Feitas as devidas averiguações, em correspondência oficial de 12 de janeiro de 1944, o Delegado de Polícia de Imbituva Sr. Antonio Pupo respondeu:

Imbituva, 12 de janeiro de 1944

Em cumprimento ao seu ofício de numero 16/44, datado de 5 do corrente, passo a informar a V.S. que fiz diversas investigações na referida igreja, e em diversos logares, nada tendo apurado a respeito, mas fico de prontidão para qualquer cousa que aja de anormal a esse respeito, o qual tomarei as providências que o caso exige e vos comunicarei imediatamente. (ARQUIVO DA DOPS, Dossiê 515, Imbituva, 1944, p. 39)

Provavelmente os membros da congregação ficaram sob vigilância constante ainda por um determinado espaço de tempo. Com seus trabalhos recomeçados, a Congregação Evangélica Luterana de Imbituva reorganizou sua vida comunitária, que havia sido “turbulenta” naqueles últimos tempos.

Uma das mudanças foi a modificação do adesivo identificador da capa do Livro de Atas da Comunidade que passou a ser: “Atas das Assembléias da Comunidade Ev. Luterana Ressurreição de Imbituva Nº 1”. Esta modificação indicou, de certa maneira, a demarcação de um novo tempo na vida da Congregação. Como se recomeçasse a “sua história”, ao menos em termos de registro de arquivos oficiais. A própria nomenclatura indicada no adesivo da capa “Comunidade Ev. Luterana Ressurreição”. Tal denominação veio a ser apresentada somente em assembleia geral extraordinária realizada às 14h, no recinto escolar Rui Barbosa, em 16 de novembro de 1952, e devidamente aprovada logo em seguida no dia 23 de novembro por ocasião da apresentação e aprovação de Estatuto⁴². Algumas das atas anteriores das assembleias, escritas em idioma alemão, estão em folhas soltas nos arquivos da Comunidade. Também, escrito em papel avulso na ata, consta que o Sr. Luiz Edmundo Eidam assinou como presidente 64 atas e como secretário 10

⁴² COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DA RESSURREIÇÃO DE IMBITUVA. Ata da reunião realizada no dia 18 de julho de 1943. Livro 1, p. 40.

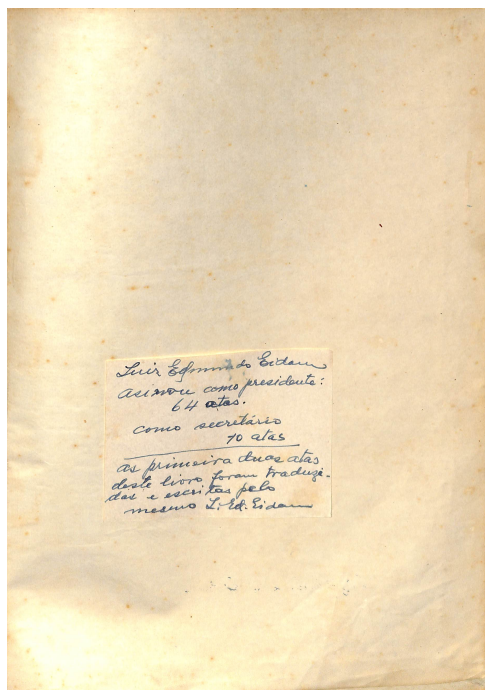
atas. “As primeiras duas atas deste livro foram traduzidas e escritas pelo mesmo L. Ed. Eidam.”

Figura 7: Atas das Assembleias da Comunidade Ev. Luterana da Ressurreição de Imbituva nº 1



Fonte: Arquivo da Comunidade
Evangélica Luterana
Ressurreição

Figura 8: Folha avulsa anexada ao Livro de Atas das Assembleias da Comunidade Ev. Luterana da Ressurreição de Imbituva nº 1



Fonte: Arquivo da Comunidade
Evangélica Luterana Ressurreição

Outra mudança perceptível foi no estilo de escrita e composição de assuntos que constavam nas agendas e pautas das reuniões. Até a filiação da Comuna ao Synodo Evangelico Lutheran do Brasil, a estrutura de reunião de assembleia tratava de abertura, relatório financeiro, questões de ordem administrativa, eleição para cargos, e assinatura de presidente, secretário e tesoureiro. A partir de 1945, além destes assuntos havia também a inclusão de assuntos de ordem pastoral, moral e os participantes passavam a assinar sua presença no livro.

As grandes tensões e conflitos geradas pelo Estado Novo, especialmente sua “Campanha de Nacionalização”, surgiram dos efeitos paradoxais da entrada do Brasil na Segunda Guerra e sua opção de lutar contra o nazifascismo. A manutenção desta ditadura foi baseada em discursos, alegorias, imagens e comemorações. O desgaste do regime, obviamente, foi acontecendo ao passo da contradição de defesa internacional como também o reaparecimento da oposição. Este cenário levaria a uma necessidade premente de readequações do Estado Novo. Em outubro de 1945, instalou-se uma grande crise política de modo que Getúlio Vargas veio a ser deposto.

Contudo, Mario L. Rehfeldt assinala no livro “Um grão de mostarda – A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil”:

Considerando as dificuldades e tribulações que pastores e congregações viveram durante o período de 1937 a 1945, o crescimento numérico é surpreendente. Em 1937, o número de pastores trabalhando em paróquias era de 67. Eles atendiam a 274 congregações e pontos de pregação, com um total de 39.932 membros batizados, 18.124 comungantes e 5.773 membros votantes. Nas escolas paroquiais, 4.158 crianças eram instruídas. Em 1945, depois de sete anos de trabalho prejudicado por causa da nacionalização e da guerra, havia 95 pastores trabalhando no Brasil, atendendo a 440 congregações e pontos de pregação, num total de 49.961 membros batizados, 28.012 comungantes e 8.768 membros votantes. Embora muitas escolas paroquiais tivessem sido fechadas, o número de alunos matriculados era de 4.106, quase o mesmo de 1937. (REHFELDT, 2003, p. 152-153)⁴³

⁴³ In: Statistical Yearbook of the Evangelical Lutheran Synod of Missouri, Ohio, and Others States for the Year 1945. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1946, p. 140.

Os indicadores demonstram que, mesmo com as adversidades enfrentadas no período da Segunda Guerra, a IELB obteve um crescente numérico. Em alguns quesitos chegou quase a dobrar, caso de congregações e pontos de pregação, número de pastores e membros comungantes. Após a Segunda Guerra, a nova Constituição Brasileira, promulgada em 1946, no Título IV (Da Declaração de Direitos), Capítulo II (Dos Direitos e das Garantias Individuais), no Artigo 141 (Parágrafos 1, 7 e 8), reiterou os princípios básicos de liberdade religiosa, inclusive os direitos dos estrangeiros residentes no país.

Quando o alemão pôde ser usado novamente, parte do trabalho voltou a ser feito nessa língua. O português, todavia, continuou a ser usado na maioria dos cultos. Os oito anos de supressão do uso do alemão fez com que a nova geração esquecesse boa parte da língua que conhecia e usasse exclusivamente o português. Em 1950, o português era usado em 16 paróquias e o alemão em uma. Nas outras 71 paróquias, tanto o alemão como o português eram utilizados
[...] Em 1950, 88 pastores atendiam a 539 congregações e pontos de pregação, num total de 65.280 membros batizados e 36.832 comungantes. O aumento de 15 mil membros em cinco anos foi a progressão mais rápida verificada no primeiro século da história do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil. (REHFELDT, 2003, p. 166, 168)⁴⁴

Por esta época, o Distrito Brasileiro era o maior distrito do Sínodo de Missouri para além dos Estados Unidos. Segundo Rehfeldt, “estava em processo de se tornar uma igreja nacional [...] os elementos necessário para isso já estavam presentes: um ministério brasileiro e líderes brasileiros.” (REHFELDT, 2003, p. 168) Em 1951, a nomenclatura oficial do “Distrito Brasileiro do Sínodo de Missouri” foi alterada de “Sínodo Evangélico Luterano do Brasil” para “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” (IELB).

Publicações oficiais da IELB já eram feitas no idioma português como a Revista “Mensageiro Luterano”, periódico oficial da Igreja, publicada mensalmente; a revista teológica “Igreja Luterana”; o anuário “Lar cristão”; folhetos de escola dominical; livros teológicos como “Sumário da Doutrina Cristã” (de Edward W. A. Koehler), resumo da “Dogmática Cristã” (de J.T. Mueller). Estas últimas traduzidas da língua inglesa para o português.

⁴⁴ Idem, p. 301.

A identidade religiosa da Comunidade Luterana de Imbituva não foi uma herança “incólume”, tampouco “hermética”, pelo contrário, precisa ser compreendida como realidade maleável, transitória, em constante (re)construção. A necessidade e as condições das quais foram submetidos com seus próprios recursos e demandas, a Comunidade traçou estratégias (e táticas) de sobrevivência num processo constante de negociação identitária com mudanças, rupturas e permanências.

Para Michel de Certeau (1994) é possível pensar numa diferenciação entre estratégia e tática a partir do contexto das práticas sociais urbanas. As estratégias correspondem a cálculos ou manipulações que são executados por sujeitos de poder que se configuram como lugares próprios de exercício de poder. A utilização de estratégias nas práticas cotidianas, em geral, reforçam mecanismos disciplinadores do poder.

Uma distinção entre estratégias e táticas parece apresentar um esquema inicial mais adequado. Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. (CERTEAU, 1994, p. 99)

Por sua vez, as táticas são definidas em termos das astúcias dos indivíduos que buscam subverter, sorrateiramente, os sistemas disciplinares. (CERTEAU, 1994, p. 45-46)

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão a do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e

objetivável. Ela opera, golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite, sem dúvida, mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco. (CERTEAU, 1994, p. 100-101)

A reflexão acerca das estratégias e táticas, metáforas da vida militar aplicadas à vida cotidiana, busca enfatizar os procedimentos variáveis e complexos das práticas sociais de acordo com a sua lógica processual e a dinâmica das relações de poder na invenção do cotidiano.

[...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão a do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo', [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera, golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite, sem dúvida, mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco. (p. 99-100)

As estratégias e táticas na(s) prática(s) cotidiana(s) se configuram em espaços de disputas, tensões, conflitos, confrontos e rupturas que, por vezes, reforçam ou subvertem os poderes (e saberes) estabelecidos. Nessa perspectiva, buscamo pensar em estratégias e táticas na construção identitária étnico-religiosa dos "alemães do Volga" luteranos de Imbituva. O estabelecimento deste grupo se deu a partir de processos de negociação constantes, marcado ora por estratégias, ora por táticas, com rupturas e permanências, para garantir sua continuidade como grupo e uma possível adaptação à nova sociedade sem cortar laços com a pátria de

origem. Nestes termos, vale pensar o processo migratório e de estabelecimento como uma experiência social, ou seja, uma expressão de práticas sociais que estiveram em movimento e em disputa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar um estudo historiográfico sobre o processo da construção de identidade da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva-PR, especialmente sob o impacto das práticas políticas no período do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas. Compreender a religião como discurso que contribui para a construção de uma realidade social é uma forma de percepção de um mundo imaginado e recriado na experiência do cotidiano, nas vivências e representações que uma comunidade faz de si mesma.

Nesta análise levamos em consideração que um processo migratório sempre gera ou é gerador de uma construção permanente de identidades. Esta Comunidade Luterana surgiu com a vinda de imigrantes alemães oriundos da Rússia, mais especificamente da região do Baixo Volga. Este grupo ficou conhecido como “alemães do Volga”. Para além das dificuldades comuns aos deslocamentos decorrentes da migração, este grupo enfrentou adversidades e instabilidades no território “alemão” e, posteriormente, na Rússia. Os primeiros grupos de imigrantes deste grupo chegaram ao Brasil e se estabeleceram nos Campos Gerais do Paraná em 1876. A identidade deste grupo esteve em constantes mudanças (e permanências) a partir dos seus dilemas oriundos da condição de imigrantes.

Percebemos que o deslocamento deste grupo social envolveu uma série de decisões, expectativas, decepções, desafios, sonhos, tensões, conflitos, necessidades. Migraram para buscar uma vida melhor, fugir das guerras, crise econômica (social e política), de uma relação de exploração, de perseguição étnica e religiosa, de cataclismos naturais. As expectativas de melhora, imaginadas pelos migrantes, não foram totalmente alcançadas. Novas situações, condições, demandas, também trouxeram novos problemas e questões ao seu cotidiano. Não foram facilmente aceitos onde chegaram e se estabeleceram. Foram confrontados com a xenofobia, a discriminação, a marginalização. Foram estigmatizados, por vezes estigmatizaram. Em seus contatos culturais criaram, por assim dizer, “cercas e pontes”, “guetos e intercâmbios”. Enfrentaram dilemas do choque e do intercâmbio cultural.

O surgimento e a organização da Comunidade Luterana pelos “alemães do Volga” foi parte integrante do processo de formação e desenvolvimento da Freguesia

do “Cupim” (Imbituva). A criação e o processo de formação da Freguesia, a chegada e o estabelecimento dos “alemães do Volga” e a unificação da Alemanha ocorreram no mesmo período. Foram “histórias” que se entrecruzaram.

Percebemos que o movimento migratório e o estabelecimento deste grupo étnico e eclesiástico produziram tensões e conflitos na sociedade receptora de modo a provocar significativas mudanças como resistências, criação de fronteiras, alteridade, assimilação, hibridização, na vida dos próprios imigrantes neste novo contexto.

A Comunidade Luterana também se transformou desde o seu surgimento na cidade de Imbituva. Houve mudanças, a partir de seus novos enfrentamentos, especialmente nas questões étnicas e religiosas deste grupo. A preservação da língua materna, a cultura em comum, a *Deutsches wesen* (maneira alemã de ser) e a fé foram elementos marcantes no processo de constituição e diferenciação deste grupo.

A chegada ao poder de Getúlio Vargas proporcionou uma série de modificações, de uma ou outra forma, na vida dos descendentes de imigrantes que se encontravam no país. Num primeiro momento, atingiu grupos de estrangeiros das mais diversas nacionalidades; mais tarde, num segundo momento, mais especificamente alemães, italianos e japoneses, adversários na Segunda Guerra Mundial. Com um projeto nacionalista, a era Vargas instaurou junto um processo de “estigmatização” aos que pudessem ser uma ameaça ao nacionalismo. Assim sendo, os imigrantes e seus descendentes foram considerados como “perigo estrangeiro” (acusados de “estrangeirismo”), “alienígenas”; “súditos do Eixo”, “os da quinta coluna” ou “nazistas”. Foram tornados, assim, *outsiders*⁴⁵. Eram indesejáveis.

Em discurso pronunciado em 1930, quando ainda era candidato à Presidência, Vargas afirmou: “Durante muitos anos, encaramos a imigração exclusivamente sob os seus aspectos econômicos imediatos; é oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade”⁴⁶. No governo getulista a questão passou a ser tratada como de Segurança Nacional.

⁴⁵ Termo/conceito utilizado por Howard Becker e Norbert Elias, comumente trazido como “desviante”, “fora da lei”.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/selecao-questionavel>> Acesso em: nov. 2016.

Com a retomada de poder em 1937, implantou-se o “Estado Novo” e uma intensa “Campanha de Nacionalização” com vistas ao monitoramento e combate a qualquer movimento que se caracterizasse em “estrangeirismo” com a prerrogativa autoritária do uso da força quando necessário.

O processo de nacionalização tinha em vista, com atenção redobrada, os chamados “núcleos colonizatórios” de imigrantes já estabelecidos no Brasil. A estratégia definida pelo regime varguista era a de “assimilação cultural”. Tais políticas alcançaram uma extensa amplitude em território nacional, inclusive no interior do país, locais para onde haviam sido designados e assentados, ao menos inicialmente, os imigrantes. Desta maneira, o Estado Novo chegou ao Paraná, na “região” dos Campos Gerais, em Imbituva. Os descendentes dos “alemães do Volga” também tornaram-se “alvo” das ações do Estado Novo, pois já estavam estabelecidos e organizados (religiosamente) na sociedade local. Este importante grupo foi marcado étnica e religiosamente pela tradição germânica (*Deutschtum*), pela *Deutsches Wesen* (pela maneira de ser alemã) em terras brasileiras (*Deutscherbrasilianer*). O luteranismo (*Gotteskasten*) ressaltava tais valores e, assim, foi fortemente impactado pelo Estado Novo.

Denys Cuche (1999) afirmou que a identidade permite que o indivíduo se oriente num sistema social e seja localizado socialmente. A construção identitária ocorre no interior de contextos sociais que evidenciam a posição dos agentes sociais. Dessa forma, as condições apresentadas orientam suas representações e escolhas. A identidade constrói-se na relação de um grupo com outros grupos que se mantém contato, pois ocorre na diferenciação. Não existe identidade em si ou unicamente para si. Identidade e alteridade tensionam-se dialeticamente.

Momentos de tensão e conflitos como a prisão do pastor “alemão” Bachimont e a reabertura do templo luterano para a realização de um casamento de descendentes alemães evidenciaram uma certa “condição” em que este grupo se encontrava e sua relação com a sociedade local, permeada por inserções, embates, assimilações, resistências.

Denys Cuche (1999) ao tratar da identidade sustenta que a mesma resulta de um construto social, parte da complexidade do próprio social, na relação com o externo e com o outro. Não se define identidade cultural de maneira simples, monolítica, pois todo grupo social caracteriza-se pela heterogeneidade. A identidade possui uma dinâmica de construção, destruição e reconstrução, conforme a variação

das situações. Desta maneira é levada a continuamente se reformular de modo diferente.

O contexto político brasileiro do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas e da Segunda Guerra Mundial, com a implementação de políticas assimilacionistas, a repressão às manifestações culturais e religiosas dos imigrantes, perseguição étnica, especialmente às comunidades alemãs, trouxeram mudanças identitárias, entre rupturas e permanências, na vida da comunidade luterana em Imbituva.

O fechamento da Comunidade e a proibição das suas atividades e celebrações trouxeram-lhes uma situação de “instabilidade”. No tocante às imposições ocasionadas pela deflagração da Segunda Guerra Mundial e às novas políticas do “Estado Novo” de Getúlio Vargas, dentre outros fatores determinantes abordados neste trabalho, a Comunidade filiou-se à outra vertente do luteranismo, no ano de 1943, o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil, atual IELB. Cleusi Bobato Stadler aponta que a solução encontrada pela Comunidade, após a perda de seu pastor, foi a filiação ao “Sínodo Evangélico Luterano do Brasil”, pois este “tinha seminário próprio e pastores nascidos e formados no Brasil” (STADLER, 2005, p.92).

Etnicidade e religiosidade configuraram categorias de análise relevantes para a compreensão de aspectos concernentes à historicidade da configuração identitária deste grupo social.

Neste processo dinâmico de construção “identitária” identificamos as forças tensionadoras de agregação e dispersão na trajetória do grupo de imigrantes que veio a constituir a Comunidade Evangélica Luterana em Imbituva. Eram descendentes de imigrantes de terceira ou quarta geração, cuja ascendência alemã era-lhes sempre reivindicada nas mais diversas situações. A herança sob a denominação de “estrangeiros”, por vezes, era positiva e, outras vezes, negativa.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 13), a reafirmação da etnicidade acontece com a “fixação dos *símbolos identitários* que fundam a crença em uma origem comum” (itálico original), os descendentes de alemães do Volga, membros da Comunidade Luterana de Imbituva, utilizaram-se da religião e da língua para reafirmar sua pertença étnica. A perspectiva de uma origem comum é construída a partir de uma representação do passado na memória coletiva dos indivíduos que vivenciam uma mesma cultura baseada na língua e religião. Assim, “a língua e a religião desempenham papel importante, talvez porque elas autorizam a

comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham um código linguístico comum ou um mesmo sistema de regulamentação ritual da vida”. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p. 38).

No processo migratório também se associou comumente os alemães e seus descendentes com o *ethos* do trabalho, da ordem, do progresso. A expectativa da sociedade receptora os definiam de antemão como “morigerados e laboriosos”. Noutros instantes, quando entravam em conflitos, tensões, no cotidiano, ou, quando não atendiam a expectativa deste *ethos* eram considerados “preguiçosos, indesejados, invasores”. Por vezes eram acolhidos e, por outras, perseguidos. Fatores endógenos e exógenos do grupo étnico contribuíram para esta transformação.

Sérgio Odilon Nadalin e Alain Bideau (2001), num ensaio metodológico sobre como luteranos alemães se tornaram brasileiros, afirmam:

Um indivíduo, ao imigrar, reconstrói suas relações com a sociedade que ele deixou para trás, em função da natureza dos contatos que estabelece com a sociedade receptora; em função, de modo igual, do confronto com as novas oportunidades geradas por um ambiente diferente. Dessa forma, ao emigrarem [...] cortaram, na prática, muitos laços que os uniam à comunidade “emissora”. Desligados da comunidade original, estabeleceram novas relações, seja com “compatriotas”, seja com membros da sociedade [...], reavaliando a orientação de seus valores fundamentais e os sinais ou signos por meio dos quais se identificavam. (NADALIN; BIDEAU, 2001, p.5-6)

Na igreja, as mudanças de confessionalidade ocorreram em face a este contexto histórico, político e social em que ela estava inserida. Houve, assim, a dinâmica de um processo de construção identitária considerando momentos diversos de uma experiência religiosa, étnica e cultural, tendo em vista diferenciados contatos culturais com a sociedade “receptora”. Desde o primeiro contato com a sociedade brasileira evidenciou-se o processo de “criação” de uma identidade. O Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial instauraram na comunidade uma “crise” étnico-religiosa.

As (re)ações implementadas, tanto de estratégias como de táticas (cf. Michel de Certeau), foram respostas às situações de enfrentamento num processo contínuo de construção identitária. Quando a Comunidade Luterana de Imbituva passou a

fazer parte do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil, demonstrou uma perda de importância da germanidade (identidade étnica alemã) e uma valorização da sua identidade religiosa como forma de subsistência neste novo contexto.

A religião foi deveras importante durante toda trajetória deste grupo de imigrantes. Neste processo, os imigrantes trouxeram junto de si a fé e a religiosidade praticada em seu local de origem. A organização para saída das regiões alemãs para a Rússia foram feitas nas igrejas, inclusive por intermédio de sacerdotes. Os éditos promulgados pela Czarina Catarina II garantiam o livre exercício da sua prática religiosa em seus respectivos assentamentos. Posteriormente, uma das razões da saída foi a proibição desta condição em terras russas. Os critérios para divisão de assentamentos, tanto no Volga como nos Campos Gerais do Paraná, foram determinados pelo agrupamento religioso a que pertenciam. (SCHWAB, 1997; MÜLLER, 1998, 2005)

Após o estabelecimento, organizaram-se como comunidade religiosa para convivência, na maioria dos casos, como regime de colônia. Eram protestantes luteranos, cuja identidade (religiosa) os diferenciava (alteridade) de outros grupos como os católicos, presbiterianos, menonitas, espíritas. A igreja logo promoveu a criação de uma escola confessional, onde se ensinava o idioma alemão e os princípios religiosos cristãos luteranos. Antes mesmo da fundação da igreja, organizaram um cemitério luterano para poderem enterrar seus mortos. A religião foi determinante no ajuntamento, organização e estabelecimento deste grupo de imigrantes. (STADLER, 2005; FUGMANN, 2008; MATOS, 2013)

Élvio Nei Figur em seu artigo intitulado “A Igreja Evangélica Luterana do Brasil: História, formação de identidade e uso da mídia” traz em seu resumo:

No Brasil, o protestantismo tido como histórico engloba principalmente as vertentes de imigração e de missão. A primeira caracteriza-se como uma forma de religião étnica, composta principalmente de imigrantes europeus. A segunda é parte do projeto expansionista das nações norte-americanas. O luteranismo brasileiro encaixa-se, grosso modo, na primeira vertente incluindo-se aí as duas principais igrejas luteranas: A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Esta última, [...], no entanto, possui traços que a aproximam também do protestantismo de missão. Como religião étnica, mas com aspirações missionárias, a IELB teve dificuldades para integrar-se à vida e à realidade brasileira, o que acabou por marcar os caminhos da instituição histórica refletindo-se na formação de sua identidade e em suas atuações midiáticas no primeiro século de existência. (FIGUR, 2015, p. 598)

É interessante notar que a IELB possuía traços de “germanidade”, no entanto, em seus discursos públicos e oficiais sempre foi ressaltado o seu caráter missionário universal (influência do protestantismo norte-americano) de sua identidade religiosa.

Considerando a religião como um produto “histórico” condicionado culturalmente pelo contexto vivenciado, a Comunidade Evangélica Luterana de Imbituva-PR também se adaptou e remodelou sua “identidade” étnico-religiosa” em um processo de “negociação” com a sociedade em transformação.

5 RELAÇÃO DE FONTES

5.1 FONTE DE ÁUDIO

Entrevista concedida a Wanderley Maycon Lange por Edgar Athanasio Krieser, 96 anos, no dia 24/06/2016, na cidade de Balneário Camboriú SC. Áudio 1. Duração 1h19min20seg.

Entrevista concedida a Wanderley Maycon Lange por Edgar Athanasio Krieser, 96 anos, no dia 25/06/2016, na cidade de Balneário Camboriú SC. Áudio 2. Duração 1h04min24seg.

5.2 FONTE DIGITAL

ALMANACH DO PARANÁ – Comercio, Historia e Litteratura. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/artigos/almanach-do-parana-commercio-historia-e-litteratura/>> Acesso em: 5 jan 2017

ARQUIVO DA DOPS, Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê: 780b. Top. 89. Período: 1935, 1939 a 1945; 1948, 1951 a 1953; 1958.

ARQUIVO DA DOPS, Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiês: 515a e 515B.

5.3 FONTE IMPRESSA

JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 ago.1942. Acervo Museu Campos Gerais.

REVISTA MENSAGEIRO LUTHERANO – Órgão oficial da (do Sínodo Evangélico Luterano do Brasil) Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Publicação Mensal. (Rio de Janeiro RJ) Porto Alegre RS (1940-1955)

5.4 FONTE MANUSCRITA

COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DA RESSURREIÇÃO. Imbituva, PR. Livro de atas das assembleias da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição de Imbituva (1939-1968). 125 atas. 200f. Arquivo da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição.

IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL. Porto Alegre, RS. Livro de atas da Comissão Missionária da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1940-1955). Arquivo Histórico da IELB.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. São Leopoldo-Porto Alegre, RS. Relatórios e Cartas (selecionadas) Sinodais dos pastores (e sínodo) da Comunna Lutherana de Cupim do “Gotteskasten” (1900-1945). Arquivo Histórico da IECLB.

REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, M. L. & NADALIN, S.O. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 1, p. 61–87, 2014.

ARAUJO LIMA, C. de. **Mito e realidade de Vargas**. Ed. Civilização Brasileira. RJ, 1955, p. 109-110.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AUER, M. Russos-alemães do Volga. Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. **Russos-alemães do Volga**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/n-z/volga.htm>> Acesso em: 19 mai. 2016.

BAADE, J. H. **Cultura e Religião: Itinerários do luteranismo em Santa Catarina e no Paraná**. Paco Editorial, 2014.

_____. **Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico-Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido**. Dissertação (Mestrado em Teologia). São Leopoldo: EST, 2007.

BALHANA, A. P. **O combate a desnacionalização – 1937/1938**. Anais da XXI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Rio de Janeiro: SBPH, 2001.

_____. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 87, p. 39–50, 1996.

_____; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. 1 vol. Curitiba: Grafipar, 1969.

_____; WESTPHALEN, C. M. **O censo dos alemães do Paraná em 1917**. Disponível em: <<http://www.degruyter.com>> Acesso em: 25 mai 2016

BARBOSA, T. P. Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Belo Horizonte: reflexões sobre identidade religiosa e identidade étnica. **Revista Três Pontos**, v. 8, n. 1, 2016.

BASSANESI, M.S. Registros Paroquiais e Cíveis. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tânia Regina (orgs). **Os historiadores e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

BASSINI, M. **Religião e identidade étnica: a primeira Igreja Batista Leta de Nova Odessa (1906-1922 e 1980-2002)**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BEHS, E. **O processo de abasileiramento da igreja dos alemães**. 2001, 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BERGER, A. **A Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o regime militar**. 1992. Dissertação (Mestrado em Teologia) -EST, São Leopoldo. 1992.

BLOCH, M. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BONINO, J. M. **Rostos Do Protestantismo Latino-americano**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRAUN, F. K. **História da imigração alemã no Sul do Brasil**. Felipe Kuhn Braun, 2010.

_____. **Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no Sul do Brasil**. Felipe Kuhn Braun, 2011.

BUARQUE, V. A. C. **História da historiografia religiosa**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos Campos: Memórias de um jornal centenário**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002.

_____, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar.

BUSS, P. W. **Relations between the Lutheran Church-Missouri Synod and the Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. 1981. 210 p. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Concordia Seminary, St. Louis, 1981.

_____, P. W. **Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. Porto Alegre: Concórdia, 2006. v. 2.

Campos Gerais do Paraná. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm> Acesso em: 30 out 2016.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Tradução Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2006.

_____, N. G. **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

CAPELLARI, M. A. **Sob o olhar da razão: as religiões não católicas e as ciências humanas no Brasil (1900-2000)**. Dissertação (Mestrado em História) - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

CARDOSO, J. B. Hibridismo cultural na América Latina. **ITINERÁRIOS – Revista de Literatura**, v. jul/dez, n. 27, p. 79–90, 4 dez. 2008.

CARVALHO, P. M. de. A concretização da Marcha para o Oeste. **Cultura Política**. v.8, n. 16, out. 1941.

CASTELLS, M. A construção da identidade. In: **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CEM ANOS DE GERMANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL, 1824-1924. (Originalmente editado por Verband Deutscher Vereine, Porto Alegre, 1924). São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

CERTEAU, M. DE. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. La ruptura instauratrice ou le christianisme dans la culture contemporaine. **Espirit**. Paris, 1177-1214, jun. 1971.

CHARTIER, R. **A história cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173–191, 1991.

_____; GALHARDO, M. M. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____; MORETTO, F. M. L. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHAVES, N. B. **A Cidade Civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DE OLIVEIRA, A. P. Disputas e estratégias de legitimação no campo religioso: uma interpretação a partir da teoria de Bourdieu dos novos movimentos religiosos brasileiros. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 109, p. 148–154, 2010.

DE OLIVEIRA, M. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo**, 2007.

DE SOUSA, L. L. O processo de hibridação cultural: pros e contras. **Temática**, v. 9, n. 3, 2014.

DELUMEAU, J. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989. p. 59-60.

DREHER, M. N. **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Org. Martin N. Dreher. – Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

_____. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999. (Coleção História da Igreja, Vol. 4)

_____. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

_____. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. Porto Alegre; Caxias do Sul, 1984.

DROOGERS, A. Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005). In: **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 13–41, 2008.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EIDAM, R. **O processo pedagógico e a formação do imigrante alemão nas colônias de Bom Jardim do Sul e Witmarsum Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) Ponta Grossa: UEPG, 2009.

ELFES, A. **Campos Gerais: Estudo de Colonização**. Curitiba: INCRA, 1973.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador, uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **Os alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Estudos em história cultural na região sul do Paraná. / organizado por Hélio Sochodolak e José Adilçon Campigoto. Guarapuava: Unicentro, 2008. 298 p.

FAUSTO, B. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. Edusp, 1999.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP e FDE, 1999.

FEBVRE, L. et al. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FENTON, S. Modernidade, etnicidade e religião. In D. RODRIGUES (org.). **Em Nome de Deus: a religião na sociedade contemporânea**, 2004, Porto, Afrontamento, pp. 51-75.

FIGUR, E. N. **A Igreja Evangélica Luterana do Brasil: História, formação de identidade e uso da mídia.** In: 1º CONACIR - 4ª Semana de Ciência da Religião: Religião e Arte, 1., 2015, Juiz de Fora. Anais do CONACIR. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. vol. 1.

FISCHER, J. Identidade confessional-Lições da história. **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 1, p. 29-42, 2003

FUGMANN, W. **Os alemães no Paraná: livro do centenário.** Ponta Grossa, Paraná: Editora UEPG, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** 1 ed. 13 reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERALDO, E. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus**, v. 15, n. 1, p. 171–187, 2009.

GERTZ, R. E. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

_____. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria mãe” Alemanha. **Espaço Plural**. Ano IX, n. 19, 2008.

_____. Os luteranos no Brasil. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, 2007.

HÄGGLUND, B. **História da teologia.** Porto Alegre: Concórdia, 1995.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** Tradução Tomaz Tadeu Da Silva Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103–133

HELFENSTEIN, J. C. DA S. **Entre a vida comunitária e a vida conjugal: a composição das famílias luteranas de Imbituva, Paraná (1943-1959)**. Dissertação, 150f., (Mestrado em História) - Curitiba: UFPR, 2014.

HERMANN, J. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. Cap. 15, p. 329-352.

HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA RELIGIOSA (Coleção Seminário Brasileiro de História e Historiografia) / BUARQUE, V. A. C. (Org.) **História religiosa, biografia e história intelectual**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. p. 16-26

JENKINS, K. O que é a história? In: **A história repensada**. Tradução Mario Vilela. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

JERÔME, H. Migration and bussines cycle. In: CITROEN, N. A. **Les migrations internacionales**. Paris: Librairie de medicis, 1947, p. 22.

KOSELLECK, R. **Futuro passado contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRIESER, E. A. **História Krieser IELB**. Balneário Camboriú, 293 p. Trabalho não publicado.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Unesp, 2001.

LINK, R. S. **Luteranos em Rondônia - O processo migratório e o acompanhamento da igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1967–1987)**. Dissertação, 168f., (Mestrado em Teologia) - São Leopoldo: IEPG/Escola Superior de Teologia, 2004.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 17, 1998.

MAACK, R. 1948. **Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná**. Curitiba, Arquivos de Biologia e Tecnologia, v.II, p.102-200.

MAGALHÃES, M. D. B. DE. Os imigrantes alemães e a questão da cidadania. **Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**. v. 1, n. 2, p. 50–72, 1993.

MARINUCCI, R. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto migratório. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 42, p. 169–191, 28 ago. 2012.

MARLOW, S. L. “Os súditos do Eixo”. O Luteranismo na visão das autoridades brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial. In: ANPUH, São Paulo. 2011. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, ANPUH, São Paulo. p. 1-11.

_____. **Confessionalidade a toda prova: o sínodo evangélico luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil**. Tese, 226f., (Doutorado em História) – USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____; MOREIRA, V. M. L. Identidade (s) no Estado Novo: a nacionalização e os teuto-brasileiros. **Revista Ágora**, n. 6, 2007.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, Coleção Farol do Saber, 4ª ed. [1ª ed. 1899]. 1995.

_____. **Quantos somos e quem somos**. Curitiba: Gráfica Editora Paraná Ltda. 1941.

MATHIAS, H. G. **Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Ediouro: 1983.

MATOS, E. de. **Imbituva: uma viagem de retorno à terra natal**. Curitiba: Edição do autor, 2013.

MATTE, H. **O luteranismo desbotado: um estudo sobre as escolas luteranas na região metropolitana de Porto Alegre**. Dissertação, 207f., (Mestrado em Ciências Sociais). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

MAUCH, C; VASCONCELLOS, N. **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Editora da ULBRA, 1994.

MENDES, J.M.O. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap.13. p. 503-534.

MIRANDA, J. D. P. C. **Deutschum no Brasil: imigração, identidade e mídia étnica alemã**. Monografia, 113f., (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) - Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2008.

MÜLLER, E. **Além dos mares a liberdade**. Alemães do Volga: a epopeia de um povo. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Peregrinos à procura da liberdade**: odisséia da imigração alemã no Paraná. Curitiba: Champagnat, 2005.

NADALIN, S. O. A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais. ABEP, Caxambu, 2006. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP. Caxambu-MG, 2006.

_____; BIDEAU, A. **Como luteranos alemães tornaram-se brasileiros?** Curitiba, 2001. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd29/nadalin.pdf> Acesso em: 1 jun 2016.

_____; FABRIS, P. A comunidade alemã em Curitiba e a conjuntura da Primeira Grande Guerra. **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, 11 jul. 2013.

_____. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NISHIKAWA, R. B. **As colônias de imigrantes na Província do Paraná, 1854-1889**. Tese, 239f., (Doutorado em Ciências – História Econômica) - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

_____. SER imigrante, ESTAR colono: o processo de transformação dos imigrantes em colonos na Província do Paraná. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 99–126, 2011.

_____. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy Paraná, 1854-1874**. Dissertação, 157f., (Mestrado em História) - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, A. P. de. Disputas e estratégias de legitimação no campo religioso: uma interpretação a partir da teoria de Bourdieu dos novos movimentos religiosos brasileiros. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 109, p. 148–154, 2010.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PEREIRA, L. F. L.. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação, 216 f. (Mestrado em História). SCHLA, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1996

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PORTELLA, R. Fé, Cultura e Norma Eclesiástica: a gênese da Igreja Luterana no Brasil organização popular e tutela eclesiástica. **Fragmentos de Cultura**, v. 16, n. 78, p. 593- 607, jul/ago, 2006.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. Tradução Elcio Fernandes. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRIEN, H.-J. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2001.

Protestantismo: é tempo de refletir. Entrevista especial com Cláudio Kupka, Martin Dreher e Walter Altmann. 31 out. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500502-protestantismo-e-tempo-de-refletir-entrevista-especial-com-claudio-kupka-martin-dreher-e-walter-altmann>>. Acesso em: 12 jul. 2016

PUTNAM, R. D. E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty first Century: The 2006 Johan Skytte Prize Lecture. **Scandinavian Political Studies**, 2007, vol. 30, n.º 2, pp. 137-174.

RABELLO, E. **Usos e formas da etnicidade entre imigrantes no Brasil: algumas considerações**. 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/evandro%20rabello.pdf> Acesso em: 31 mai 2016.

REHFELDT, M. L. **The first fifty years of the history of the Igreja Evangélica Luterana do Brasil**, the Brazilian District of the Missouri Synod. 1962. 213 p. Dissertação (Mestrado) – Concordia Seminary, St. Louis, 1962, 213 p.

_____.; BUSS, P. W. **Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. Porto Alegre, RS: Concórdia Editora, 2003.

REINHARDT, J. C. **Dize-me o que comes e te direi quem és: alemães, comida e identidade**. Tese, 229f., (Doutorado em História) - Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

RENK, V. E. A educação dos imigrantes alemães em Curitiba. **Revista Diálogo Educacional**, v. 5, n. 14, p.1-11, 2005.

RIETH, R. W. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). **Estudos Teológicos**, v. 49, n. 2, p. 207–221, 2010.

_____. W. **O caráter missionário da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**. (Monografia) São Leopoldo: Seminário Concórdia, 1986.

ROCHA, S. M. O Lutero de Lucien Febvre: uma discussão sobre biografia e história da historiografia. **História da Historiografia**, n. 16, 2014.

SAFFRAIDER, L. F. **A saga dos alemães do Volga**. Curitiba: Juruá, 2010.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**, v. 5, n. 1/2, p. 31–52, 1993.

_____. (Org.). Os processos da globalização. In: **A globalização e as ciências sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHWAB, C. A. **Resumo histórico e genealogia dos alemães do Volga**. Campo Largo: Editora Paranaense, 1997.

SEIBERT, E. M. O que se pode afirmar sobre a identidade confessional nas Igrejas de tradição evangélico-luterana no Brasil a partir do seu surgimento, e o que se aprende daí para a atual procura por identidade confessional? **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 1, p. 7-13, 2003.

_____. **The three-self mission approach in the context of the Igreja Evangélica Luterana do Brasil.** 1989. Dissertação, (Mestrado em Teologia) – Concordia Seminary, St. Louis, 1989.

SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 95–131, 1997.

_____. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes antropológicos**, v. 10, n. 22, p. 149–197, 2004.

_____. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**, v. 6, n. 14, p. 143–176, 2000.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117–149, 2002a.

_____. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. **Cadernos Ceru**, v. 13, p. 9–36, 2002b.

_____. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana**, v. 5, n. 2, p. 61–88, 1999.

_____. Imigração, colonização e identidade étnica (Notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, v. 29, p. 57–71, 1986.

_____. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. 26ª Reunião da ABA, 2008. **Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração.** v. 1, 2008.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização. In: PANDOLFI, D. C. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228

_____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 103–122, 1994.

_____. **Nacionalismo e Identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 177.

SILVA, E. A. **Identidades franciscanas no Brasil: a província da Imaculada Conceição entre a restauração e o Vaticano II**. Tese, 456f., 2 v., (Doutorado em História) - Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2000.

SKAVRONSKI, M. I. A. **Rezar e benzer: rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014)**. Dissertação, 153f., (Mestrado em História) - Ponta Grossa: UEPG, 2014.

SOPELSA, R. De colonos desejados a moradores indesejados: um estudo sobre a identidade e sociabilidade entre imigrantes (Ponta Grossa-PR, final do século XIX). **História: Questões & Debates**, v. 54, n. 1, 2011.

SOUZA, M. J. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, v. 16, n. 1, p. 91–117, 2014.

STADLER, C. T. B. **Colônia Bella Vista: um espaço construído pelas práticas sociais dos imigrantes italianos em Imbituva/Pr**. Dissertação, 195f., (Mestrado em História) - Irati: UNICENTRO, 2015.

_____. **Imbituva – uma cidade dos Campos Gerais**. Imbituva: Prudentópolis, 2005. 2.ed.

STEIN, M. N. Imigração, colônias agrícolas e etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná. **História: Debates e Tendências**, v.14, n.1, jan/jun, 2014, p.108-123.

STEYER, W. O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904**. Porto Alegre: Singular, 1999.

TEICHMANN, E. **Imigração e igreja: as comunidades-livres no contexto da estruturação do luteranismo no Rio Grande do Sul**. Dissertação, 176f., (Mestrado em Teologia) – São Leopoldo: IEPG - Escola Superior de Teologia.

TELLEZ, J. R. **Festas cívicas e comemorativas no Paraná: a propaganda política do Estado Novo (1937-1945)**. Monografia, 58f., (Bacharelado e Licenciatura em História) – Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

VILAÇA, H. **Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de Leste**. Lisboa: ACIDI, IP, 2008.

VOIGT, A. F. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. **Espaço Plural**, Ano IX, n. 19, 2008, p. 75.

WACHOWICKZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2.ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WIRTH, L. E. Protestantismo brasileiro de rito luterano. **Revista USP**, n. 67, p. 68–77, 2005.

_____. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. **Estudos Teológicos**, v. 38, n. 2, p. 156–172, 2013.

WITT, O. L. **Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense**. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

ZULIAN, R. W. “Bêbados, arruaceiros e sovinas”: a Igreja Católica e o imaginário imigrante no início do século XX—Ponta Grossa (PR). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 2, 2013.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa de Imbituva



Fonte: Disponível em: <<http://es.weather-forecast.com/locations/Imbituva>> Acesso em: nov. 2016.

ANEXO B - Almanach do Parana – Commercio, Historia e Litteratura

Imbituva

É inegavel que esta florescente villa occupa hoje um logar eminente entre as localidades cuja fundação não remonta a epochas muito antigas, pois que, graças ás excellentes condições climatologicas e ás vias de comunicação, de que é doptada, a sua desenvolução tem se affectuado com satisfactoria rapidez. Situada entre as importantes cidades de Ponta Grossa, Castro e Guarapirava, com as quaes tem comunicação directa, o seu desenvolvimento define-se, dia a dia de maneira a satisfazer a justa expectativa de seus habitantes. Em 1873 ella consistia em um limitado numero de casás, com a exigua população de oitocentas almas, approximadamente. Os seus sertões erão então incultos e inhóspitos, e só habitados pelo selvage brasileiro. Hoje a sua população attinge a doze mil habitantes, e as matas, outrora desertas são povoadas em grande parte pelo elemento estrangeiro, que aqui veio desenvolver relativamente a lavoura a que são bem adequadas os seus pingues terrenos, onde vegetam em grande escala quasi todas as madeiras da construcção, de que se compõe a flora brasileira, relativamente ás zonas centraes. A herva matte (*illex-matt*) produz e desenvolve-se largamente no seu municipio, tornando-se de tal modo uma fonte inexaurivel de riqueza. O terreno, ainda em formação, como o do Paraná inteiro, contém em suas entranhas diversas minas carboníferas, as quaes, se exploradas fossem, seriam grandes elementos de riqueza indigena, não sómente para este futuroso Estado, como também para a Nação.

ção.

Os distinctos e operosos empreendedores, Srs. Luiz Antonio Pentead, Dr. Jeronymo Cabral e Izidoro Miguel Doim, hão encetado alguns trabalhos de excavações em terrenos deste municipio, no intuito de descobrir as jazidas de carvão mineral, encontrando excellentes amostras em diversas camadas de chisto betuminoso.

Esses cidadãos, constituintes da «Companhia Imbitumina» pretendem levar avante tão util e vantajosa empresa. Esperamos serão os seus esforços coroados de feliz exito, devido aos indícios comprovativos da existencia do precioso compustivel nos terrenos do Imbituva, que então doação o Paraná de um fantor de riqueza, que na v.lha Europa, o tem sido para as lhas Britannicas e suas possessões.

A versão do começo do Imbituva não deixa de ser interessante, pois são dignas de nota as suas rivalidades com a proxima villa da Balça. Semelhavam então estas duas villas as legendarias cidades de que nos dá conta a historia—Athenas e Esparta, que por longo tempo e continuas e successivas guerras pretendiam cada qual firmar sua hegemonia sobre a antagonista.

Imbituva, 3 de Novembro de 1898

Laurenço de Souza

ANEXO C - Nascimento do Sínodo Evangélico Luterano no Brasil

O primeiro Concílio Sinodal foi convocado para os dias 7 a 9 de outubro de 1905, em Estrada da Ilha, que constituiu o Sínodo no último dia do encontro. Delegados das comunidades de Castro e Curitiba – já decididas a filiar-se ao Sínodo – também participaram. Em Santa Catarina, as comunidades de Pedreira e Quilômetro 21 também se filiaram e enviaram delegados. A quinta comunidade disposta a isso foi a de Cupim. Calculou-se também com a colaboração da Estrada da Ilha, porém, esta ainda ficou indecisa. No total onze pastores, um professor e as comunidades citadas fundaram o Sínodo.

Na palestra durante o concílio, o pastor Kuhr desafiou o Sínodo nascente a ser, “de agora em diante, uma luz colocada no velador e uma cidade edificada sobre um monte”. Que se desse um “testemunho alegre” a favor da “preciosa confissão luterana”.

Na segunda-feira, dia 9 de outubro, aconteceu a Constituição propriamente dita, com a leitura pública da Constituição Sinodal. Ao chegar ao parágrafo sobre a confissão, alguém se opôs ao uso da palavra “luterano”. “Os brasileiros, sendo católicos, poderiam ofender-se com esta palavra e a igreja luterana não seria reconhecida pelo governo do País”, argumentou. Este protesto, porém, foi rejeitado apontando para a liberdade religiosa existente no Brasil.

O pastor Bühler explicou a designação “luterano” como sendo um “termo de distinção”. Se a deixássemos de lado, anularíamos a confissão do Sínodo. O delegado do Quilômetro 21, Friedrich Papst, complementou: “Quantas pessoas há que nem sabem quem elas são. Eu fui batizado e confirmado na Igreja luterana. O cognome ‘luterano’ é necessário. Quantas seitas se formam na Igreja Evangélica, que se orientam no Antigo Testamento para levantar tabernáculos e rejeitar o Catecismo”.

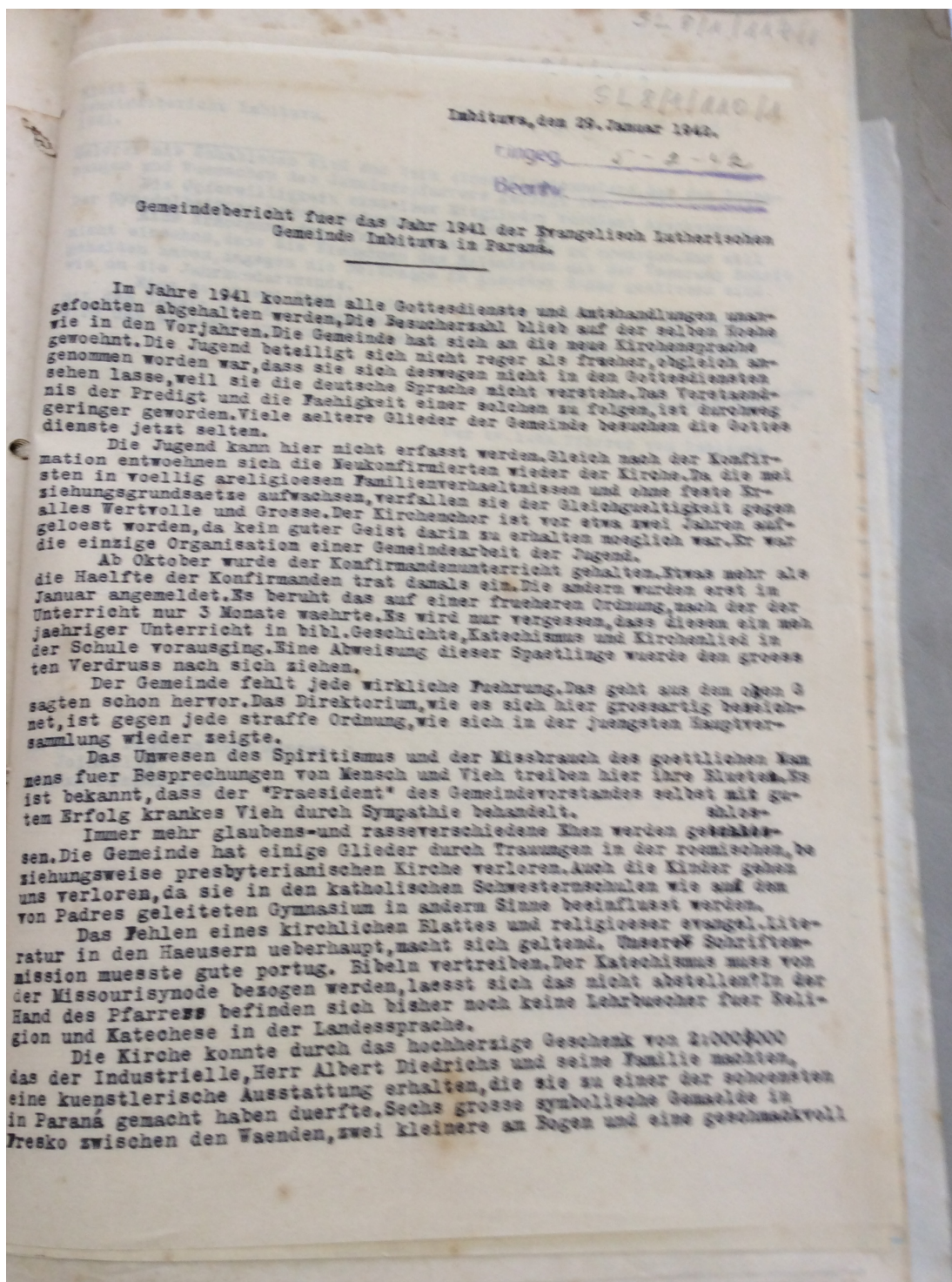
A finalidade do Sínodo foi resumida no parágrafo quarto da Constituição, como “uma união voluntária de pastores e comunidades para cultivar a União no Espírito (Ef 4.3ss), para a edificação e o crescimento mútuos (I Co 12.4ss; I Ts 5.11), para o trabalho solidário no Reino de Deus, no sentido que este cresça para dentro e para fora, para defesa conjunta contra desordeiros separatistas e sectários (I Co

1.10; Rm 16.17), para proteção e resguardo dos direitos e deveres de pastores e comunidades”.

Após a proclamação oficial da fundação do Sínodo, foi eleita a comissão diretora, com o pastor Otto Kuhr como *Präses* (presidente). Foram formados quatro distritos: Joinville, Blumenau, Espírito Santo e Paraná. Na época da constituição do Sínodo, foi estimado em cerca de 16 mil o número de almas luteranas. (CREUTZBERG, 2016)

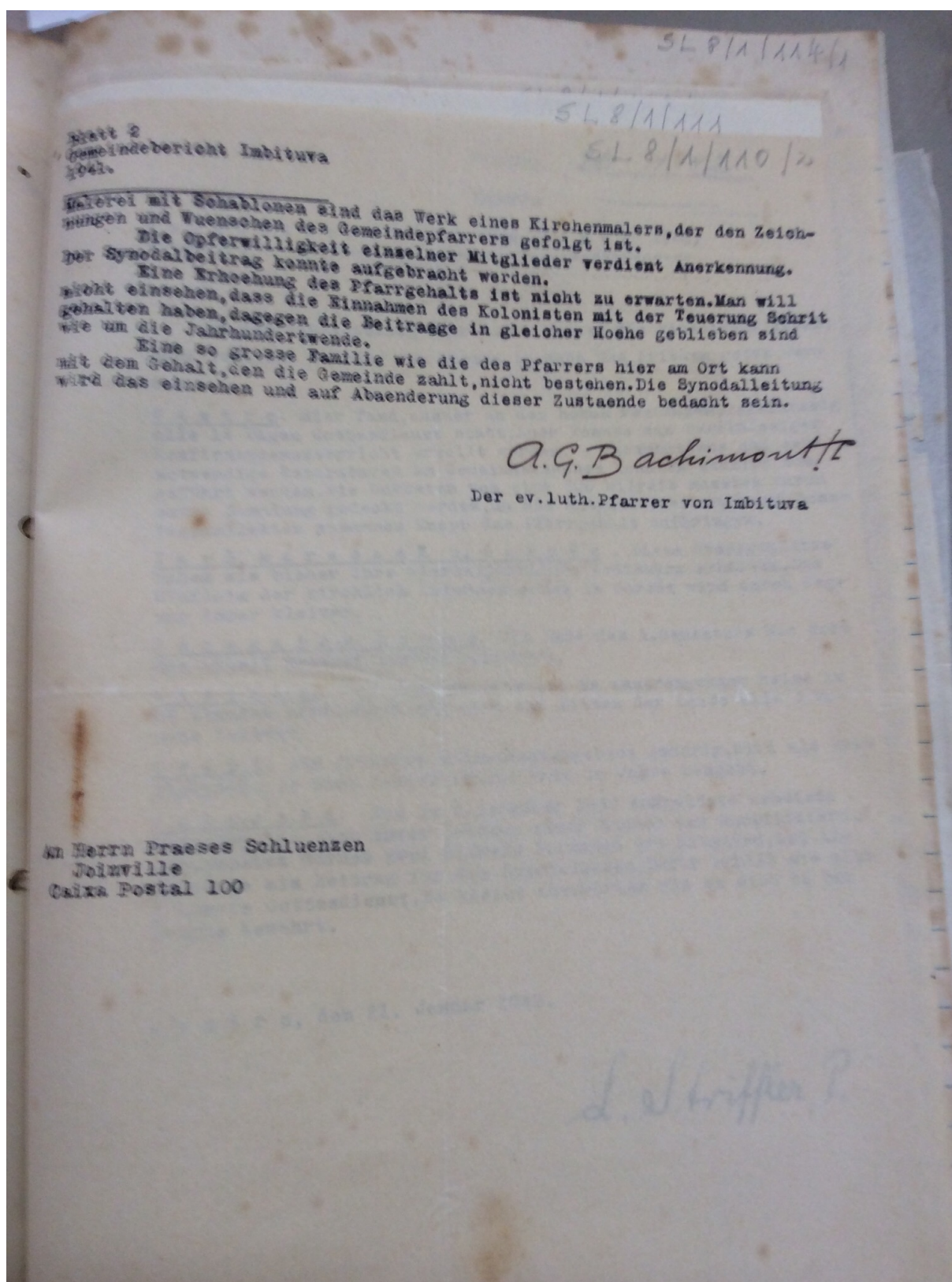
Fonte: CREUTZBERG, L. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/nascimento-do-sinodo-evangelico-luterano-no-brasil>> Acesso em: set. 2016.

ANEXO D – Relatório da Comunidade para o ano de 1941 da Comunidade
Evangélica Luterana de Imbituva, Paraná.



Fonte: Arquivo Histórico da IECLB - São Leopoldo RS

Continuação...



Fonte: Arquivo Histórico da IECLB - São Leopoldo RS

ANEXO D - Tradução Livre

Imbituva, 29 de Janeiro de 1942.

Relatório de comunidade para o ano de 1941 da Comunidade Evangélica Luterana
de Imbituva, Paraná.

No ano de 1941, os cultos e atos de ofício divino poderiam ser realizados sem controvérsias. O número de visitantes permanece o mesmo dos anos anteriores. A comunidade tem se apropriado de sua nova igreja. A juventude não se envolve mais com o entusiasmo de antes, embora tenha sido assumido que eles não mais se encontram nos cultos religiosos por não entenderem a língua alemã. A compreensão do sermão e a capacidade de acompanhá-lo diminuíram. Agora, poucos membros da comunidade procuram comparecer aos cultos.

A juventude não pode ser percebida aqui. Igualmente, diante de tal situação, desligam-se novamente da nova turma de confirmação da igreja. A maior parte das famílias não são religiosas e não tem princípios sólidos de educação, assim, aumenta-se a indiferença diante dos valores e princípios. O coral da igreja foi dissolvido. Este era o único trabalho da comunidade na juventude.

Em outubro as aulas de Confirmação se mantiveram. Algo em torno da metade dos confirmandos ingressou. Os demais se manifestaram em janeiro. Baseando-se na turma anterior, as aulas duraram apenas três meses. Esqueceram-se das aulas anteriores anuais de história bíblica, catecismo e música religiosa. A rejeição desses “atrasados” foi a maior decepção.

A comunidade carece de liderança autêntica. Isso já se torna evidente conforme demonstrado acima. O conselho administrativo da igreja, conforme aqui referido, é contra cada ordem rigorosa, tal como no encontro anual geral foi novamente demonstrado.

O Espiritismo e o uso indevido das simpatias entre o homem e gado atingem aqui seu apogeu. É sabido que o “Presidente” do conselho administrativo da comunidade obteve êxito com o tratamento do gado doente através da simpatia. Ainda de outras crenças e instituições tem sido desligadas. A comunidade tem perdido alguns membros através de casamentos na igreja romana e na Igreja

presbiteriana. As crianças também tem nos abandonado uma vez que são afetadas pelas escolas católicas de freiras e padres.

Faz-se falta folhetos da igreja e literatura religiosa evangélica nas casas. Nossa missão escriturística deve apresentar bíblias em bom português. O catecismo deve ser obtido a partir do sínodo [da igreja luterana] de Missouri, não se deixando isso a resignar. Na mão dos pastores não se encontra quaisquer livros didáticos de língua nativa para religião e catecismo.

A igreja poderia, através do muito gentil presente de 2.000\$000, que o industrial Sr. Alberto Diedrichs e sua família deram, obter uma das decorações artísticas mais bonitas já realizadas no Paraná. Seis grandes pinturas simbólicas em afresco entre as paredes, duas menores no arco e uma de bom gosto com letreiro, obras de um pintor de igreja que deve seguir os desenhos e desejos do pastor da comunidade.

A devoção dos membros em particular merece mais reconhecimento. Os contribuintes do sínodo poderiam ficar desapontados.

O aumento de pastores não pode esperar. Não se deseja que os gastos dos colonos aumente; em contrapartida, as contribuições permaneceram as mesmas da virada do século.

Uma família tão grande quanto dos pastores não pode se manter aqui com o salário da comunidade. A administração do sínodo necessita ser alertado para mudar esses itens.

A. G. Bachimont

Pastor Evangélico Luterano de Imbituva.

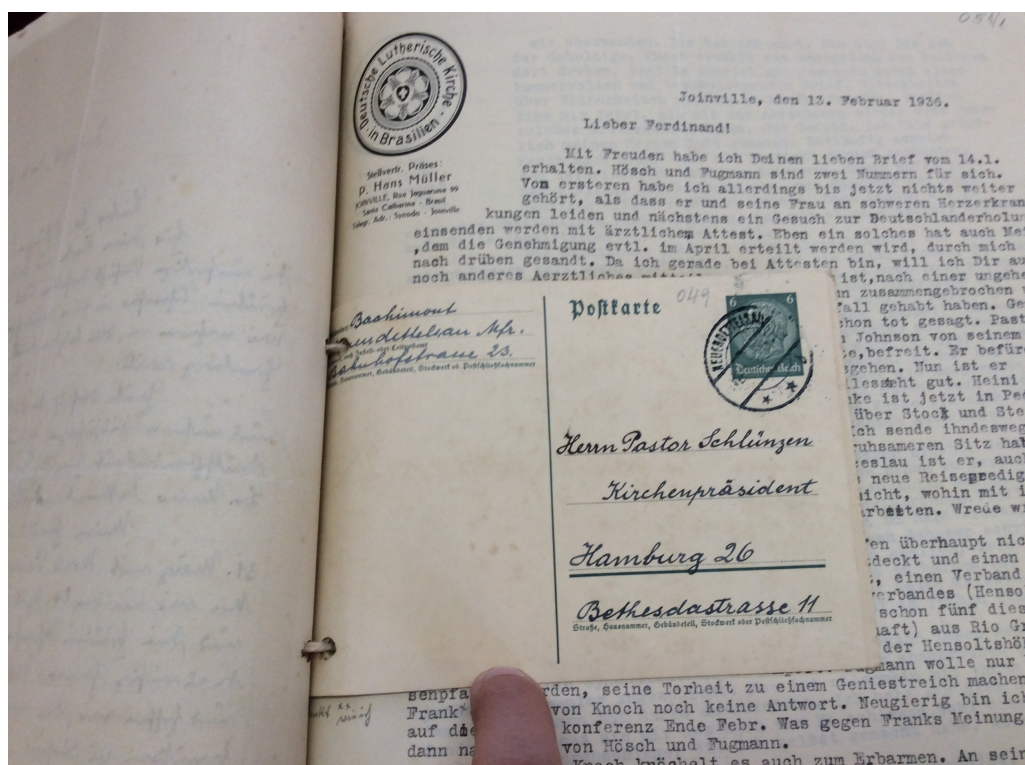
Com cumprimentos ao Sr. Presidente

Joinville

Caixa Postal 100.

(BACHIMONT, 1941, tradução nossa). Traduzido por Cassio Remus de Paula, adaptado pelo autor desta pesquisa.

ANEXO E - Cartão postal do Pastor Bachimont



Fonte: Documentos do Arquivo Histórico da IECLB - Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e Outros Estados do Brasil. São Leopoldo, 2016.

ANEXO F – Crônica dos Pastores e Professores

Nº 17

INSTITUTO HISTÓRICO DA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL

Crônica dos Pastores e Professores Pastor ☒ Professor ☐

1. Nome (por extenso) Arno Carlos Gueths - 7 de fevereiro de 1967
e/ data da informação
2. Residência atual Rua Cel. Lucas de Oliveira, 850, P. Alegre, RGS (Sem. Concórdia)
3. Quando e onde nasceu 7 de outubro de 1920, em Conventos, Lajeado, R.G.S.
4. Nome e profissão do pai Reinholde Fernando Gueths - pastor
5. Nome e sobrenome da mãe Melida Wagner Gueths
6. Que ginásio absolveu Seminário Concórdia e Artigo 91 (Col. Júlio de Castilhos)
7. Em que Seminário se formou Seminário Concórdia de Porto Alegre, RGS.
8. Que outras escolas frequentou Colégio Júlio de Castilhos de P. Alegre e UFRGS
9. Quando e onde praticou Em 1941 ajudei desde outubro até março de 1942 na pa-
róquia de Conventos, Lajeado, RGS.
10. Quando se formou 2 de dezembro de 1942.
11. Quando e onde foi ordenado e instalado 1 de agosto de 1943, em Arroio Alegre, Lajeado
12. Onde serviu? Nome da paróquia e tempo de serviço Arroio Alegre, em 1943 e 1944.
Imbituva, Paraná, de 1945 a 1951 (7 anos). Como professor no Seminário
Concórdia desde 1952 a 1957, e desde 1958 como diretor do curso pré-
teológico do Seminário Concórdia. At. no Instituto Concórdia, S. Leopoldo
1968 -
13. Ordenado atual NCr\$412,50 mensais
14. Que títulos adquiriu (bacharel, Dr., STM, DD) e quando? Bacharel em Pedagogia, 1964.
Didática na UFRGS, em 1965.
15. Quais os cargos na Igreja que ocupou até agora Orientador Escolar, diretor do curso
pré-teológico do Seminário Concórdia.
16. Redator de uma revista da Igreja não
17. Editor de publicações (livro, tratados, teses etc.) Na convenção sinodal de 1961 um traba-
lho sobre a Tábua dos Deveres.
18. Quando casou e onde no dia 2 de fevereiro de 1946, em Vila Progresso, Vera
19. Nome e sobrenome da esposa Eugenia Edith Elicker
Cruz, RS
20. Nome e data de nascimento dos filhos Ari Gueths - 23 de abril de 1947; Marlene -
3 de setembro de 1950; Neusa - 16/12/1953; Lúcia - 18/2/1958.
21. Quais os filhos no serviço da Igreja? O filho Ari está no 2º ano de curso teológico
do Seminário Concórdia.
22. Casos de doença graves e acidentes que sofreu nenhuma, nem acidentes.

(Preencher até aqui)

23. Aposentado (desde quando e onde reside) _____
24. Faleceu (quando e onde) _____ Sepultado (onde) _____
25. Idade _____ 26. Anos de serviço ativo _____

Observação: Caso o espaço não for suficiente, use o verso da folha. Pede-se uma foto do obreiro, 3x4 cm.

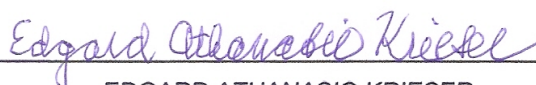
Todos os dados fornecidos são confidenciais e destinados exclusivamente para fins de estatística e crônica da Igreja. Pede-se encarecidamente preencher o formulário e enviá-lo ao Instituto Histórico, a. c. do Rev. C. H. Warth, Cx. Postal, 71, Novo Hamburgo, R. G. Sul, Brasil.

Fonte: Arquivo Histórico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil

ANEXO G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADESCESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E TRABALHO MONOGRÁFICO AINDA
NÃO PUBLICADO

Pelo presente documento, eu entrevistado, EDGARD ATHANASIO KRIESER, RG: 6.755.373 emitido pela Secretaria de Segurança Pública, Santa Catarina, residente na Avenida Atlântica, 4000, Centro, apartamento 1102, Edifício Dona Anna em Balneário Camboriú - SC, CEP 88330-024, declaro ceder ao Pesquisador WANDERLEY MAYCON LANGE, CPF: 957.377.669-34, RG: 6.113.678-9 emitido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública – Instituto de Identificação do Paraná, domiciliado na Rua Curitiba, 831 – Bairro Olarias – Ponta Grossa – PR – CEP 84035-030, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador/entrevistador aqui referido, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, em 24 e 25 de junho de 2016, como subsídio à construção de sua Dissertação de Mestrado em História, Cultura e Identidades da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento e trabalho monográfico ainda não publicado, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. -----Balneário Camboriú SC, 15 de novembro de 2016.



EDGARD ATHANASIO KRIESER